Relatório e Contas | 2012

SOFID

Financiamos a Internacionalização

Relatório e Contas | 2012

SOFID

Financiamos a Internacionalização

Este Relatório e Contas 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração a 26 de fevereiro de 2013, tendo nele sido incorporado o conteúdo de uma Adenda aprovada pelo Conselho de Administração a 16 de abril de 2013, encontrando-se toda a informação acrescentada devidamente assinalada com notas de rodapé.

SOFID

Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Sede Social: Av. Casal Ribeiro, nº 14, 4º
1000-092 Lisboa

NIPC: 508325803

Índice

Destaques 2012	4
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	6
SOFID	7
Mandato	7
Pilares, Visão e Valores	7
Estratégia	8
Organograma	10
Pessoas	11
Projetos em Destaque	14
Atividade em 2012	16
Atividade Operacional	16
Gestão de Risco	20
Parcerias	20
Comunicação	23
O InvestimoZ	24
Instrumentos Adicionais	26
Factos Posteriores ao Fecho do Exercício	28
Governo da Sociedade	29
Missão, Objetivos e Políticas	29
Regulamentos Internos e Externos	31
Informação sobre as Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	31
Informação sobre Outras Transações	31
Modelo de Governo e Órgãos Sociais	32
Remuneração e Outras regalias dos Membros dos Órgãos Sociais	36
Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental	38
Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	43
Código de Conduta	44
Sistema de Controlo Interno	44
Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesse	44
Divulgação de Informação relevante	45
Cumprimento das Orientações Legais	46
Cumprimento de Objetivos de Gestão	46
Cumprimento dos Deveres Especiais de Informação	46
Divulgação de Atrasos nos Pagamentos	46
Resultados Obtidos no Cumprimento das Recomendações da Assembleia Geral de 30 de março de 2012	46
Cumprimento das Remunerações dos Órgãos Sociais, ROC e Pessoal	46
Aplicação do Estatuto do Gestor Público	46
Cumprimento da Orientação Relativa às Normas de Contratação Pública	46
Implementação de Medidas de Racionalização de Aprovisionamento de Bens e Serviços	46
Cumprimento de Medidas no Âmbito do Princípio da Igualdade do Género	47
Cumprimento da Redução de Custos	47
Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes	49
Resumo do Cumprimento das Obrigações Legais	50
Proposta de Aplicação de Resultados	51
Agradecimentos	51
Demonstrações Financeiras	50
Balanço	53
Demonstração de Fluxos de Caixa	54
Demonstração de Rendimento Integral	55
Mapa de Alterações no Capital Próprio	55
Notas às Demonstrações Financeiras	55
Anexos	71
Certificação Legal das Contas	71
Parecer do Conselho Fiscal	73
Parecer do Conselho Estratégico	77
Avaliação de Desempenho da Comissão Executiva e do Conselho de Administração	78
Definições e Abreviaturas	80

Destaques 2012

janeiro	Conferência SOFID/Casa da América Latina, em Lisboa
fevereiro	Contratação de primeira operação SOFID em Marrocos
março	*Workshop* InvestimoZ, no Porto
	Missão SOFID a Cabo Verde
	Superada a barreira das 100 reuniões com empresas
	Assinatura do *Master Cooperation Agreement* com IFC (Banco Mundial)
maio	Participação na visita do Secretário de Estado da Energia a Moçambique
	Assembleia Anual da EDFI, em Viena
	Assinatura de Protocolo com a AECOPS
junho	Seminário SOFID/LIDE, em Lisboa
	Workshop SOFID, no Rio de janeiro
	Participação no 60º Aniversário do BNDES, no Rio de janeiro
	Superada a barreira das 200 reuniões com empresas
julho	Assinatura de Protocolo com o BNI, de Moçambique
setembro	Primeira tertúlia do Clube de Sábios da SOFID, com Pedro Feytor Pinto
outubro	Participação no 50º Aniversário da DEG, em Colónia
	Seminário SOFID/AECOPS, em Lisboa
novembro	*Business Opportunities* Seminar do BEI, em Lisboa
	Missão InvestimoZ a Moçambique
	Aprovação do novo Plano Estratégico 2013-2015
	Aprovação do novo Orçamento Plurianual 2013-2015
	Superada a barreira das 300 reuniões com empresas
dezembro	*Team Retreat* de Natal da SOFID

Excelentíssimos Senhores Acionistas

O ano de 2012 foi o mais difícil do nosso mandato, com uma recessão profunda na economia nacional e uma estagnação nas economias europeias, continuando, ainda, por superar a crise das dívidas soberanas na "área do euro", muito embora se tenham registado progressos após a decisão tomada pelo BCE no sentido de admitir uma maior intervenção ao nível do mercado secundário (e, no entendimento de alguns, abrindo, eventualmente, as portas a intervenções no mercado primário, na linha do pensamento de autores como Roubini).

A evolução ocorrida na Europa dificulta a concretização do que se convencionou designar de "*export led growth model*" para a economia portuguesa, sendo de salientar que continuou a implementar-se uma política macroeconómica assente na redução da despesa pública e num agravamento da carga fiscal, com diminuição significativa do rendimento disponível das famílias e, por conseguinte, do consumo. Com o consumo interno a diminuir, os gastos públicos a sofrerem uma contração – bem como o próprio investimento –, a ultrapassagem da situação crítica existente passará sempre pela "*soft internationalization*" (embora com as limitações decorrentes da dificuldade de implementação de um "*soft led growth model*", como se disse) e pela "*hard internationalization*", que o mesmo é dizer, pelo apoio ao investimento direto de empresas portuguesas no estrangeiro.

A SOFID tem vindo a afirmar-se como um instrumento relevante na estratégia de "*hard internationalization*", tendo realizado mais do que 323 contactos com empresas, em 2012, dispondo, apenas, de 10 colaboradores e conhecendo uma redução, ao longo dos últimos dois anos, de 23,6% nos custos salariais. Os custos totais sofreram uma redução de 15,2%, enquanto o EBITDA (*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) conheceu uma evolução altamente favorável, passando de -904 mil euros, em 2010, para -180 mil euros, em 2012 (com uma redução de 80% do défice pré-existente), o mesmo, aliás, sucedendo com os Resultados Líquidos de Exploração, os quais experimentaram uma redução dos respetivos défices da ordem de 2/3. O montante de operações aprovadas atingiu, no seu conjunto, os 25,8 milhões de euros, correspondendo a 23 operações e a um acréscimo de 139%, em dois anos, abrangendo investimentos em países tão distintos como a África do Sul, Angola, Brasil, Guiné, Marrocos, México, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Continuámos a manter relações estreitas com as EDFI – *European Development Finance Institutions* e a divulgar a nossa associação a diversos fundos, promovendo, muito em particular e na qualidade de gestores, o Fundo InvestimoZ, o qual se destina, como é sabido, a apoiar projetos de investimento de parcerias luso-moçambicanas em Moçambique.

Pensamos ser essencial a realização de um aumento de capital social da SOFID, bem como a flexibilização do Fundo InvestimoZ, o que permitiria aumentar a nossa carteira de operações, passando a obter resultados positivos e criando condições para uma utilização mais eficiente de um instrumento de internacionalização da economia nacional que já se apresenta relevante.

Como sempre dissemos, continuaremos a tentar conciliar os princípios da adicionalidade, da solidez e da eficiência com as prioridades da política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento do nosso País, de acordo com uma perspetiva que atenda ao conceito de vantagens competitivas dinâmicas. Ao longo dos últimos três anos, procurámos dar o nosso melhor, indiferentes a interesses partidários, de grupo ou puramente pessoais. Sempre nos moveu o interesse nacional e a contribuição para o desenvolvimento. Portugal e Desenvolvimento foram as preocupações que nortearam a nossa ação interventora. Como diria Winston Churchill, "*broadly speaking, short words are best, and the old words, when short, are best of all*".

António Rebelo de Sousa

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Senhores Acionistas

O ano de 2012 foi o último ano de implementação do Plano Estratégico 2010-2012 e o ano de confirmação da SOFID como a instituição financeira de desenvolvimento externo portuguesa. Apesar do agudizar da situação económica e financeira, com a não concretização do aumento de capital previsto e atendendo às dificuldades de acesso a liquidez, dirigentes e colaboradores mostraram-se empenhados em tornar a SOFID numa instituição mais visível, mais relevante e mais sólida do que nunca.

Não obstante as dificuldades, 2012 foi um ano recorde para a atividade da SOFID. Contrataram-se operações num montante quase três vezes superior ao montante total dos primeiros quatro anos de atividade. Além disso, foram fechadas as primeiras operações em Angola e Marrocos, tendo sido aprovados também os primeiros projetos no México e na África do Sul. Esta dinâmica é o resultado direto do processo de restruturação interna iniciado em 2010 e que partiu de quatro orientações estratégicas para o triénio 2010-2012.

Dinamizar A Atividade Comercial

O enfoque no cliente e o dinamismo incutido na cultura da SOFID levou a que em 2012 se registassem 323 reuniões com empresas, na entrada de 13 novas operações em *pipeline* e na aprovação de 8 novos projetos. Ao nível do InvestimoZ – Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, foram aprovadas mais duas operações, tendo-se incrementado a sua promoção, visando a utilização deste instrumento colocado à disposição das empresas portuguesas que pretendam investir em Moçambique.

Reforçar A Estrutura Interna

Em 2012 foi dado seguimento às reformas iniciadas em 2010, visando dotar a SOFID de meios para laborar de forma independente, através do reforço de áreas operacionais fundamentais. A segunda edição do Programa de Estágios Profissionais permitiu a formação de mais três estagiários. Além disso, aumentou-se a aposta na formação dos colaboradores, tendo sido neste ano recrutado um novo responsável para a área jurídica e uma analista financeira. Relativamente aos custos, continuou-se o esforço de consolidação, contribuindo para uma redução efetiva de custos totais de 10% em relação a 2011.

Estimular Parcerias

O ano de 2012 foi marcado por um número de ações levadas a cabo com parceiros relevantes para o sucesso e para a atividade da SOFID. Foi organizado um *Workshop* SOFID no Brasil com a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de janeiro e participámos numa missão do Secretário de Estado da Energia a Moçambique. Foram igualmente reforçados laços com diversos bancos locais, nomeadamente com a assinatura de um protocolo com o BNI – Banco Nacional de Investimento de Moçambique. Ao nível de instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento, são de destacar o *Master Cooperation Agreement* assinado com o IFC do Banco Mundial, as visitas às congéneres BNDES (Brasil), OEeB (Áustria), DEG (Alemanha) e Proparco (França) e o evento promovido pelo BEI em Lisboa, onde a SOFID apresentou os fundos europeus ITF, NIF e LAIF.

Aumentar A Visibilidade

2012 foi também marcado por uma maior visibilidade da SOFID ao nível dos media e da participação em eventos especializados sobre negócios em países emergentes e em desenvolvimento. Durante o ano a SOFID teve 107 aparições na imprensa (9 por mês) e promoveu apresentações em 34 conferências (3 por mês).

Futuro

Num contexto de escassez de liquidez persistente, a SOFID continuará a afirmar-se como um instrumento adicional à oferta existente e de partilha de risco com a banca comercial. Para isso contaremos com o apoio dos nossos acionistas para dotar a SOFID dos meios adequados para que possa participar em operações de maior dimensão e apoiar um número crescente de empresas portuguesas. O ano de 2013 é o primeiro ano de atividade de um novo triénio. Um triénio onde se pretende que a SOFID cresça, caminhando paulatinamente para se tornar uma instituição financeira incontornável no apoio ao setor privado em países em desenvolvimento. Num contexto que permanecerá difícil, estou certo que a SOFID continuará a demonstrar o importante e crescente papel que tem no apoio a empresas portuguesas com projetos de investimentos em países estratégicos, contribuindo tanto para o desenvolvimento destes países como para o crescimento da economia portuguesa.

Diogo Gomes de Araújo

SOFID

Mandato

A SOFID é a Instituição Financeira de Desenvolvimento Externo Portuguesa e o único instrumento público-privado liderado pelo Estado e colocado à disposição das empresas nacionais para financiar os seus investimentos em países emergentes e em vias de desenvolvimento.

Criada em dezembro de 2007, tem por objetivo contribuir para o crescimento económico dos referidos países, em articulação com as estratégias do Estado Português em matéria de crescimento económico, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento.

Através da oferta de serviços e produtos financeiros junto de empresas privadas ou públicas (desde que geridas de forma comercial), a SOFID deve contribuir para o incremento das relações entre Portugal e os países emergentes e em desenvolvimento, de modo a estimular o seu progresso económico e social.

Pilares, Visão e Valores

Os nossos pilares

As atividades da SOFID regem-se por três pilares fundamentais:
Adicionalidade: a SOFID não é concorrencial à oferta financeira dos bancos comerciais e aos serviços oferecidos por outros instrumentos de internacionalização, devendo intervir de forma complementar, acrescentando valor às operações, particularmente em situações de difícil acesso ao crédito.

Solidez: a SOFID tem de garantir uma situação financeira e operacional sólida, de modo a reforçar a sua reputação e crescer de forma sustentada, sendo fundamental que o aumento da sua atividade assente nas melhores práticas bancárias e numa prudente gestão de risco.

Eficiência: a SOFID tem de gerir os seus recursos financeiros e humanos da forma mais eficiente e racional possível, numa ótica de maximização dos resultados obtidos e de controlo de custos.

VISÃO

O financiamento de atividades privadas sustentáveis é um pilar fundamental para o crescimento económico e social de países em transição.

A nossa visão

A nossa Visão assenta no pressuposto de que terá de ser através do desenvolvimento sustentado do setor privado e da promoção do investimento, em coordenação com os demais instrumentos da cooperação e da internacionalização, que poderão estreitar-se as relações entre países e incrementar o seu desenvolvimento, numa relação mutuamente vantajosa, contribuindo para a criação de emprego, a transferência de competências e a angariação de receitas tributárias.

Como catalisador do investimento privado em países emergentes e em desenvolvimento, a SOFID tem um papel **único** nas estratégicas de internacionalização e da cooperação portuguesas.

Os nossos valores

A SOFID prossegue um conjunto de valores que orientam toda a sua atividade e traduzem as atitudes e práticas profissionais dos seus colaboradores. Através destes valores procuramos fazer sempre melhor, fazer o que é correto, fazê-lo em equipa e com o propósito de atingir algo em concreto.

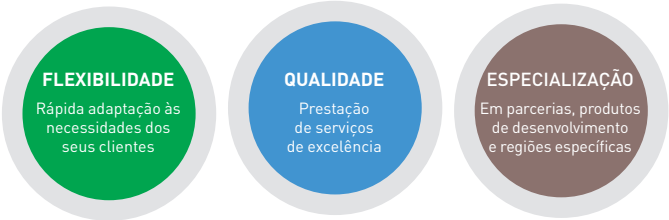
Valores

- **Excelência:** fazer sempre melhor
- **Ética:** fazer o que está certo
- **Entreajuda:** fazer em colaboração
- **Eficácia:** fazer para obter um resultado

Estratégia

A estratégia da SOFID foi definida no Plano Estratégico 2010-2012, servindo de enquadramento aos Planos de Atividade anuais, os quais, por sua vez, identificam ações concretas de implementação para cada ano. O ano de 2012 foi o último período de implementação do referido Plano Estratégico.

Alicerçada numa reduzida mas empenhada equipa de colaboradores, assente no cumprimento escrupuloso dos três pilares estratégicos e reforçada pelo apoio dos seus acionistas, a SOFID tem vindo a assumir-se como um banco de nicho, apresentando três grandes fatores de diferenciação:

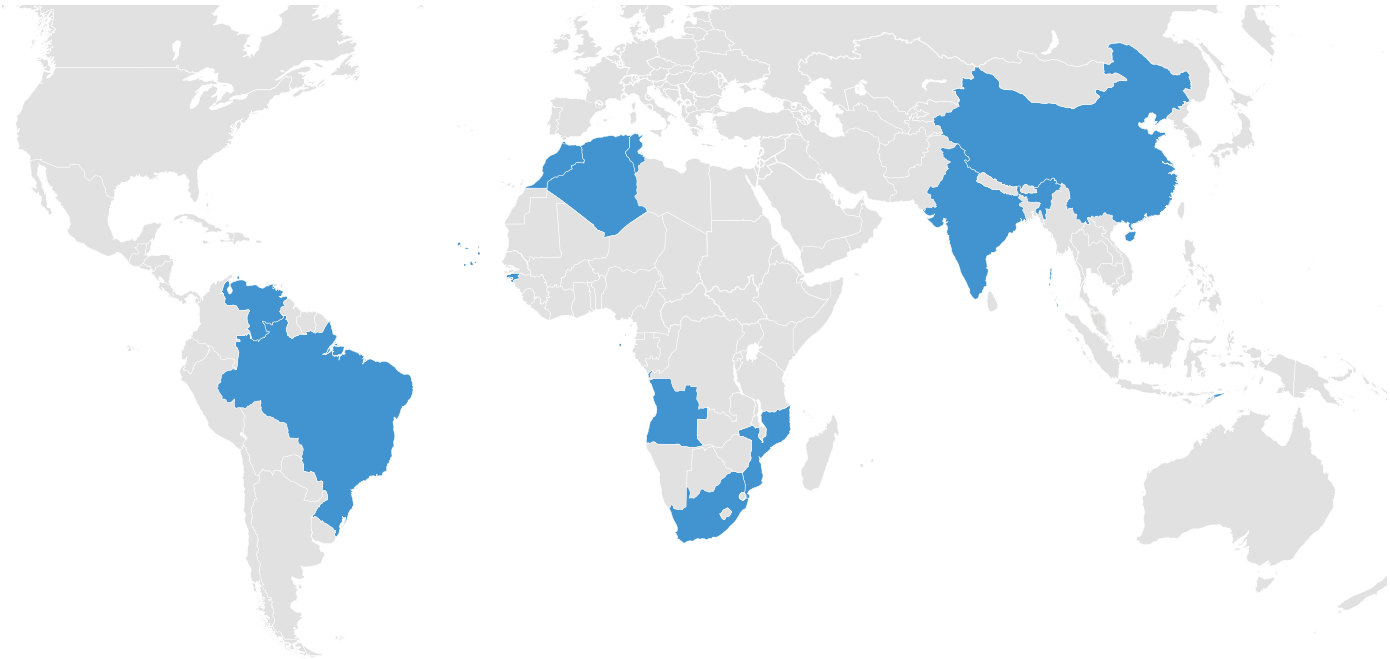


Tendo em atenção estes fatores de diferenciação, a SOFID procurou selecionar as suas intervenções, de acordo com três critérios principais: **regional, setorial** e **empresarial**.

O **critério regional** seguiu as prioridades e estratégias do Estado Português ao nível da internacionalização e da cooperação, cobrindo países de Língua Portuguesa, países geograficamente próximos, potências emergentes e países com uma diáspora portuguesa significativa:

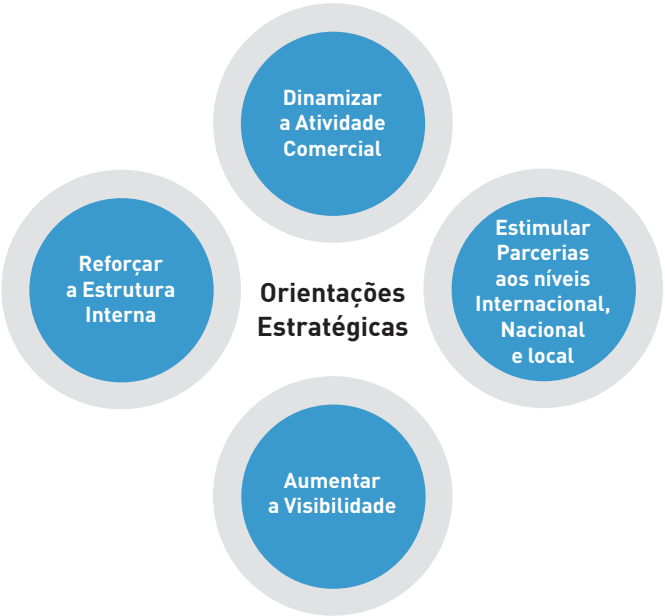
- **CPLP**: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste
- **Vizinhança**: Marrocos, Argélia e Tunísia
- **Potências Emergentes**: China e Índia
- **Diáspora Portuguesa**: África do Sul e Venezuela

O **critério setorial** procurou um alinhamento com as áreas onde o empresariado português tem revelado vantagens comparativas: agricultura, indústria, infraestruturas (nomeadamente energias renováveis), turismo e sector financeiro. Como banco de desenvolvimento, a SOFID não apoia projetos de natureza especulativa.



Quanto ao **critério empresarial**, ainda que o mandato da SOFID permita financiar qualquer empresa, desde que tenha um mínimo de 20% de capital português, foi dado particular enfoque às PME. Não obstante, as grandes empresas e as empresas públicas (desde que geridas de forma comercial) também puderam beneficiar de financiamento da SOFID.

O Plano Estratégico 2010-2012 estabeleceu igualmente **orientações estratégicas** para a programação das principais ações a levar a cabo durante o triénio:



A **dinamização da atividade comercial** traduziu-se na adoção de uma orientação para o cliente, de proximidade com os empresários e de contacto direto com empresas, tanto em Portugal como em países prioritários, acompanhando de perto as necessidades e os planos de investimento dos promotores e colocando à sua disposição um serviço de excelência.

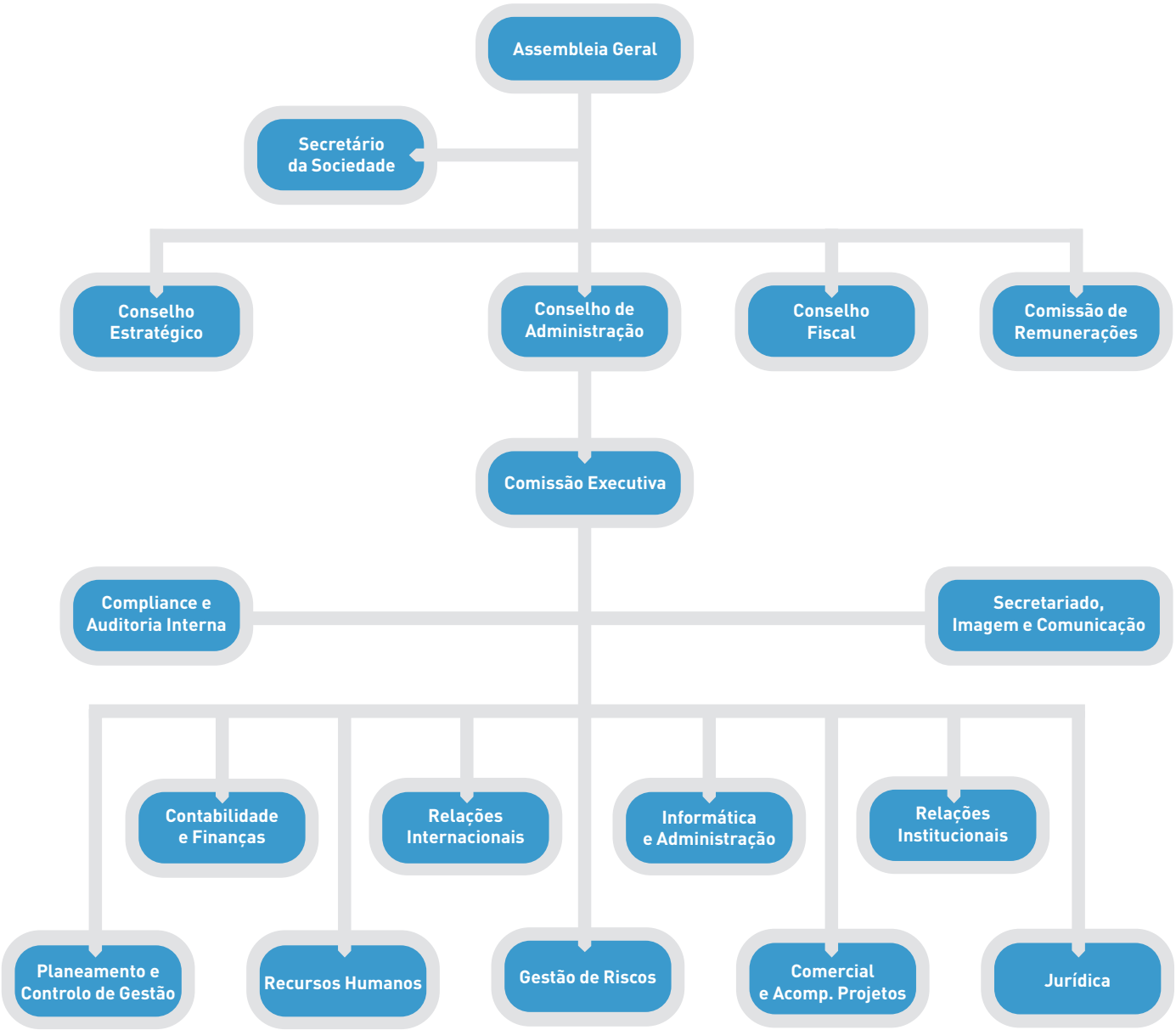
O **reforço da estrutura interna** incidiu sobre dois aspetos principais: na reestruturação dos Recursos Humanos e no adequado controlo de custos. Através de uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, foi possível libertar meios para atividades produtivas, relacionadas com o negócio, em detrimento de atividades de suporte.

Relativamente às **parcerias**, a SOFID privilegiou uma relação de proximidade com entidades públicas, instituições de crédito nacionais, locais e multilaterais, instituições financeiras de desenvolvimento congéneres e associações empresariais, como forma de potenciar a sua intervenção nos mercados em que atua.

Finalmente, no que respeita à **visibilidade**, foi definida e aprovada uma Estratégia de Comunicação com ações nos planos interno e externo e onde foram definidas medidas para melhorar a notoriedade da SOFID junto dos seus principais *stakeholders*.

Em 2010 foram definidas quatro Orientações Estratégicas para dar resposta às necessidades prementes da SOFID: dinamizar a atividade comercial, reforçar a estrutura, estimular parcerias e aumentar a visibilidade.

Organograma



Pessoas

Em 2012 foi concluída a última fase de renovação e consolidação de quadros da SOFID iniciada em 2010. Em virtude da saída do jurista contratado em 2011 para outra instituição financeira, foi contratado um novo responsável pela Área Jurídica. Para reforçar a Área de Contabilidade e Finanças foi também contratada uma analista. Em 2012 foi igualmente lançada a segunda edição do Programa de Estágios Profissionais, cofinanciado pelo IEFP, com a formação de três estagiários e no reforço de três áreas: Comercial e de Acompanhamento de Projetos, Secretariado, Imagem e Comunicação e de Contabilidade e Finanças.

Apesar dos constrangimentos decorrentes do facto de a SOFID integrar o Setor Empresarial do Estado, com impacte direto sobre as remunerações dos seus colaboradores, **a Sociedade beneficiou de ter ao seu serviço excelentes profissionais, empenhados e polivalentes**.

Um ambiente de trabalho são e motivador, com objetivos claros e resultados concretos, é essencial para que o apoio às empresas seja eficaz e para que a SOFID cumpra o seu mandato.

Francisco Faria - Colabora com a SOFID desde 2007, onde desempenha a função de Diretor da Área de Gestão de Risco. Enquanto Diretor do Banco BPI desenvolveu funções na área da concessão de crédito a empresas e no Gabinete para Angola, um serviço especializado da Banca de Empresas, tendo ainda desempenhado funções no Banco de Fomento e Exterior. A nível académico, foi Assistente da Universidade de Aveiro para a área de Economia. É pós-graduado em Estudos Africanos e do Desenvolvimento, pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Natural de Vila Velha de Ródão, é casado e tem um filho.

António Caetano Martins - Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e inscrito na Ordem dos Advogados, é Responsável pela Área Jurídica. Antes, desempenhou funções no Banco Nacional Ultramarino em Lisboa e em Macau, como advogado e consultor jurídico. Foi Administrador da Hestmona Limited e Macau Hotel Company Ltd, e vogal do Conselho Fiscal da Sofidema – Sociedade Financeira de Desenvolvimento de Macau SARL. Foi Advogado e Notário Privado em Macau. Desempenhou ainda funções como Técnico Jurista no Banco de Fomento e Exterior e no Banco BPI. Desde 2007 é Secretário da Mesa da Assembleia Geral da SOFID e Secretário da Sociedade.

Duarte Pinho de Oliveira – Foi Responsável pela Área Jurídica e Secretário da Sociedade Suplente da SOFID entre maio de 2011 e julho de 2012. Nasceu em Lisboa em 1968. Frequentou o Colégio Militar entre 1978 e 1986. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa em 1992 e está inscrito na Ordem dos Advogados desde 1994. Em 1996 obteve um LLM (*Master of Law*) na especialidade de *Banking and International Finance na University College London*, em Londres. Colaborou com o Citigroup entre 1998 e 2008, onde desempenhou as funções de Country Legal Counsel e Compliance Officer. Posteriormente, foi consultor jurídico do Banif Grupo Financeiro e do Banco Santander. Colabora desde março de 2012 com o *Banque Privée Edmond de Rothschild Europe* – Sucursal Portuguesa, em Lisboa.

Frederico Costa e Silva – Licenciado em Economia pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, colabora com a SOFID desde fevereiro de 2011, como Responsável de Administração, Contabilidade e Finanças. Grande parte da sua carreira foi feita na África do Sul, no Mercantile Bank (Grupo Caixa Geral de Depósitos), onde desempenhou funções nas áreas financeira, de gestão de risco e internacional. É natural de Luanda, Angola.

Carlos Gomes Pinto – Licenciado em Economia e inscrito como membro efetivo da Ordem dos Economistas desempenha desde fevereiro de 2011 funções de Responsável da Área de Compliance e Auditoria Interna da SOFID. Com uma longa experiência na área de Auditoria Interna em Portugal, desenvolvida em grandes empresas e na área bancária. No grupo Santander Totta, desenvolveu trabalhos de organização e consultoria em empresas portuguesas e moçambicanas. Natural de Moçambique, reside em Portugal desde 1977. É casado e tem um filho.

Patrícia Frazão – Licenciada em Relações Internacionais Culturais e Políticas pela Universidade do Minho, é desde setembro de 2010 Assessora do Conselho de Administração da SOFID. Com formação em Comunicação e Marketing, é igualmente responsável pela Imagem e Comunicação da Sociedade. Antes de se juntar à SOFID, foi Assistente de Direção na Direção de Novos Canais do Banco BPI, Secretária Executiva do Corpo Nacional de Escutas e colaboradora na Direção Financeira do ICEP. É natural de Torres Novas.

Sandra Braga – Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, é Analista Financeira na SOFID desde agosto de 2011, no âmbito das áreas Comercial e Acompanhamento de Projetos e Gestão de Risco. Antes de se juntar à SOFID era *Senior Consultant* na Deloitte, onde trabalhou 8 anos, sendo responsável pelas candidaturas a incentivos financeiros e fiscais, nacionais ou comunitários. Natural de Lisboa é casada e tem uma filha.

Joana Aguiar Bravo – Licenciada em Engenharia do Território pelo Instituto Superior Técnico, é desde julho de 2011 Analista Financeira na SOFID, no âmbito Comercial, Acompanhamento de Projetos e Gestão de Risco. Anteriormente foi analista de risco na Direcção de Riscos de Crédito – Concessão - Banca de Empresas no Banco BPI, onde iniciou a carreira. É natural de Lisboa.

Duarte Vaz – Analista no âmbito das áreas Comercial e Acompanhamento de Projetos e Gestão de Risco, iniciou-se na SOFID como estagiário. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, estudou na *Universidad de Granada*, no âmbito do Programa Erasmus. Antes de se juntar à SOFID, colaborou na *Tata Consultancy Services*, uma empresa de consultoria informática em Budapeste, Hungria, no âmbito do programa de estágios internacionais da AIESEC – Associação Internacional de Estudantes em Ciências Económicas e Empresariais. É natural de Gondomar.

Lúcia Cabral – Analista na Área de Contabilidade e Finanças, iniciou a sua colaboração com a SOFID como estagiária. Licenciada em Economia (pós-Bolonha) e mestre em Economia com especialização em Economia Industrial pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, estudou na Faculdade de Economia da Universidade de Antuérpia, no âmbito do Programa Erasmus. Anteriormente foi estagiária do núcleo de Gestão do Centro de Formação Profissional de Viseu. Possui também o Certificado de Competências Pedagógicas. É natural de Vilar Formoso.

João Albino – Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa (pós-Bolonha), estudou na *Universitá Degli Studi di Trieste*, em Itália, no âmbito do Programa Erasmus. Foi Analista-estagiário na SOFID nas Área Comercial e de Acompanhamento de Projetos e de Gestão de Risco entre março e novembro de 2012. Anteriormente integrou o Programa C-MOVE, tendo sido Analista de Projetos de Microcrédito em São Tomé e Príncipe. É natural de Lisboa.

Claudia Carvalho – Licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa em 2011 (pós-Bolonha). Foi Assistente-estagiária na SOFID na área de Secretariado, Imagem e Comunicação, entre março e novembro de 2012. Anteriormente desempenhou funções como administrativa na Ocidental Seguros, do Banco Millennium BCP, na Área Não-Vida. Natural do Brasil, vive em Lisboa há 12 anos.

Projetos em Destaque

Dinamizando o mercado de móveis e produtos de decoração em Moçambique

Com o objetivo de aumentar a sua presença no mercado internacional, o Grupo Moviflor decidiu replicar em Moçambique a experiência bem-sucedida com a abertura da sua primeira loja em Luanda, há cerca de quatro anos.

Neste sentido, o Grupo desenhou um projeto de investimento no valor de USD 14,7 milhões, tendo em vista a compra de um imóvel numa das principais artérias de Maputo, adquirir um stock inicial de mercadorias bem como o equipamento necessário à instalação dos escritórios.

O apoio da SOFID traduziu-se na prestação de uma garantia bancária até USD 2,5 milhões, correspondendo a 1/3 do valor do financiamento obtido pela Moviflor junto do banco local parceiro Millennium BIM.

Os primeiros meses de atividade demonstram que a loja da Moviflor está a dinamizar o mercado da venda e distribuição de móveis e produtos de decoração em Moçambique. Além de apoiar a indústria do mobiliário portuguesa, fornecedores habituais do Grupo, o projeto prevê que a médio prazo se estabeleçam parcerias com empresas locais, contribuindo para fortalecer o tecido empresarial moçambicano. A abertura da loja da Moviflor permitiu a criação de cerca de 60 postos de trabalho diretos.

Apoio às autoestradas da informação em Angola

A TV Cabo – Televisão por Cabo de Angola, é uma empresa de direito angolano que resulta de uma parceria entre o Grupo Visabeira e a Angola Telecom.

A empresa é atualmente o único operador de conteúdos e dados por cabo no país a oferecer um serviço conjunto de televisão digital e internet de banda larga, com tecnologia totalmente digital, contribuindo para colocar Angola na vanguarda deste tipo de serviços em África.

A operar com sucesso em Luanda desde 2006, a TV Cabo Angola alargou recentemente a sua atividade às cidades de Benguela e Lobito, o que se traduziu num investimento que ultrapassa os USD 11 milhões. O projeto, baseado numa rede convergente avançada de banda larga em IP que permite serviços diversos sobre a mesma infraestrutura, tais como voz, vídeo e dados em simultâneo, foi financiado pelo banco local parceiro BFA, mediante um empréstimo em kwanzas equivalente a cerca de USD 6,6 milhões. A participação da SOFID traduziu-se na emissão de uma garantia até ao máximo de EUR 2,5 milhões.

O projeto veio responder à crescente procura de serviços de informação, cultura, educação e entretenimento por parte das famílias angolanas, permitindo também que as empresas e serviços públicos da província de Benguela disponham agora de soluções integradas para as suas necessidades de comunicação e transmissão de dados em grandes quantidades.

Mais responsabilidade social e ambiental no setor da construção em Moçambique

A Construções JJR & Filhos Moçambique é uma empresa de direito moçambicano constituída em setembro de 2010, cuja atividade incide na construção civil e obras públicas, terraplanagens, drenagens, pavimentações e outras obras acessórias.

Esta empresa resulta do processo de internacionalização do Grupo JJR, sediado em Leiria, e direcionou estrategicamente a sua atividade para o segmento das obras de pequena e média dimensão no mercado moçambicano.

O projeto apresentado à SOFID, no montante global de cerca de USD 6 milhões, assenta na aquisição de equipamentos industriais, de transporte e outros equipamentos ligeiros necessários ao apetrechamento de um estaleiro local de apoio. A solução financeira apresentada pela SOFID e que mais se adequava ao projeto traduziu-se num financiamento de EUR 1 milhão à empresa mãe do Grupo, em Portugal, para a realização de suprimentos na sua participada moçambicana, perfazendo 25% do investimento total.

O projeto contempla a criação de mais de 100 postos de trabalho diretos, recorrendo apenas a 8 expatriados, e prevê a implementação, na unidade moçambicana, dos mesmos padrões de exigência que pautam a atividade do Grupo em Portugal em termos de responsabilidade social e ambiental. A JJR Moçambique tem em desenvolvimento planos de formação específicos para colaboradores moçambicanos, visando a transferência de *know-how* e de competências técnicas.

Elevando as exigências do setor da mecânica de precisão no México [1]

A Ricardo & Barbosa, S.A. é uma sociedade de direito mexicano, cuja constituição, em 2009, decorre do crescente processo de internacionalização da Ricardo & Barbosa, Lda., empresa com sede em Gondomar, que se dedica há mais de 30 anos à fabricação de peças mecânicas de precisão em Portugal.

A instalação da empresa em Juarez, a cidade com a maior concentração mundial de fábricas associadas ao setor de cablagens automóveis, teve como objetivo principal produzir peças e ferramentas mecânicas de precisão e fornecer o mercado mexicano, em estreita ligação com alguns dos seus principais clientes, entre os quais estão algumas das mais importantes multinacionais do setor.

O projeto consistiu num investimento global de cerca de EUR 2,5 milhões destinados fundamentalmente à aquisição de equipamento industrial e de transporte, tendo a SOFID participado através de um financiamento de EUR 0,9 milhões.

Trata-se de um projeto com repercussões positivas na balança comercial mexicana, que contribui inegavelmente para o alargamento da oferta de peças mecânicas de precisão no país e que permitiu a criação de 18 postos de trabalho com uma elevada componente de formação especializada.

[1] Contratado a 25 de fevereiro de 2013.

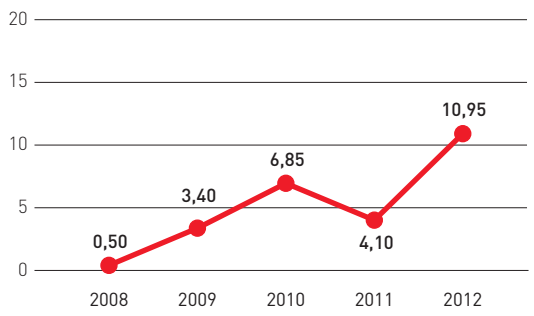
Atividade em 2012

Atividade Operacional

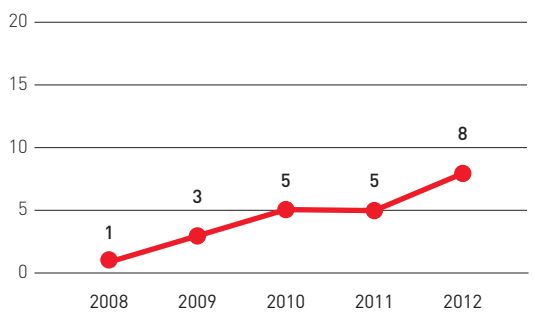
Carteira de projetos

Durante o ano de 2012 verificou-se uma forte alteração na evolução da carteira de projetos da SOFID. Foram **aprovadas oito novas operações**, aumentando para 22 o número acumulado de projetos aprovados e que totalizam um montante de cerca de 26 milhões de euros distribuídos de forma equilibrada entre empréstimos e garantias.

Evolução dos Montantes Aprovados (EUR)



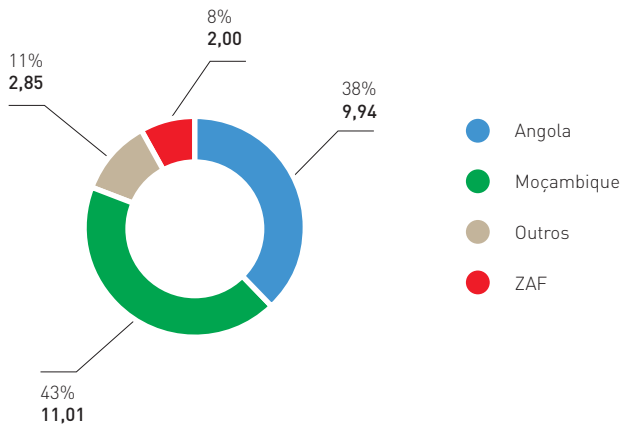
Evolução do Número de Projetos Aprovados



Em termos geográficos, verifica-se agora uma maior diversificação (oito diferentes países contra cinco no ano anterior) e regista-se, pela primeira vez, a aprovação de projetos fora do continente africano: Brasil e México. Os setores de atividade preponderantes são a indústria (36% dos projetos), logo seguida pelos setores da agroindústria (27%) e do comércio e serviços (27%).

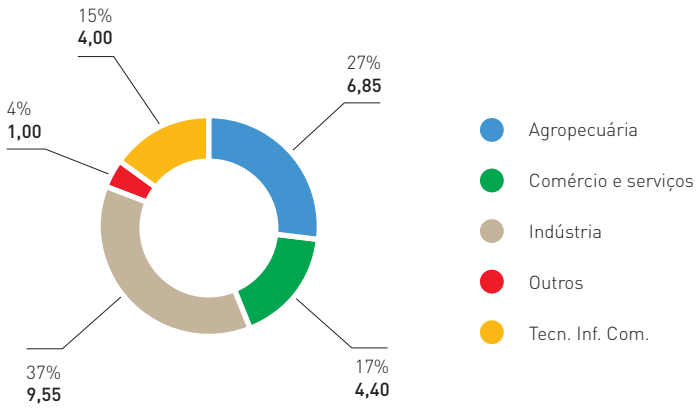
Montante Projetos Aprovados (EUR)

Distribuição por País



Montante Projetos Aprovados (EUR)

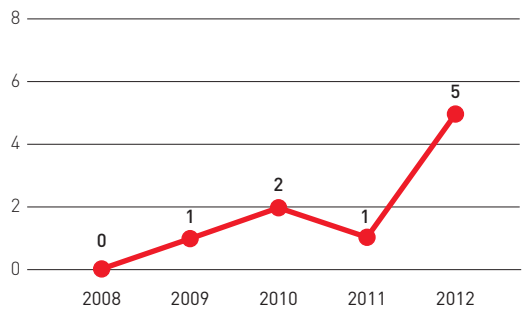
Distribuição por Setor



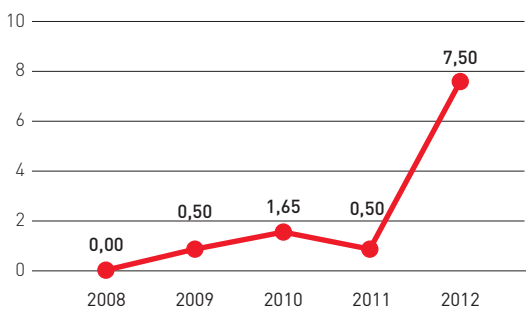
Com o incremento de atividade registado em 2012, a carteira de projetos da SOFID está finalmente em linha com a experiência de outras EDFI nos seus primeiros anos de atividade.

Em 2012 foram **contratadas cinco novas operações**, isto é, um número superior à soma das contratações nos quatro anos anteriores, resultando num total acumulado de 9 projetos, com o montante global de **10 milhões de euros**.

Número de Projetos Contratados



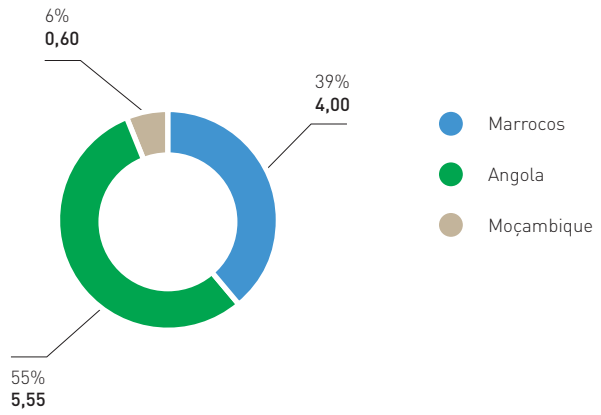
Montantes Contratados (EUR)



Cerca de 25% deste montante foi financiado sob a forma de empréstimos e 75% em garantias. Os projetos contratados pela SOFID **alavancam investimentos de cerca de 40 milhões de euros** em três diferentes países – Moçambique (com mais de metade dos montantes contratados), Angola e Marrocos. Em termos setoriais, mais de 80% dos financiamentos contratados foram aplicados em projetos de tecnologias de informação e comunicação, comércio e serviços e agroindústria.

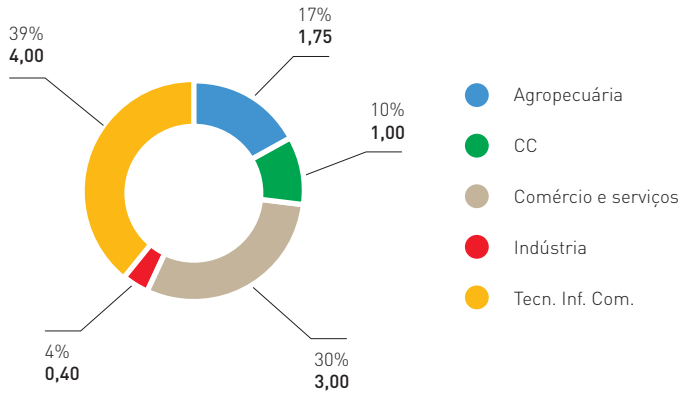
Montante Projetos Contratados (EUR)

Distribuição por País



Montante Projetos Contratados (EUR)

Distribuição por País



Mais de 50% das operações contratadas resulta da **partilha de risco com bancos locais parceiros**: BFA, em Angola, e Millennium BIM e BCI, em Moçambique.

A evolução da carteira de operações contratadas, tendo subjacente o pilar da solidez, não regista até à data quaisquer incidentes de crédito ou indícios de imparidades. Por outro lado, à semelhança do que já havia acontecido em 2011, a SOFID elaborou **Relatórios Anuais de Acompanhamento** para cada projeto, nos quais se pretendeu sistematizar a evolução da atividade das empresas promotoras e do próprio projeto, comparando-a, sempre que possível, às estimativas apresentadas inicialmente no respetivo plano de negócios e indicando, sempre que necessário,

as razões que justificam os desvios ocorridos. As conclusões destes relatórios têm vindo a reforçar a confiança de que a carteira da SOFID continua segura e valorizável, sem ameaças de incidentes no curto prazo.

Em 2012 a SOFID procedeu a uma análise da experiência de outras EDFI nos primeiros anos de atividade. Essa análise constatou que,no final do quinto ano, a **SOFID compara positivamente com os seus pares em praticamente todos os indicadores**, continuando a evoluir de acordo com a natureza e características próprias da banca de desenvolvimento e atuando de forma adicional em mercados emergentes de risco elevado. Recorde-se que a SOFID não concorre com outros bancos, não financia a atividade corrente das empresas nem a exportação de bens e serviços, atua estritamente em condições de mercado, não disponibiliza subsídios e lida diretamente com cada cliente e não através de instituições financeiras intermediárias. Acresce que a SOFID tem limitações de capital e que a situação financeira das PME limita a capacidade destas para apresentar projetos económica e financeiramente viáveis.

Numa comparação entre os primeiros cinco anos de atividade da SOFID e de outras EDFI de idêntica dimensão, a SOFID aprovou 22 projetos superando uma média de 21,5 projetos.

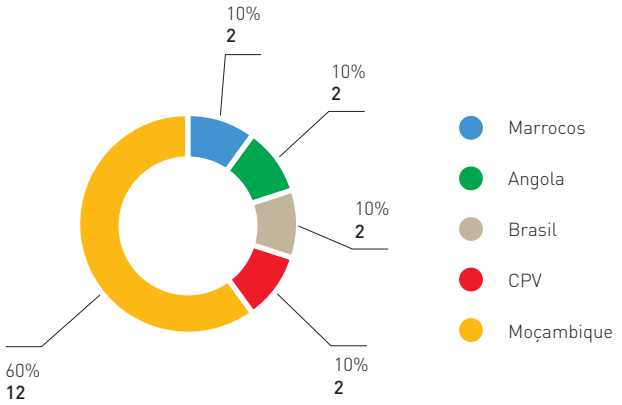
***Pipeline* de projetos**

O *pipeline* da SOFID registava 20 projetos no final de 2012, dos quais cerca de 40% em estádio avançado de análise para aprovação. Em 2012 introduziram-se alterações metodológicas nos critérios de seleção à entrada de projetos em *pipeline*, razão pela qual estes números não são comparáveis com anos anteriores. Não obstante, é de registar o crescente peso de projetos numa fase mais avançada. perspetivando a sua aprovação.

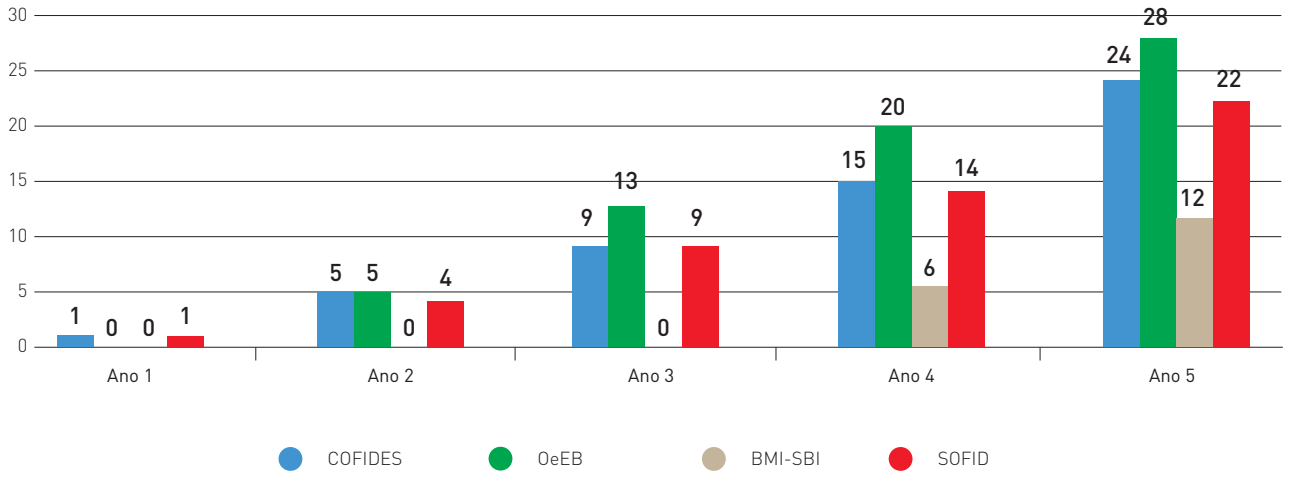
Cerca de **90% dos projetos em *pipeline* têm como destino países da CPLP**, continuando Moçambique a assumir novamente uma posição destacada, com 60% do total. Em termos setoriais, mantêm-se igualmente as tendências de anos anteriores, com o comércio e serviços e a indústria a ocuparem as primeiras posições, seguidos de perto pelo setor da agroindústria.

Nº Projetos em Pipeline

Distribuição por País

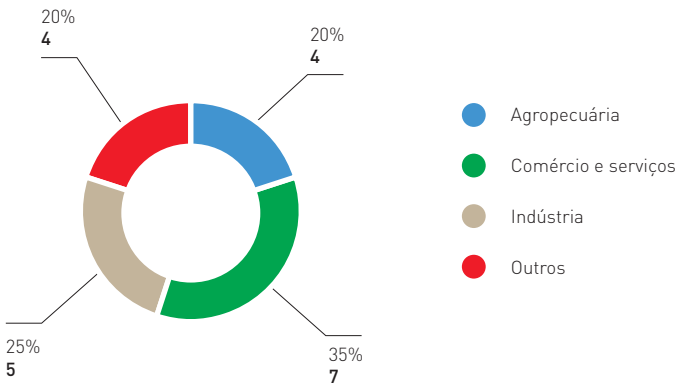


Comparação da SOFID com outras EDFI
Número de Projetos Aprovados
(primeiros 5 anos de atividade)



Nº Projetos em Pipeline

Distribuição por Setor



Na operacionalização dos investimentos, a experiência da SOFID tem revelado a existência de longos ciclos de projeto (média de 9 meses), considerando o intervalo compreendido entre o momento em que a empresa contacta a SOFID pela primeira vez e a concretização do primeiro desembolso.

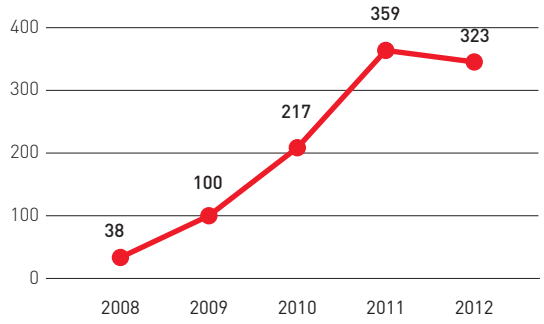
Com efeito, os mercados de intervenção da Sociedade ainda estão longe de atingir os níveis de maturidade característicos dos países mais desenvolvidos e muitos deles localizam-se a longas distâncias de Portugal. Por outro lado, o foco da atividade da SOFID dirige-se para as PME, sendo que a maioria ainda não está suficientemente preparada para enfrentar com eficácia as exigências e as complexidades inerentes aos processos de internacionalização nestas áreas do globo, designadamente na mobilização de capitais próprios, na identificação dos melhores parceiros locais, na elaboração de estudos de mercado e planos de negócios, na concretização de múltiplos atos legais e administrativos no terreno ou na condução de negociações com bancos locais.

Atividade Comercial

Os progressos registados no portefólio de projetos da SOFID são indissociáveis da decisão de apontar a **dinamização da atividade comercial como primeira prioridade estratégica**. Tendo por objetivo último a contratação de operações, através da alimentação sistemática do *pipeline* com novos projetos, a SOFID continuou a reforçar a relação de proximidade com os clientes e a divulgar de forma intensiva os produtos financeiros que disponibiliza às empresas interessadas em investir nos países emergentes e em desenvolvimento.

Nesse sentido, as reuniões bilaterais com empresas e promotores de projetos assumem primordial importância. Durante o ano de 2012, ocorreram 323 reuniões desse tipo, **o que significa que, em termos médios, a SOFID realiza duas reuniões com empresas, em cada dia útil**. Nos últimos 3 anos, foram realizadas 900 reuniões com empresas, o que expressa bem o esforço que a Sociedade dedicou ao contacto direto com os promotores, facultando-lhes um serviço público que tanto pode traduzir-se na assessoria financeira e aconselhamento técnico sobre mercados, como na prestação de informações e recomendações sobre procedimentos a acautelar ou entidades a contactar.

Nº de Reuniões com Empresas

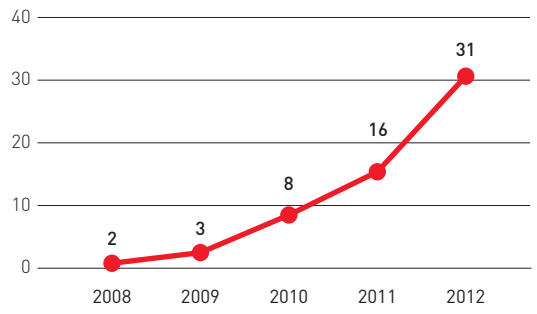


Em termos médios, a SOFID realiza duas reuniões por dia com empresas e promotores de projetos.

A SOFID tem igualmente vindo a intensificar a realização de visitas a empresas, designadamente às que têm projetos em carteira ou no *pipeline*. **Em 2012 duplicaram essas visitas**, consideradas de grande utilidade, visto que permitem, através da observação direta e de informação recolhida no terreno, não só aprofundar o conhecimento sobre a gestão das empresas e a sua evolução eco-

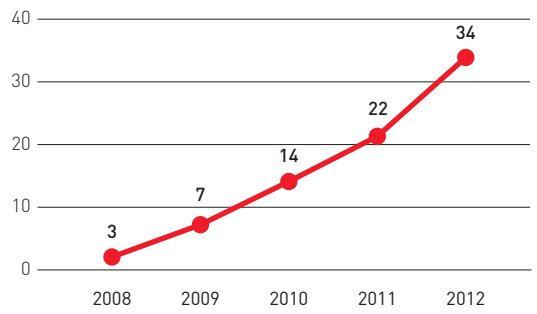
nómica e financeira, bem como avaliar a consistência da informação apresentada no plano de negócios e outros documentos do processo de investimento.

Nº de Visitas a Empresas



Outra importante dimensão da atividade comercial tem a ver com a divulgação e a promoção da Sociedade e dos produtos e serviços que disponibiliza.
Para isso a SOFID tem uma política de organizar ou coorganizar eventos com parceiros, assim como participar em conferências e seminários sobre internacionalização em mercados emergentes. Dirigentes e colaboradores da SOFID fizeram **apresentações em 34 eventos – conferências, seminários, *workshops*** – promovidos pela SOFID em parceria com bancos, associações empresariais, câmaras de comércio e AICEP, ou organizados por estas entidades. O número destas apresentações tem vindo a aumentar sistematicamente nestes últimos anos, verificando-se uma duplicação relativamente a 2010. As apresentações nestes eventos permitem uma abordagem focada, levando ao conhecimento de milhares de empresários interessados nos instrumentos da SOFID, bem como desenvolver parcerias de colaboração com outras entidades da rede de apoio à internacionalização. Muitos pedidos de reunião e algumas operações resultaram de apresentações da SOFID neste tipo de eventos.

Número de Apresentações SOFID



As apresentações da SOFID, em eventos próprios ou promovidos por outras entidades, duplicaram nestes últimos anos, possibilitando o contato com milhares de participantes.

Concretamente ao nível de eventos próprios, foi realizado um *Workshop* SOFID com empresários portugueses no Brasil, em parceria com a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de janeiro e um seminário InvestimoZ, em parceria com a ADENE e a EnergyIn em Moçambique. Em Portugal tiveram lugar um *Workshop* Investimoz, no Porto, em parceria com o Banco BPI, AICEP e Câmara de Comércio Portugal Moçambique, um *Workshop* SOFID coorganizado com o LIDE Mulher e um *Workshop* SOFID, em parceria com a AECOPS e o GPEARI do Ministério das Finanças, ambos em Lisboa.

Gestão de Risco

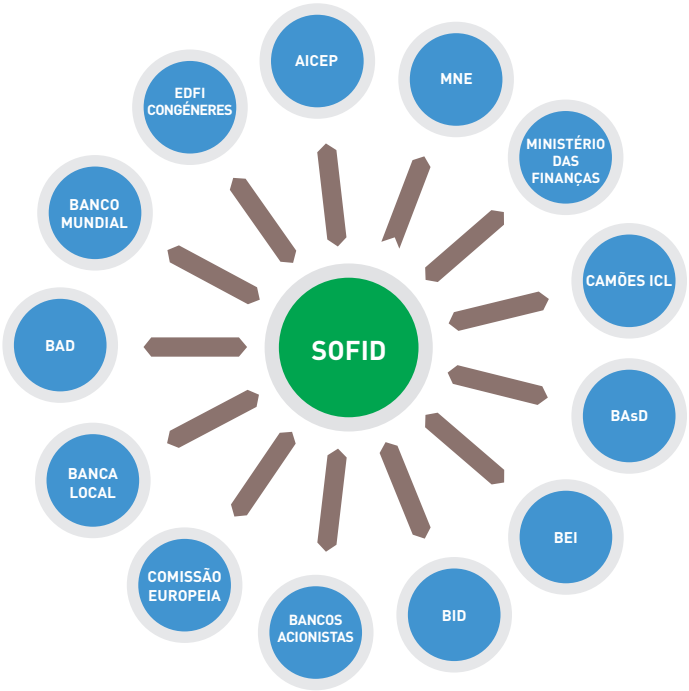
Durante o ano de 2012, as atividades de gestão de risco tiveram como principal enfoque a **análise de operações e respetivo risco associado**, tendo em vista a concessão de crédito às empresas e o apoio à atividade comercial, através da afetação de colaboradores que partilham funções entre as áreas de risco e comercial.

Tratando-se de uma variável de grande importância para a concretização dos objetivos operacionais da SOFID, a área de gestão de risco esteve fortemente **envolvida em todos os processos contratuais** ocorridos em 2012, desempenhando funções essenciais à sua elaboração, nomeadamente na análise de conformidade de minutas de contratos face às condições estabelecidas nas fichas técnicas aprovadas e de toda a documentação anexa aos contratos.

De forma complementar, a área de gestão de risco realizou um importante esforço de organização interna e de sistematização de procedimentos, com especial destaque para a **reorganização dos arquivos físico e digital** e para o desenvolvimento da **ferramenta GESCOP** – Gestão de Clientes, Operações e Projetos, uma base de dados que possibilita de forma simples e integrada, o registo e posterior acesso à informação sobre empresas, projetos em carteira e *pipeline*, reuniões realizadas e contactos obtidos.

Parcerias

O alargamento e aprofundamento das relações de colaboração com entidades da rede da cooperação económica e empresarial portuguesa constituiu uma importante preocupação da SOFID ao longo do ano de 2012.



A SOFID manteve contactos regulares com numerosas entidades públicas e privadas, em Portugal e nos países de intervenção. Em alguns casos, essas ligações têm vindo a evoluir para formas de colaboração mais estruturadas, pelo que, no final de 2012, a SOFID contabilizava **23 protocolos e memorandos de entendimento** celebrados com instituições financeiras internacionais, bancos locais, câmaras de comércio, associações empresariais e organismos públicos. O ano de 2012 ficou marcado pelo aprofundamento das parcerias já formalizadas, mais do que pelo alargamento da rede de entidades protocoladas.

O aproveitamento das sinergias geradas na rede da cooperação económica e empresarial é fundamental para a SOFID cumprir o seu mandato.

Institucionais

A SOFID manteve **ligações com entidades públicas** como a AICEP, Camões ICL, IAPMEI, serviços do Ministério das Finanças e do MNE, embaixadas, câmaras municipais, etc., tendo em vista potenciar complementaridades, racionalizar meios ou operacionalizar protocolos já celebrados.

Nesse sentido, a Sociedade participou no Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, liderado pela AICEP e pelo GPEARI do Ministério das Finanças; integrou a comitiva do Secretário de Estado da Energia a Moçambique; promoveu encontros com embaixadores e cônsules-gerais portugueses em Cabo verde, Moçambique e Brasil; realizou encontros com os embaixadores de países estratégicos em Portugal; coorganizou com o GPEARI do Ministério das Finanças o seminário "Internacionalização da Construção em Mercados Emergentes e em Desenvolvimento"; colaborou no seminário "Oportunidades de Investimento nos Mercados Lusófonos", promovido pela Câmara Municipal de Odivelas; colaborou no *workshop* "Oportunidades de Negócio no Brasil", promovido pela Câmara Municipal de Loures.

Bancos acionistas e bancos locais parceiros

No que respeita à colaboração com os **bancos acionistas** (CGD, BPI, BES e Millennium BCP) o ano de 2012 ficou marcado por uma mais regular troca de informações e pela realização de algumas iniciativas comuns, como sejam o *Workshop* InvestimoZ "Financiamento do investimento em Moçambique", com o BPI, no Porto, e a ação de formação sobre a SOFID para quadros do Millennium BCP, em Lisboa.

Ao nível de **bancos locais**, a SOFID rubricou um protocolo com o BNI, elevando para 7 o número de protocolos com bancos locais parceiros. Em quatro destes bancos, os protocolos são operacionalizados através de *pipelines* comuns de projetos, demonstrativos de estádios mais avançados de cooperação com estes bancos.

Associações e câmaras de comércio

A SOFID tem mantido uma **regular colaboração** com associações empresariais de caráter nacional e regional e com câmaras de comércio, coorganizando ou participando em várias regiões do país, em eventos sobre oportunidades de negócio em países emergentes e em desenvolvimento. Um novo protocolo foi assinado com a AECOPS – Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas.

Comunicação

No Plano Estratégico 2010-2012, a comunicação foi definida como uma das áreas de intervenção estratégica da SOFID, com base no entendimento de que o aumento da visibilidade e da notoriedade da SOFID seria um fator crucial para o incremento da sua atividade. A Estratégia de Comunicação da SOFID, aprovada em dezembro de 2010, definiu ações de comunicação com os vários *stakeholders* internos e externos, visando melhorar a qualidade da informação e aumentar o reconhecimento por parte de todos aqueles que com ela se relacionam.

A multiplicidade de partes interessadas com quem a SOFID se relaciona obriga a uma Estratégia de Comunicação muito focada e orientada para os seus colaboradores e para os seus potenciais clientes.

Comunicação interna

A introdução de retiros de equipa, iniciada com o *Team Retreat Natal 2010*, permitiu a troca de impressões em ambiente informal e a recolha de informação útil sobre a perceção dos colaboradores em relação aos objetivos, políticas e atividade da empresa. Já este ano, o **Team Retreat Natal 2012** foi igualmente um sucesso, tendo permitido a colaboradores e dirigentes da SOFID o reforço do espírito de equipa, a discussão de resultados e perspetivas futuras da Sociedade e a recolha de informação sobre aspetos do funcionamento da SOFID.

Umas das medidas concretas resultantes dos retiros de equipa foi a realização de **Reuniões Plenárias** onde são discutidos aspetos internos entre todos os colaboradores e dirigentes SOFID. Em 2012 manteve-se esta boa prática, com resultados interessantes no reforço da coesão e da identificação dos colaboradores com os objetivos da Sociedade. Foram igualmente organizados vários **Encontros de Final de Tarde**, com destaque para homenagens informais a colegas que terminaram as suas funções e aniversários de colaboradores.

Em 2012 continuaram a promover-se atividades de receção a novos colaboradores através do **Programa de Acolhimento**, o qual incluiu formação interna prestada por elementos da SOFID sobre diferentes áreas e aspetos do negócio, funcionamento e cultura organizacional da Sociedade.

Comunicação externa

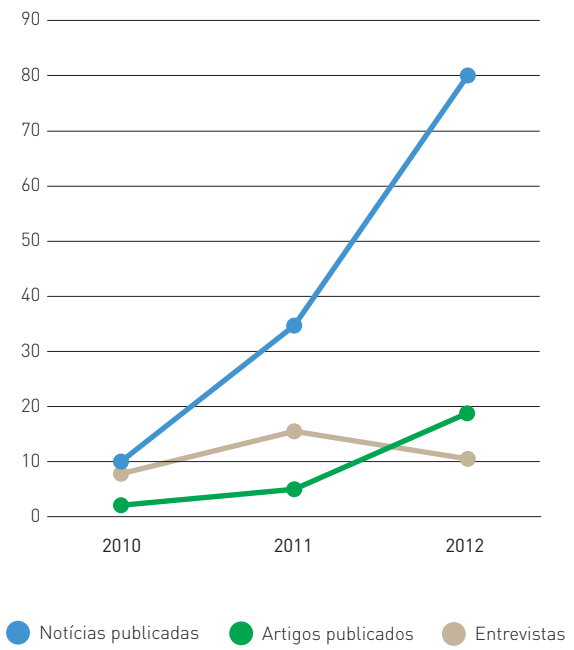
Sítio na Internet

Em 2012 foi concluído o processo de restruturação do portal, reconhecendo-se que este é um dos meios privilegiados de comunicação entre a Sociedade e os seus *stakeholders*. No decorrer do ano, foram difundidas no portal 46 notícias sobre a atividade da SOFID no portal, tendo sido igualmente colocada informação relevante sobre a atividade da Sociedade, a organização de *workshops* e vários documentos de apoio ou ainda a publicação de informação oficial obrigatória, como é o caso do Relatório e Contas.

Notícias, Entrevistas e Artigos publicados

Os comunicados de imprensa enviados regularmente aumentaram a visibilidade da Sociedade nos media. Em 2012, a SOFID emitiu 7 comunicados de imprensa, contribuindo para a publicação de 107 referências na imprensa nacional e estrangeira, verificando-se um aumento significativo do número de artigos, entrevistas a dirigentes e de referências à SOFID na comunicação social.

Número de Aparições da SOFID nos Media



Organização e Participação em Eventos
Em 2012 ocorreram 34 participações da SOFID em seminários e conferências organizadas por entidades parceiras ou pela própria SOFID. Estes eventos possibilitam que a imagem da SOFID, a natureza do seu mandato e os instrumentos que disponibiliza cheguem a muitas centenas de representantes de empresas participantes sendo de destacar o primeiro *Workshop* InvestimoZ no Porto e o primeiro *Workshop* SOFID no Brasil.

Instrumentos de Comunicação
Ao longo de 2012 foi possível criar alguns materiais de comunicação e renovar a imagem de outros já existentes. Ao mesmo tempo que mantém o seu importante papel de documento legal, o Relatório e Contas continua a ser um dos principais instrumentos de comunicação da SOFID, pelo que se prosseguiu com uma política de o estruturar com conteúdos objetivamente relacionados com a sua atividade, utilizando uma linguagem direta e incorporando elementos gráficos facilitadores da compreensão das principais mensagens a transmitir.

O InvestimoZ

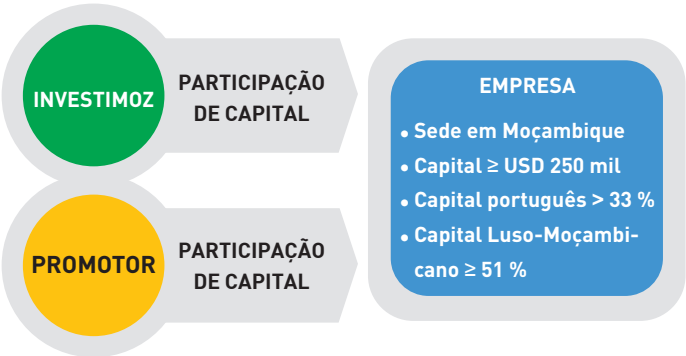
Apesar de ter sido criado em abril de 2010, o Fundo apenas entrou em atividade em maio de 2011 com a constituição da Comissão Conjunta, após a nomeação dos membros indicados por Portugal. O Fundo foi criado pelo Decreto-lei nº 42/2010, de 30 de abril, com o capital inicial correspondente ao contravalor em EUR de USD 124 milhões (aproximadamente EUR 94 milhões), totalmente subscrito pela Direcção Geral do Tesouro Portuguesa.

De acordo com o referido decreto, o Fundo tem por objetivo participar no financiamento de projetos de investimento de iniciativa pública ou privada em Moçambique, a efetuar através de empresas portuguesas ou de parcerias integradas por empresas portuguesas, devendo:

- Promover uma adequada partilha de risco e transferência de *know-how*
- Garantir a sua compatibilidade com as prioridades da política de cooperação financeira para o desenvolvimento do Estado Português
- Privilegiar a sua inserção em setores económicos estruturantes
- Respeitar os critérios de sustentabilidade e eficiência económica, financeira e ambiental.

Mais tarde, com a publicação da Portaria nº 815/2010, de 30 de agosto, foi aprovado o Regulamento de Gestão do Fundo, que prevê as seguintes modalidades de intervenção:

- Tomada de participações sociais a efetuar conjuntamente com a sociedade cujo capital social é maioritariamente detido por pessoas singulares ou coletivas, residentes ou domiciliadas em Portugal;



- Participação em contrato de consórcio, ou outras formas de parceria, entre sociedades com sede em Portugal e sociedades com sede na República de Moçambique;

- Financiamento de participações sociais de sociedades com sede em Portugal no capital social de sociedades com sede na República de Moçambique, através da concessão de empréstimos.

No que respeita à participação do Fundo no capital social das em-

presas, consideram-se elegíveis as sociedades que tenham sede em Moçambique e reúnam cumulativamente as seguintes condições:

- Participação de capitais portugueses em percentagem superior a 33%, incluindo, para esse efeito, os capitais disponibilizados pelo Fundo;
- Participação de capitais portugueses e moçambicanos que, no conjunto, representem percentagem superior ou igual a 51%.

Quanto à possibilidade de financiamento de participações sociais, consideram-se elegíveis as sociedades com sede na República de Moçambique, com participação de capitais portugueses em percentagem superior a 51%, incluindo, para esse efeito, os capitais disponibilizados pelo Fundo.

Cumprindo o seu mandato como entidade gestora, durante o ano de 2012, a SOFID organizou eventos específicos de promoção do Fundo e a sua divulgação no âmbito de apresentações em eventos promovidos por entidades terceiras. Tais apresentações estão mencionadas neste relatório na secção "Atividade operacional". Por outro lado, a SOFID participou, em maio de 2012, na missão da ADENE em Moçambique, no âmbito da visita do Secretário de Estado da Energia a Moçambique, tendo também realizado uma missão InvestimoZ a este país, em novembro de 2012.

Visita do Secretário de Estado da Energia a Moçambique

A Comissão Conjunta reuniu-se duas vezes em 2012 e aprovou duas operações, uma no setor dos biocombustíveis e outra na área da captação, tratamento e engarrafamento de água mineral. Estas aprovações acrescem a uma anterior aprovação de um projeto de investimento no setor das instalações elétricas. Também foi autorizada, em 2012, a manifestação de interesse do InvestimoZ em participar num consórcio para exploração de energia eólica.

Tendo em conta a experiência na gestão do Fundo, a SOFID propôs superiormente, em junho de 2012, que o mesmo fosse flexibilizado, por forma a responder às necessidades de capitalização e financiamento das empresas portuguesas que se pretendem internacionalizar para Moçambique. Concretamente foi proposto, entre outras medidas, o alargamento do âmbito do Fundo, por forma a financiar as empresas portuguesas para a realização de

prestações suplementares de capital e suprimentos, em sociedades com sede em Moçambique. A SOFID aguarda uma decisão favorável da tutela relativamente a estas propostas, sem a qual não vislumbra a utilização satisfatória deste instrumento por parte de empresas portuguesas interessadas na internacionalização para Moçambique.

Instrumentos Adicionais

ITF – Fundo União Europeia-África para as Infraestruturas

O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas tem apoiado projetos estruturantes que promovam o desenvolvimento transfronteiriço ou tenham impacte regional na África Subsariana. **Mais recentemente, e em linha com a abordagem de outros fundos comunitários, irá passar a ser possível submeter projetos de âmbito nacional**. Por outro lado, o enfoque do ITF, nos próximos anos, irá concentrar-se em projetos que visem a produção de energia na Africa Subsaariana.

Os sectores elegíveis são:
- Energia
- Transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo e marítimo)
- Água e Saneamento
- Telecomunicações e Tecnologias da Informação

O ITF combina subvenções da Comissão Europeia e dos Estados-Membros, com o apoio técnico do BEI, da SOFID e das suas congéneres europeias, em cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento.

O Fundo prevê um subsídio não reembolsável que vem ajustar-se aos empréstimos de longo prazo concedidos por instituições financeiras. Os projetos que beneficiam desta exposição inovadora apresentam as seguintes características:
- Projetos transfronteiriços ou com benefícios comprovados para pelo menos mais um país vizinho (caso os projetos estejam localizados num só Estado)
- Projetos sustentáveis e com impacte no desenvolvimento
- Projetos promovidos por entidades públicas, privadas ou de capitais mistos.

As subvenções concedidas pelo Fundo podem assumir quatro formas:
- Bonificações de juros de empréstimos a médio e longo prazo
- Assistência técnica, incluindo estudos de viabilidade e desenvolvimento de capacidades institucionais relacionados com o projeto
- Subsídios diretos às componentes social e ambiental do projeto
- Prémios de seguro para cobrir o risco-país durante a fase de lançamento.

Estima-se que cada euro subvencionado pelo ITF possa vir a gerar mais de 12 euros de investimento total, revelando o efeito multiplicador que o Fundo pode ter.

Entre os países elegíveis estão 47 países da África Subsaariana (excluindo a África do Sul), designadamente **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe**.

Portugal é um dos Estados-Membros da União Europeia que participa no Fundo, sendo que a SOFID tem o mandato governamental para atuar como *financier*, promovendo o fundo juntamente com o GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e apresentando propostas para financiamento no *Project Financiers Group* e acompanhando os projetos aprovados.

O limite máximo de apoio ITF por projeto situa-se em EUR 30 milhões, havendo sublimites indicativos de EUR 25 milhões para subsídio de taxa de juro e de EUR 5 milhões para assistência técnica.

Durante 2012, a SOFID coorganizou dois eventos específicos de divulgação de fundos europeus, com destaque para o ITF: com a AECOPS em outubro e com o BEI em novembro. Além disso, continuou a divulgar o ITF em todos os seminários e *workshops* em que esteve envolvida, bem como em reuniões com responsáveis governamentais dos países beneficiários. A SOFID participou igualmente nas reuniões do *Project Financiers Group*, para a emissão de pareceres sobre operações a ser submetidas para aprovação ao Comité Executivo.

NIF – Facilidade de Investimento para a Vizinhança

NIF
Neighbourhood
Investment
Facility

A NIF é um instrumento da Comissão Europeia que tem por finalidade apoiar investimentos em países vizinhos da União Europeia, prosseguindo três objetivos estratégicos:

- Apoio à construção de **infraestruturas** nos sectores da energia e transportes, no sentido de estreitar relações e parcerias entre os países da vizinhança e da União Europeia.
- Apoio ao combate contra ameaças **ambientais**, nomeadamente nos domínios das alterações climáticas, qualidade do ar e da água, e tratamento de resíduos e poluição industrial.
- Promoção de um desenvolvimento socioeconómico equitativo, bem como criação de emprego, através do apoio ao desenvolvimento do **setor privado**, sobretudo das PME, e ao setor social.

A SOFID atua como *financier*, com a missão principal de apresentar projetos à Facilidade.

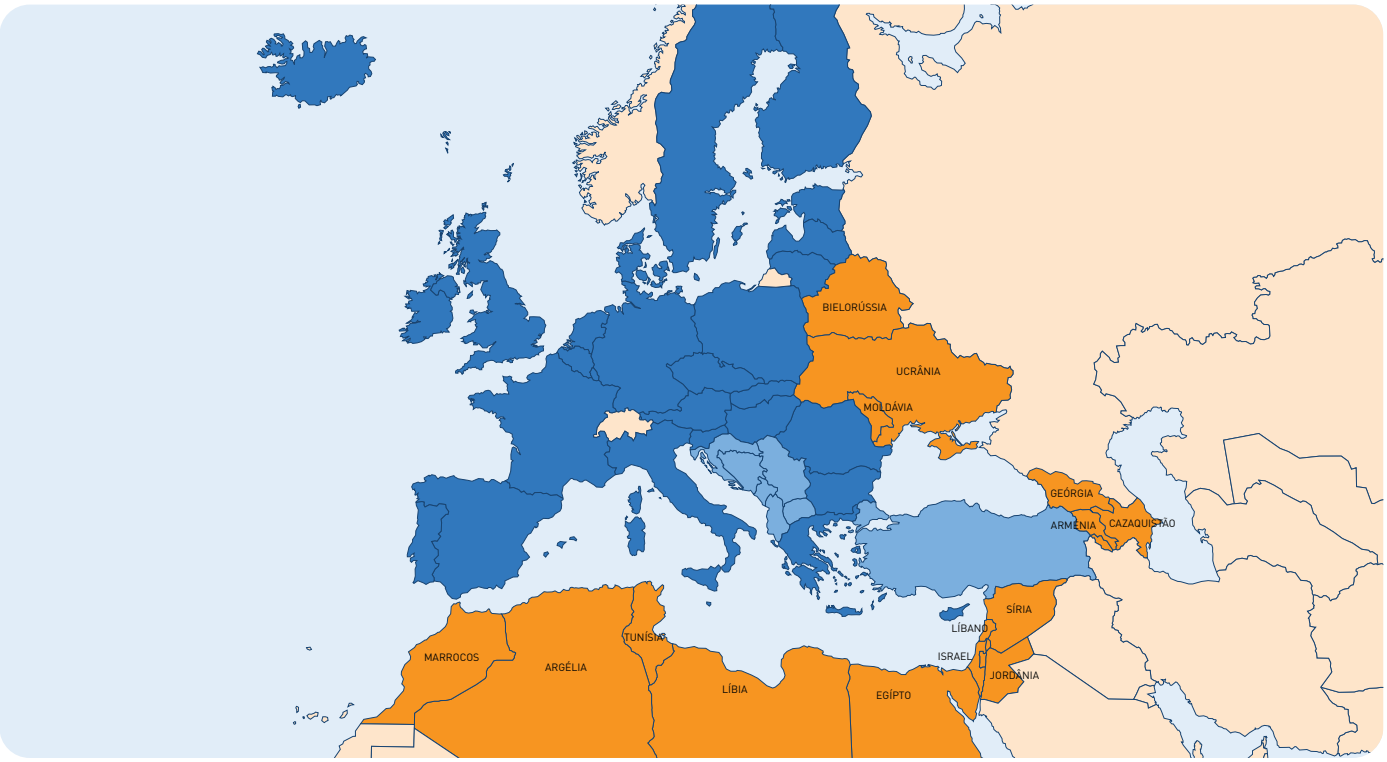
As contribuições da NIF podem tomar várias formas incluindo:

- **Cofinanciamento**: através da utilização de doações para financiar componentes de um projeto, contribuindo para tornar o projeto financeiramente viável.
- **Assistência Técnica**: através da contratação de consultores para apoiar a preparação ou a implementação de um projeto.
- **Operações de Capital de Risco**: especialmente orientada para o reforço do sector privado dos países vizinhos, podendo assumir a forma de cofinanciamentos com a banca local.

Na análise de projetos, é dada prioridade a operações que:

- Sejam elegíveis no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- Envolvam atividades de risco elevado e sem acesso a financiamento
- Reforcem os mercados de trabalho e as oportunidades de emprego
- Promovam um desenvolvimento socioeconómico sustentável, com particular enfoque no combate à pobreza

Durante 2012, a SOFID promoveu a NIF nos seminários e reuniões em que esteve envolvida e, em particular, junto de interlocutores com interesses nos países-alvo da cooperação económica portuguesa, designadamente no Norte de África. Organizou com a AECOPS um seminário específico para divulgação da NIF (em conjunto com o ITF e a LAIF) e participou num Seminário Oportunidades de Negócio do BEI, onde também divulgou estes fundos europeus.



LAIF – Facilidade de Investimento para a América Latina

O LAIF é um programa regional, criado pela Comissão Europeia em dezembro de 2009 e lançado em 2010, destinado a incentivar os governos beneficiários e instituições públicas a realizar **investimentos essenciais** na América Latina.

O objetivo deste instrumento é mobilizar financiamentos adicionais para apoiar investimentos na América Latina, incentivando os governos beneficiários e instituições públicas a realizar os investimentos essenciais, que não poderiam ser financiados isoladamente pelo mercado ou pelas instituições financeiras de desenvolvimento.

O LAIF tem ainda **três objetivos estratégicos** ligados entre si e reforçando-se mutuamente:

- Melhorar as ligações entre os países latino-americanos, em especial estabelecendo **melhores infraestruturas** no domínio da energia e dos transportes, incluindo eficiência energética, sistemas de energia renovável, sustentabilidade dos meios de transporte e redes de comunicação.
- Proteção acrescida do **meio ambiente** incluindo adaptação e mitigação das alterações climáticas.
- Promover o **desenvolvimento socioeconómico equitativo** e sustentável através da melhoria das infraestruturas dos serviços sociais e apoio às PME.

A SOFID atua como veículo intermediário de apresentação de projetos ao Programa.

As contribuições do LAIF podem tomar várias formas:

- **Doações**: em projetos de cofinanciamento de infraestruturas públicas
- **Subsídio para o custo de Garantias**
- **Subsídio da Taxa de Juro**
- **Assistência Técnica**: no âmbito de uma operação específica de investimento (pré investimento), ou no decorrer normal da atividade da empresa, a qual será acompanhada por uma das Instituições Financeiras elegíveis;
- **Operação de Capital de Risco**: no âmbito de uma operação específica de investimento (pré investimento), ou por necessidade da própria empresa em requerer uma operação de capital de risco para o decorrer da sua atividade, a qual será acompanhada por uma das Instituições Financeiras elegíveis.

Durante 2012, a SOFID promoveu o LAIF nos seminários e reuniões em que esteve envolvida e, em particular, junto de interlocutores com interesses nos países da América Latina, designadamente aqueles em se verificam relações mais estreitas em termos de cooperação económica. Nos seminários da AECOPS e do BEI, acima mencionados, a propósito da divulgação do ITF e da NIF, também foi divulgada esta facilidade de investimento.

Factos Posteriores ao Fecho do Exercício

Já em 2013 foram aprovados quatro projetos: três operações no montante total de até EUR 6,2 milhões para investimentos em Moçambique nos setores industrial e agroindustrial e uma operação de EUR 0,6 milhões no setor das tecnologias de informação no Brasil. Também em 2013 foram contratadas duas operações de financiamento para projetos industriais: uma no México, no montante de EUR 0,9 milhões, e outra na África do Sul, no montante de EUR 2 milhões.*

*Parágrafo alterado pela Adenda ao Relatório e Contas 2012 aprovado pelo Conselho de Administração a 16 de abril de 2013.

Governo da Sociedade

Missão, Objetivos e Políticas

A Missão da SOFID

Na prossecução da sua missão, a SOFID assume um papel importante na montagem de operações financeiras relacionadas com os processos de investimento em mercados emergentes, atuando de uma forma complementar às restantes instituições financeiras portuguesas. Com a preocupação de alavancar a sua capacidade de intervenção, a SOFID procura mobilizar instrumentos financeiros adicionais, de Instituições Financeiras Internacionais multilaterais e bilaterais, com as quais mantém relações privilegiadas.

MISSÃO

A SOFID deve envidar esforços para que projetos de internacionalização sólidos e que tragam benefícios para a economia do país beneficiário obtenham financiamento.

Objetivos

Indicadores de Desempenho 2009-2012

		2009	2010	2011	2012e	2012	Δ11-12
Indicadores Operacionais	Novos Projetos Aprovados	3	5	5	10	**8**	+60%
	Novos Montantes aprovados (M€)	3,4	6,9	4,3	10	**10,95**	+155%
	Novos Projetos Contratados	1	2	1	5	**5**	+400%
	Novos Montantes Contratados (M€)	0,5	1,7	0,5	7	**7,5**	+1400%
	Reuniões com empresas	100	217	359	250	**323**	-10%
	Visitas a empresas	3	8	16	18	**28**	+75%
Indicadores Financeiros	Cost to income (%)	243	490	138	134	**139**	+0,7%
	RoA (%)	-3,67	-6,09	-2,21	-0,27	**-2,18**	-1,4%
	RoE (%)	-3,72	-6,27	-2,24	-0,28	**-2,25**	+0,4%
Recursos Humanos	Nº quadros dirigentes	5	4	4	4	**4**	0%
	Nº quadros técnicos	1,5	5	5	7,5	**6**	+20%
	Nº administrativos	1	0,5	0,5	0,5	**0,5**	0%
Comunicação e Imagem	Artigos/entrevistas publicados	4	10	23	20	**107**	+365%
	Nº apresentações em Seminários	9	20	36	29	**34**	-6%

e) estimado

Os resultados do ano de 2012 revelam um crescimento muito significativo dos indicadores relacionados com a atividade operacional e com a comunicação e imagem e uma estabilização dos indicadores financeiros e dos recursos humanos.

A nível operacional, o desempenho da SOFID ficou marcado pelo forte crescimento dos novos montantes aprovados e contratados.Com exceção de um indicador (novos projetos aprovados) todas as metas traçadas para o ano foram atingidas ou ultrapassadas.

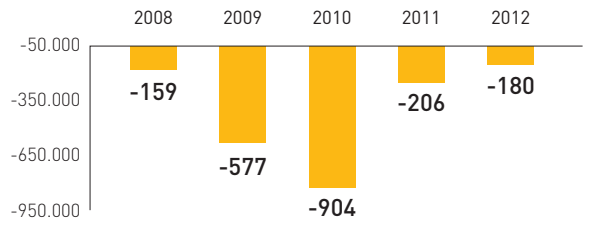
A nível dos resultados financeiros, observa-se uma estabilização dos indicadores motivada por duas razões principais: controlo de custos e descida das taxas de juro.

Em 2012 os custos com pessoal e os gastos operacionais mantiveram-se ao nível de 2011. A forte redução de custos verificada em 2011 face a 2010, não pôde ter continuidade porque praticamente toda a redução de custos já fora anteriormente efetuada. Ainda assim, registou-se um decréscimo de 4% nos gastos operacionais. Por outro lado, os custos com pessoal mantiveram-se ao nível de 2011 ano em que também já se tinha registado uma redução significativa.

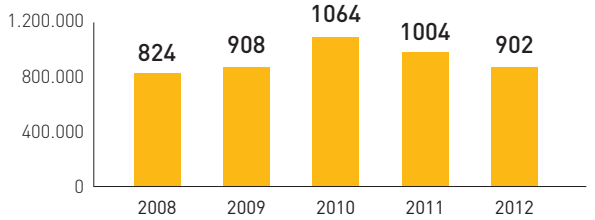
Quanto às receitas, observa-se uma deterioração da margem financeira, provocada pela descida das taxas de juro das aplicações em 2012 face a 2011. Para além desse efeito preço, o volume de aplicações também se reduziu. Não obstante esse fato, a contribuição da margem financeira proveniente das operações de crédito e o crescimento das comissões melhoram claramente o perfil do produto bancário, contribuindo para um **EBITDA 80% melhor do que aquele de 2010.**

Com este aumento da atividade, a SOFID esgotou em 2012 a sua capacidade de crescimento, atendendo aos meios financeiros disponíveis. Completada a racionalização de custos e praticamente esgotada a capacidade de concessão de crédito, há que passar para um novo ciclo que permita aportar liquidez à Sociedade. Se tal não ocorrer por via do aumento do capital, ou mesmo do acesso a *funding* em condições apropriadas, corre-se o risco de haver uma estagnação da atividade em 2013.

EBITDA



Custos Totais



Políticas

Tendo em conta a sua missão e dimensão, a SOFID sustenta as suas políticas em torno da importância de constituir uma **carteira de crédito diversificada**, que obedeça a critérios exigentes em matéria de análise de risco e de impacte no desenvolvimento, bem como, minimizar o consumo de capital, privilegiando a prestação de garantias e o cofinanciamento com diferentes parceiros bancários, tendo em consideração o ambiente de grande contração dos mercados financeiros internacionais,

A **dinamização da atividade comercial**, tendo em vista aumentar sistematicamente os projetos em *pipeline* e em carteira, assume pois grande relevância na atividade da Sociedade. A construção de um portefólio de projetos alargado, seguro e valorizável é a melhor forma de garantir a sustentabilidade económica e o equilíbrio financeiro da SOFID.

É igualmente preocupação central da SOFID assegurar a **gestão racional dos recursos humanos, financeiros e materiais**, designadamente através de um apertado controlo de custos e recurso ao *"outsourcing"* no fornecimento de bens e serviços sempre que tal metodologia se revele mais favorável.

A SOFID é uma das 31 instituições financeiras signatárias, desde 2007, do *"Corporate Governance Development Framework"*, o qual vincula a Sociedade a considerar determinados princípios de base

ambiental, responsabilidade social e de gestão das empresas no âmbito da análise de projetos a financiar. A SOFID exige às empresas transparência nas suas estruturas de governação e processos de direção e controlo e práticas de ética e integridade nos negócios em que se envolvem. Uma estrutura acionista clara numa empresa local legalmente constituída é condição básica na pré-análise dos projetos a apoiar pela SOFID.

A SOFID considera que o aproveitamento de sinergias geradas no seio da **vasta rede de entidades ligadas à internacionalização empresarial e à cooperação para o desenvolvimento** é fundamental para cumprir mais eficazmente o seu mandato. Neste sentido tem vindo a celebrar protocolos de colaboração com organizações públicas e privadas, quer em Portugal, quer no exterior.

A SOFID atua em condições de mercado, adota um **modelo de negócio adicional e não concorrencial com bancos comerciais** e procura induzir um efeito catalítico nas operações de investimento através da divisão de risco com bancos locais parceiros e com os quais operacionaliza *pipeline*s comuns de projetos.

Regulamentos Internos e Externos

A SOFID é uma instituição financeira de crédito detida maioritariamente pelo Estado pelo que está sujeita aos seguintes **dispositivos legais:**

- Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
- Regime do Sector Empresarial do Estado

Internamente, a SOFID rege-se por um conjunto de **normas e procedimentos**, a saber:

- Sistema de Normas Internas
- Código de Conduta
- Manual de Estrutura Orgânica
- Regulamento Geral de Crédito
- Plano Geral de Arquivo
- Manual de Procedimentos – Operações Ativas
- Manual de Produtos e Serviços
- Princípios e Critérios de Gestão de Risco
- Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
- Manual de Procedimentos – Receção de Fornecimentos de Terceiros
- Manual de Procedimentos – Correspondência
- Tramitação de documentos para a Comissão Executiva
- Reembolso de despesas
- Aquisição de bens e serviços
- Acesso à base de dados BC-FT
- Controlo de assiduidade

Informação sobre as Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

No exercício de 2012, tal como em exercícios anteriores, a SOFID não realizou qualquer operação financeira com entidades relacionadas, para além de depósitos e aplicações junto das instituições financeiras acionistas e operações de cofinanciamento com algumas das respetivas participadas.

A Sociedade faz aplicações junto destas instituições e utiliza as contas abertas junto das mesmas para pagamentos e recebimentos. No âmbito do seu mandato, a SOFID realizou igualmente operações de cofinanciamento com participadas das referidas instituições, tendo em vista alavancar operações de financiamento do investimento.

Informação sobre Outras Transações

Seguindo as melhores práticas, a SOFID consulta, por princípio, pelo menos três fornecedores, pondera as propostas nos domínios do preço, qualidade e prazo de execução e decide pela aquisição da solução mais adequada aos seus interesses, razão pela qual, em 2012, todas as transações ocorreram em condições de mercado.

De acordo com o memorando legal, a SOFID não se encontra sujeita às regras da Contratação Pública nem ao Código dos Contratos Públicos. Não obstante, a dimensão da SOFID determina que a aquisição de bens e serviços se restrinja a um volume relativamente limitado. Em 2012, tal volume cifrou-se em cerca de EUR 367 mil, o que é significativamente inferior ao limite de um milhão de euros.

Modelo de Governo e Órgãos Sociais

Os membros dos órgãos sociais, as respetivas funções e responsabilidades no âmbito da Sociedade são identificados no seguinte quadro, sendo de notar que os membros do Conselho de Administração não integram comissões especializadas e que a SOFID não tem auditor externo. A certificação anual das contas da SOFID é realizada pelo ROC, o qual, sendo membro do Conselho Fiscal da Sociedade, acede a toda a informação interna.

Cargo	Orgãos Sociais	Eleição	Mandato	Pelouros
Mesa da Assembleia Geral				
Presidente	Agostinho Pereira de Miranda	12-05-2010	2010-2012	
Secretário	António Manuel Caetano Martins	12-05-2010	2010-2012	
Conselho de Administração				
Presidente	António Jorge Duarte Rebelo de Sousa	12-05-2010	2010-2012	
Vogal (1)	Diogo de Araújo J. Gomes de Araújo **	12-05-2010	2010-2012	• Área Planeamento e Controlo de Gestão • Área de Contabilidade e Finanças • Área de Recursos Humanos
Vogal (2)	José Fernando Augusto Moreno **	12-05-2010	2010-2012	• Área Comercial e Acompanhamento de Projetos • Área de Relações Institucionais • Área Jurídica
Vogal (3)	João Henrique Real Pereira **	12-05-2010	2010-2012	• Área de Gestão de Risco • Área de Relações Internacionais • Área de Informática e Administração
Vogal (4)	Pedro Roberto Meneres Cudell	12-05-2010	2010-2012	
Conselho Fiscal				
Presidente	Teresa Isabel Carvalho Costa	12-05-2010	2010-2012	
Vogal (1)	Maria Teresa V. Abreu Flor Morais	12-05-2010	2010-2012	
Vogal (2)	BDO & Associados – SROC	12-05-2010	2010-2012	
Suplente	João Paulo Torres Cunha Ferreira		2010-2012	
Comissão de Fixação de Remunerações				
Presidente	A eleger pela Assembleia Geral		2010-2012	
Vogais	A eleger pela Assembleia Geral		2010-2012	
Conselho Estratégico *				
Presidente	António Jorge Duarte Rebelo de Sousa	12-05-2010	2010-2012	
Vice Presidente	Ana Paula Martins Laborinho ***	12-05-2010	2010-2012	Presidente do Camões ICL
Membro (1)	Pedro T. M. de Albuquerque Reis	12-05-2010	2010-2012	Presidente da AICEP
Membro (2)	Luís Filipe dos Santos Costa	12-05-2010	2010-2012	Presidente do IAPMEI
Membro (3)	Diogo de Araújo J. Gomes de Araújo **	12-05-2010	2010-2012	
Membro (4)	José Fernando Augusto Moreno **	12-05-2010	2010-2012	
Membro (5)	João Henrique Real Pereira **	12-05-2010	2010-2012	
Membro (6)	Pedro Roberto Meneres Cudell	12-05-2010	2010-2012	
Membro (7)	Francisco Luís Murteira Nabo	09-07-2010	2010-2012	
Membro (8)	Antero Baldaia	09-07-2010	2010-2012	

(*) Dados sobre a composição do Conselho Estratégico foram alterados pela Adenda ao Relatório e Contas 2013 aprovada pelo Conselho de Administração a 16 de abril de 2013.

(**) Membro da Comissão Executiva

(***) Nomeada a 1 de abril de 2012 em substituição de Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia.

Membros do Conselho de Administração

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa
Presidente do Conselho de Administração da SOFID desde 13 de maio de 2010. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Doutorado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa, com Agregação em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi Assistente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNL e na Faculdade de Economia da UNL. Foi Professor Convidado da Faculdade de Economia de Coimbra. É Professor Associado da Universidade Lusíada de Lisboa, aonde leciona desde 1986. É Professor Associado com Agregação da Universidade Técnica de Lisboa, lecionando no ISCSP desde 2003. Foi Deputado à Assembleia da República. Foi Membro do Grupo de Parlamentares da EFTA. Foi Assessor do Ministro das Finanças para Assuntos Económicos, bem como Consultor do Ministro das Finanças. É Consultor Económico da Embaixada do Japão, desde 2002 e Vice-Presidente do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas. Foi Membro do Conselho Diretivo da Fundação Centro Cultural de Belém entre março de 2010 e janeiro de 2012. É Diretor da Revista Energia e Futuro e Presidente de Honra da Associação de Amizade Portugal-EUA.

Diogo Gomes de Araújo
Licenciado em Economia e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. É Presidente Executivo da SOFID desde 13 de maio de 2010. Anteriormente foi Assessor do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (2009/2010), Diretor da AICEP responsável pela Tunísia e pela Líbia (2008), Representante Português no Banco Africano de Desenvolvimento (2003/2008), Analista e Assessor do Conselho de Administração do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (2001/2003). É também pós-graduado em Banca e Finanças Internacionais, pela *London Metropolitan University*, tendo estudado Comércio Internacional na Universidade de Vigo (Espanha). É casado e pai de uma menina chamada Ema.

José Fernando Augusto Moreno
Licenciado em Antropologia pelo ISCSP e Mestre em Gestão e Administração, pela Universidade Católica Portuguesa. É Administrador Executivo da SOFID desde 13 de maio de 2010. Entre 2001 e 2010, foi Subdiretor Geral do GPEARI, do Ministério das Finanças, tendo sido responsável pela área da cooperação internacional e instituições financeiras internacionais. Antes, foi responsável pela *task force* do Ministério da Economia para a Presidência Portuguesa da EU-2000. Em representação de Portugal, foi membro do Conselho de Administração do CEB – Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e Governador Suplente por Portugal no IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, durante vários anos. Dirigiu várias missões de cooperação técnica em finanças públicas e de cooperação financeira em vários países africanos. Integrou ainda as Comissões de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe.

João Henrique Real Pereira
Licenciado em Administração e Gestão de Empresas e pós-graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica, Mestre em Gestão pela Boston University. Administrador da SOFID desde dezembro de 2009. É quadro da Caixa Geral de Depósitos desde 1998, onde desempenhou diversas funções: Presidente do Conselho de Administração do BCA – Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), Diretor Coordenador na Direção de Negócio Internacional (Lisboa) e Administrador Executivo do *Mercantile Bank* (África do Sul). Anteriormente foi Diretor do Banco Alves Ribeiro, consultor de várias empresas, Administrador Executivo do ICEP, Diretor da Companhia Portuguesa de Rating, Administrador da Lisaltur, *Financial Controller do Chase Manhattan Bank* (Lisboa) e Técnico de Inspeção de Crédito no Banco de Portugal. Relativamente à atividade académica foi Professor Auxiliar Convidado do Mestrado de Gestão Internacional na Universidade Católica Portuguesa e Professor Auxiliar Convidado da Licenciatura em Economia na Universidade Nova de Lisboa.

Pedro Roberto Menéres Cudell
Licenciado em Economia e Gestão de Empresas pela Universidade de Évora (ISESE) e em Marketing Internacional e Comércio Exterior pela Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). É Administrador da SOFID desde 2007. Antes de ter integrado o Banco Espírito Santo, foi Assistente da Direção Internacional no Banco Totta e Açores (Lisboa) e Membro da Direção Comercial no Banco Totta Standard de Angola (Luanda). Foi Chefe de Divisão de Comércio Exterior e Marketing Internacional no Banco Comércio e Indústria de São Paulo (São Paulo), representou o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em Lisboa, tendo sido Diretor Geral no Bahrein e exercido essa mesma função em Madrid. Foi ainda Diretor Geral na União de Bancos Portugueses (Luxemburgo) e Administrador Delegado no *Banque Espírito Santo et de la Venetie* (Paris). Atualmente é Assessor do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo (Lisboa) e Presidente do Banco Espírito Santo Cabo Verde.

Mesa da Assembleia Geral

Agostinho Pereira de Miranda
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SOFID desde 2007. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, pós-graduado em Direito Internacional pelo *The Center for American and International Law* (Dallas, EUA). Presidente do Conselho de Administração da Miranda Correia Amendoeira & Associados, Sociedade de Advogados RL.

António Manuel Caetano Martins
Ver nota biográfica na secção "Pessoas" no capítulo "SOFID".

Conselho Fiscal

Teresa Isabel Carvalho Costa
Licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa e com um Pós-graduação em Análise e Interpretação de Demonstrações Financeiras, pelo *Graduate School of Washington* e um Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, é Presidente do Conselho Fiscal da SOFID desde 2007. Desempenha atualmente funções de Chefe de Divisão de Garantias e Empréstimos na Direção de Apoios Financeiros, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo igualmente Administradora da PVCi (Portuguese Venture Capital Initiative - Sociedade de Capital de Risco), Presidente do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e Vogal do Conselho Fiscal da PARQUE EXPO'98, SA. A sua anterior atividade profissional esteve ligada à cooperação internacional para o desenvolvimento tendo exercido as funções de Assessora do Conselho de Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Membro do Conselho de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos, em Washington.

Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais
Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa. Vogal do Conselho Fiscal da SOFID desde 2007. Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da DGTF. Anteriormente foi Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da DGTF, Diretora do Gabinete de Prospetiva e Coordenação e Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações da Direcção-Geral do Tesouro. Enquanto Técnica Superior do Tesouro exerceu funções nas seguintes Direções: Operações Cambiais, Planeamento, Organização e Coordenação e Gabinete de Estudos. É ainda Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa de Desenvolvimento Mineiro e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.

Pedro Manuel Aleixo Dias
Pedro Manuel Aleixo Dias é, *International Liason Partner* (ILP), Senior Partner e Revisor Oficial de Contas da BDO & Associados – SROC, tendo iniciado funções na carreira de auditoria em 1976. ROC efetivo da SOFID em representação da BDO desde 2007. Mestrado em Gestão de Empresas (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE e bacharelado em Contabilidade pelos Instituto dos Pupilos do Exército. Atualmente é responsável por trabalhos de revisão legal de contas, auditoria, formação profissional e consultoria em empresas nacionais e estrangeiras, sendo especialista nos setores bancário e segurador, normas nacionais e internacionais de contabilidade, entre outras áreas. Exerceu funções de Diretor no Departamento de Supervisão Bancária do Instituto Emissor de Macau (atual Autoridade Monetária e Cambial de Macau). É ainda Membro da Comissão Executiva e Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), de Comissões Técnicas das Firmas Internacionais de Auditoria (representante mundial da BDO no SWG – *Auditing & Financial Reporting* e representante português no PCG – *Regulatory Contact Partner*) e da Comissão Técnica da Transparência Estatística da UFI - Union des Foires Internationales. Júri das matérias de Revisão e Auditoria no exame de admissão à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

João Paulo Torres Cunha Ferreira
Licenciado em Gestão pelo ISEG, inscrito como Revisor Oficial de Contas. É Vogal Suplente do Conselho Fiscal da SOFID desde 2007, sendo *Senior Manager* da BDO & Associados, SROC onde colabora desde 1988. Enquanto Diretor do Departamento de Auditoria é responsável por trabalhos de revisão legal de contas, auditoria, formação profissional e consultadoria. Ao longo da sua experiência profissional trabalhou com diversas empresas: Águas de Portugal, Reditus, Sporting SAD, Key Plastics Portuguesa, Grupo Ferrovial, Convex, IPAD, HARII e CIDAC. Coordenador de trabalhos especiais, como projetos de formação, *due dilligences*, fusões e avaliações. Responsável por trabalhos na área da cooperação, com experiência em projetos em Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Formador qualificado de acordo com as normas do INOFOR.

Conselho Estratégico

O Conselho Estratégico da SOFID é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração e tem como Vice-Presidente o Presidente do Camões ICL. O Conselho é ainda composto pelos Presidentes da AICEP e do IAPMEI, pelos restantes membros do Conselho de Administração da SOFID e por dois elementos independentes.

Ana Paula Martins Laborinho
Bacharel e licenciada em Filologia Românica, mestre em Literatura Francesa e Doutorada em Estudos Literários pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em janeiro de 2012 foi nomeada Presidente do Instituto Camões e em abril de 2012 Presidente do Camões, Instituto da Língua e da Cooperação, data a partir da qual passou a ser também Vice-Presidente do Conselho Estratégico da SOFID. Professora da Faculdade

de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), foi requisitada em 1988 pelo Governo de Macau para exercer funções no Instituto Cultural de Macau, onde coordenou os Leitorados de Português do Oriente; dirigiu o Departamento de Formação e Investigação e instalou os Serviços Culturais das Embaixadas de Portugal em Nova Deli, Banguecoque, Pequim, Seul e Tóquio. Integrou a comissão instaladora do Instituto Português do Oriente (IPOR). Foi ainda docente da Universidade de Macau de 1990 a 1992. Em 1995, foi requisitada à FLUL para exercer funções como assessora do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura do Governo de Macau. Exerceu funções como presidente da direção do IPOR, tendo assegurado o período da transferência de administração de Macau de Portugal para a República Popular da China. Desde 2007, integra o Centro de Estudos Comparatistas da FLUL, onde coordena a linha de investigação Orientalismo Português. Integrou diversas comissões pedagógicas do Departamento de Literaturas Românicas da FLUL, bem como a respetiva comissão executiva.

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

Administrador da SOFID até 13 de maio de 2010, foi Vice-Presidente do seu Conselho Estratégico até abril de 2012. Foi Presidente do IPAD e Vice-presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, consultor em vários projetos nas áreas da Pedagogia, Desenvolvimento, Culturas Comerciais e Segurança Alimentar. Foi ainda Delegado Nacional às reuniões do CGIAR (*Consultative Group for International Agricultural Research*), Membro do *Steering Committee do European Forum for Agricultural Research Development* (EFARD), Membro do *Advisory Committee* do CTAg. É Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Agronomia (ISA), tendo sido Presidente do Departamento de Agroindústrias e Agronomia Tropical. Integrou a Comissão Coordenadora do Curso de graduação em Engenharia Rural e do Ambiente do ISA – UTL e do INIDA de Cabo Verde.

Pedro Trigo de Morais de Albuquerque Reis

Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, tendo concluído as pós-graduações: PAGE (Programa Avançado de Gestão para Executivos) pela Universidade Católica Portuguesa; AMP (Advanced Management Program) no INSEAD, França; e Strategic Finance em Harvard Business School, EUA. Atualmente é Presidente da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, assegura a Secretaria Executiva do Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia, órgão presidido pelo Primeiro-Ministro, integra o Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação e é Membro do Conselho Estratégico da SOFID.. Foi Administrador e Presidente da Altamira, Presidente do Grupo Tubus, Administrador da Imago e Consultor da CV&A com a função de Vice-presidente. É autor de livros na área económica e foi colaborador de revistas e jornais bem como comentador de um canal televisivo.

Luís Filipe dos Santos Costa

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, na área de Política Monetária e Relações Económicas Internacionais. Membro do Conselho Estratégico da SOFID, desde 13 de maio de 2010. É atualmente Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI, sendo representante do IAPMEI no Conselho Geral do FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento. Antes, desempenhou funções de Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, tendo sido responsável pela implementação dos projetos "InovJovem", "Empresa na Hora" e "Plataforma Inovar". A sua atividade profissional anterior esteve sempre ligada ao setor financeiro e empresarial. Foi Administrador da PME Investimentos e exerceu cargos dirigentes na Partinvest Imobiliária SGPS SA, na Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA e Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA., bem como no sector industrial (Covina e Soporcel). Tem igualmente experiência no setor bancário, em instituições como o Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria e o Credit Lyonnais Portugal SA.

Francisco Luís Murteira Nabo

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económico Financeiras e com um MBA pela AESE – Escola de Direção de Negócios. Membro do Conselho Estratégico da SOFID desde julho 2010. Foi Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, Presidente da ELO. Vice-Presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Presidente do Conselho Geral da COTEC e Presidente do Conselho Consultivo do INIR – Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, É Sócio-gerente da SAER – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, Lda, desde maio de 2012,Presidente do Círculo de Reflexão Lusófona, Presidente do Conselho de Administração da Templo – Investimentos e Gestão, SA, Presidente da Lenitudes SPGS, Administrador da Holdomnis – Gestão de Investimentos SA, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ELO e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da RAVE. , Desempenhou várias funções governamentais em Macau (Encarregado do Governo, Secretário-Adjunto para a Educação, Saúde e Assuntos Sociais e Secretário-Adjunto para os Assuntos Económicos) e em Portugal (Secretário de Estado dos Transportes e Ministro do Equipamento Social). Foi também Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Portugal Telecom SGPS, Presidente da COTEC, Vice-Presidente da SOREFAME, Vice-Presidente Executivo da Portugal e Colónias (NACIONAL) e Diretor Geral da IMOLEASING.

Antero Baldaia

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e com um MBA pelo INSEAD é Membro do Conselho Estratégico da SOFID desde julho de 2010. É atualmente *Chief Investment Officer* do Antenna Group, grupo Europeu de media e internet. Anteriormente foi Diretor de Investimentos na Amorim Holding, Membro do Conselho de Administração do Banco BIC, do *Board of Directors* da Tom Ford International e do Conselho de Administração da Investimentos Ibéricos. Foi *Director Bank Equity* no BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, com responsabilidade pela gestão e desenvolvimento do portefólio de investimentos no capital de bancos em 28 países da Europa Central e antiga União Soviética. No BERD esteve também envolvido em projetos no setor bancário, seguros, *leasing* e crédito ao consumo, bem como fundos de private equity. Em representação do BERD, foi membro do Conselho de Administração de diversas instituições financeiras. Em Portugal trabalhou também na Arthur Andersen e no BES.

Remuneração e Outras Regalias dos Membros dos Órgãos Sociais

A SOFID cumpriu integralmente as disposições legais relativamente às remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, a saber:

- Não atribuição de quaisquer prémios de gestão, nos termos do art.º 29 da Lei 64-B/2011;
- Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do art.º 20 da Lei 64-B/2011;
- Aplicação de redução de 5%, nos termos do art.º 12 da Lei 12-A/2010;
- Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, nos termos do art.º 21 da Lei 64-B/2011.

No âmbito do Acordo Parassocial vigente, apenas são remunerados os administradores que integram a Comissão Executiva e o Revisor Oficial de Contas que integra o Conselho Fiscal.

Mesa da Assembleia Geral

Un: €

	2012	
Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	0.00	0.00
Redução remuneratória	0.00	0.00
Remuneração anual efetiva	0.00	0.00

Os elementos da Mesa da Assembleia Geral, Presidente e Secretário, não auferem qualquer remuneração.

Conselho Fiscal

A revisão das contas da Sociedade foi efetuada pela BDO & Associados – SROC que auferiu, no ano de 2012, EUR 13.530 por este serviço.

Os restantes membros do Conselho Fiscal não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho dos respetivos cargos, nem foram reembolsados por qualquer despesa efetuada ao serviço da Sociedade.

Conselho de Administração

O quadro que se segue descreve e apresenta os valores da remuneração, regalias e compensações dos membros do Conselho de Administração que exerceram funções em 2012. Destes, apenas os membros que integram a Comissão Executiva são remunerados.

Na SOFID apenas são remunerados os administradores que integram a Comissão Executiva e o ROC que integra o Conselho Fiscal

Conselho Fiscal com ROC*

Unid: €

	2011			2012		
	P Teresa Costa	*V* ROC - BDO	*V* Maria Teresa Morais	*P* Teresa Costa	*V* ROC - BDO	*V* Maria Teresa Morais
Remuneração Anual Fixa	0,00	17.050	0,00	0,00	13.438	0,00
Redução remuneratória *	n.a	21%	n.a	n.a	0,68%	n.a
Remuneração Anual Efetiva	0,00	13.438	0,00	0,00	13.530	0,00

(*) O contrato com a BDO foi renegociado em 2010, vigorando a partir de junho, em antecipação à Lei 55-A/2010.

Remunerações, Regalias e Compensações 2012*

Unid: €

	P António Rebelo de Sousa	*V* Diogo Gomes de Araújo	*V* José Moreno	*V* João Real Pereira	*V* Pedro Cudell
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGEP (Sim/Não) [a]	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	0	87.210	74.128	74.128	0
OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem	-	Não	Não	Não	-
Entidade de Origem (Identificar)	-	-	MFAP	CGD	-
Entidade Pagadora (Origem/Destino)	-	-	SOFID	SOFID	-
1.1. Remuneração Anual	0	119.000	101.150	101.150	0
1.2. Despesas de Representação (Anual)	0	0	0	0	0
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12- A / 2010	0	5.950	5.058	5.058	0
1.5. Redução decorrente da Lei 64- B / 2011	0	11.305	9.609	9.609	0
1.6. Suspensão oe pagamento dos subsídios de férias e natal	0	14.535	12.355	12.355	0
1.7. Reduções dos anos anteriores	0	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5+1.7)	0	87.210	74.128	74.128	0
2. Remuneração Variável	0	0	0	0	0
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0
4. Outras (Identificar)	0	0	0	0	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	0	0	-	-	0
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg. Social/Outros)	0	12.255	5.129	12.255	0
Seguros de saúde	0	0	-	-	0
Seguros de vida	0	0	-	-	0
Seguro de Acidentes Pessoais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Outros (identificar)	-	-	-	-	-
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Não	Não	(b)
Entidade I	Casa de Vila Verde - Sociedade Agrícola, Lda.	-	-	-	(b)
Entidade II	Libertas - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, Lda.	-	-	-	(b)
Entidade III	Finasa - SGPS, Lda.	-	-	-	(b)
Remuneração Anual I	0	-	-	-	(b)
Remuneração Anual II	0	-	-	-	(b)
Remuneração Anual III	0	-	-	-	(b)

(a) De acordo com as deliberações da Comissão de Fixação de Remunerações e da Assembleia Geral de acionistas de 30 de março de 2012.
(b) Informação não disponível à data da aprovação deste Relatório e Contas.

*Tabela alterada pela Adenda ao Relatório e Contas 2013 aprovada pelo Conselho de Administração a 16 de abril de 2013.

Unid: €

Parque Automóvel					
Mandato	I	I	I	I	I
Modalidade de Utilização	-	*Renting*	*Renting*	*Renting*	-
Valor de referência da viatura nova	-	45.740	45.740	45.740	-
Ano Início	-	2008	2009	2008	
Ano Termo	-	2012	2013	2012	-
Nº prestações (se aplicável)	-	48	48	48	-
Valor residual	-	-	-	-	-
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (c)	-	9.083	8.994	9.063	-
Combustível gaasto com a viatura	-	2.044	1.869	2.395	-
Plafond anual Combustível atribuído	-	2.400	2.400	2.400	-
Outros (Portagens/Reparações)	-	2.325	1.366	2.035	-
Limite definido conforme Art º 33 do EGP (Sim/Não) (d)	-	Sim	Sim	Sim	-

(c) Inclui renda, seguro, comissões, serviços e Imposto Único de Circulação.
(d) De acordo com as deliberações da Comissão de Fixação de Remunerações, de deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de acionistas.

Unid: €

Outras regalias e compensações					
Mandato	I	I	I	I	I
Plafond anual atribuído em comunicações móveis	-	1.800	1.800	1.800	-
Gastos anuais em comunicações móveis	-	724	518	1.216	-
Outras (indicar)	-	-	-	-	-
Limite definido conforme Art º 32 do EGP (Sim/Não) (e)	-	Sim	Sim	Sim	-

(e) De acordo com as deliberações da Comissão de Fixação de Remunerações, de deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de acionistas.

Unid: €

Gastos c/deslocações					
Mandato	I	I	I	I	I
Custo total anual c/viagens	0	3.436	1.219	1.416	0
Custos anuais com Alojamento	0	5.085	797	853	0
Ajudas de custo	-	0	0	0	-
Outras (Alimentação e outras despesas de representação)	-	2.198	1.759	937	-

Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A SOFID desempenha um papel único no apoio a empresas portuguesas, tendo em vista o aproveitamento do potencial das economias emergentes.

Estratégias

As principais orientações estratégias da SOFID estão definidas no seu Plano Estratégico 2013-2015 e visam responder à ambição de fortalecer a Sociedade através do crescimento sustentado da sua atividade operacional. Neste sentido foram definidas como novas orientações estratégicas:

- Maximização da receita
- Capitalização em parcerias
- Consolidação da imagem
- Reorganização interna

A **maximização da receita** está intimamente ligada ao incremento da atividade operacional da SOFID, sendo fundamental para a sua viabilidade económica e sustentabilidade financeira. A **capitalização em parcerias** diz respeito às oportunidades de financiamento a que as empresas portuguesas podem aceder, a partir da relação privilegiada da SOFID com outras instituições financeiras de desenvolvimento. A **consolidação da imagem** refere-se à afirmação e reconhecimento da SOFID junto dos *stakeholders* como instituição financeira de apoio à internacionalização e ao desenvolvimento. A **reorganização interna** consubstancia-se no esforço contínuo de dotar a SOFID de alicerces sólidos para poder crescer.

Grau de Cumprimento das metas

A evolução do desempenho da SOFID, à luz dos indicadores e metas definidos pelo Plano Estratégico 2010-2012 e pelo Plano de Atividades 2012, encontra-se descrita de forma detalhada na subsecção "Objetivos", no capítulo "Governo da Sociedade".

Políticas

Na subsecção "Políticas", do capítulo "Governo da Sociedade", é efetuada uma descrição desenvolvida das políticas prosseguidas pela SOFID.

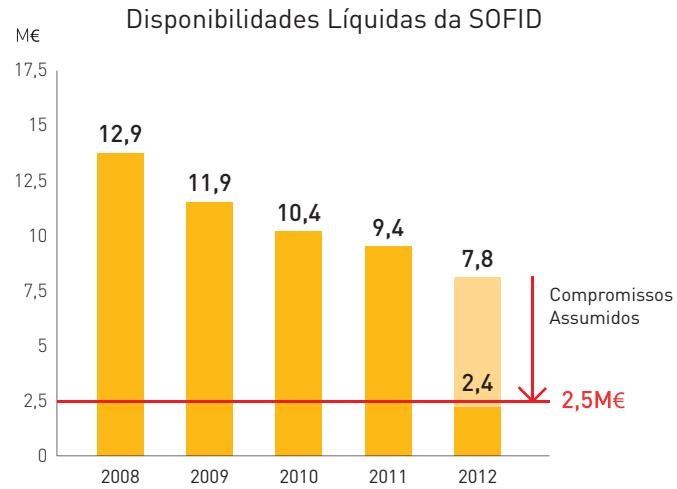
Principais riscos

Os princípios, critérios e regras utilizados pela SOFID em termos de avaliação e gestão de riscos encontram-se plasmados em documentos aprovados pelo Conselho de Administração, como o *Manual de Estrutura Orgânica, o Regulamento Geral de Crédito e o Manual de Procedimentos – Operações Ativas*.

A SOFID, na sua atividade corrente, analisa permanentemente a **exposição a diferentes tipos de risco**, como o risco de crédito, o risco país, os riscos de mercado, o risco de liquidez, o risco legal e o risco operacional, tendo em vista um efetivo controlo e mitigação.

O **limite máximo de exposição por mutuário** está definido em 25% do capital social da Sociedade, ou seja, atualmente EUR 2,5 milhões.

Em 2012, o Conselho de Administração da SOFID, tendo em vista regulamentar adequadamente a liquidez, estabeleceu o limite mínimo de EUR 2,5 milhões de disponibilidades líquidas, um nível de liquidez mínima de 20% e o limite de exposição por país ao nível das garantias prestadas de 3 vezes o mínimo de ativos líquidos, ou seja, EUR 7,5 milhões. Todos os meses é produzido um **Reporte de Gestão Prudencial de Liquidez** destinado a monitorizar a evolução dos níveis de liquidez relativamente a cada um dos limites estabelecidos. O gráfico que se segue ilustra o perfil da liquidez da SOFID à data de 31 de dezembro de 2012 e revela que a Sociedade esgotou na prática a sua capacidade de conceder novo crédito, tornando-se imperiosa uma operação de aumento de capital.



Limite Mínimo Prudencial de Liquidez: dado que a SOFID emite garantias on first demand tem de manter, por razões prudenciais, um nível mínimo de liquidez de EUR 2,5M para poder fazer face a qualquer necessidade imediata de honrar um desses compromissos.

Tendo em conta os compromissos assumidos e sendo expectável que estes sejam contratados no início de 2013, o valor das Disponibilidade de Liquidez descerão para € 2,4M, tornando-se inferior ao Limite Mínimo Prudencial de Liquidez.

Em termos de **risco político**, é possível a cobertura de 95% dos montantes financiados pela Sociedade, no âmbito da Convenção para a Concessão da Garantia Global do Estado rubricada pela DGTF e a SOFID.

Em termos internos, a Sociedade dispõe de um **Sistema de Controlo Interno** e de um conjunto de normas e procedimentos que abrangem a maior parte das atividades administrativas e operacionais.

Cumprimento dos princípios de gestão adequada

Responsabilidade Social

A promoção da igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos humanos e a não discriminação são princípios basilares que SOFID defende e aplica quotidianamente. Nos processos de recrutamento de colaboradores e de jovens estagiários são tidos em atenção aspetos relacionados com o género e com a diversidade multicultural, dando-se oportunidades de formação a jovens licenciados.

No campo da gestão do capital humano a SOFID proporciona aos seus colaboradores ações de formação profissional de modo a fortalecer o seu capital humano e a valorizar os seus quadros. A Sociedade promove igualmente horários de trabalho facilitadores do equilíbrio entre as vidas profissional e familiar, adquire equipamentos propiciadores de bem-estar aos seus colaboradores, estimula relações gratificantes no contexto de iniciativas informais da motivação e de reforço do compromisso com os objetivos e valores da SOFID, aplicando igualmente as recomendações independentes em matéria de higiene e segurança no trabalho.

Ao nível da adoção de práticas ambientalmente corretas consideramos que estão fortemente incutidas na cultura da Sociedade hábitos tais como utilizar ecopontos, reutilizar folhas de papel, utilizar lâmpadas eficientes, desligar luzes e aparelhos elétricos em espaços não utilizados e de desligar computadores durante o fim-de-semana.

Desenvolvimento Sustentável

A **criação de valor para o acionista** constitui numa preocupação central na atividade da SOFID. Em termos de produtividade, assumimos um enfoque claro nas atividades produtivas, para as quais são prioritariamente canalizados recursos técnicos e humanos, apostando igualmente na polivalência de tarefas e funções dos nossos colaboradores.

A SOFID é uma organização fortemente orientada para os seus clientes. Neste sentido, tem a prática de responder num curto espaço de tempo às questões apresentadas pelos promotores e sempre que estes solicitam reuniões de trabalho estas são agendadas. Por outro lado, os produtos financeiros disponibilizados pela Sociedade caracterizam-se por serem desenhados à medida das condições e das necessidades das empresas promotoras e das características dos mercados onde os projetos são implementados, não havendo na SOFID fichas de produtos normalizadas.

Em termos de **promoção da proteção ambiental** a SOFID valoriza a educação ambiental dos seus colaboradores, contribuindo para reduzir a sua pegada ecológica através de ações de sensibilização em reuniões plenárias. Estas ações têm contribuído para a adoção generalizada de práticas ambientalmente adequadas, como referido anteriormente.

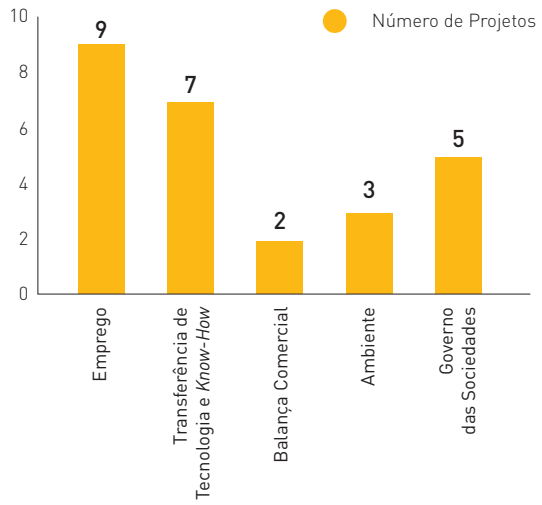
No campo da **contribuição para a inclusão social** e a empregabilidade é de destacar a segunda edição do Programa de Estágios Profissionais cofinanciado pelo IEFP e do qual resultou o recrutamento de três estagiários, tendo uma acabado por ser contratada pela SOFID como analista.

Serviço Público

A SOFID é uma empresa do Sector Empresarial do Estado com fins lucrativos, e que tem por missão contribuir para o desenvolvimento sustentado dos países com economias menos desenvolvidas, em particular os beneficiários da Ajuda Publica ao Desenvolvimento portuguesa, por via da internacionalização das empresas nacionais. Tal como é referido explicitamente nas Grandes Opções do Plano 2013, a SOFID é um dos atores da cooperação portuguesa e parte integrante da rede de entidades *"não-tradicionais (...), no âmbito de parcerias e consórcios, numa abordagem de governo integrada"*.

Neste contexto, a SOFID dedica particular atenção aos impactes económicos, sociais, ambientais e de governação nos países de intervenção, em consequência dos projetos que financia. Considerando o universo dos nove projetos já contratados, os maiores contributos verificam-se ao nível da criação de empregos diretos e indiretos, na transferência de tecnologia e *know-how* e no governo das sociedades. Alguns projetos evidenciam igualmente impactes positivos em termos ambientais e na balança comercial dos países, por via do contributo para a diminuição das importações.

Impacte dos Projetos Contratados
ao nível de Indicadores ESG



Perante as empresas nacionais, a SOFID assume um papel de catalisador de fontes de financiamento e *know-how* especializado na montagem de operações de caráter financeiro em mercados emergentes, em particular nos PALOP, dentro de uma lógica de complementaridade com outras instituições financeiras nacionais e internacionais.

Salvaguarda da competitividade da empresa – investigação, inovação e desenvolvimento

A SOFID não dispõe de fichas normalizadas de produtos, antes aposta em **soluções feitas à medida** das características e interesses dos seus clientes e que implicam a necessidade permanente de inovar.

Em 2012, recorrendo aos seus próprios colaboradores, a SOFID elaborou **vários estudos**, cujas conclusões têm vindo a ser incorporadas na atividade da Sociedade, a saber:

- *"EDFI Peer Review – Primeiros Cinco Anos de Atividade"*, com o objetivo de dispor de uma análise comparativa dos resultados dos primeiros anos de atividade da SOFID e outras European Development Finance Institutions de dimensão semelhante;
- *"Avaliação da Performance Económica, Ambiental, Social e de Corporate Governance: Proposta de Indicadores"*, com o propósito de estabelecer os princípios para a definição de ferramentas de avaliação ex-post do impacte no desenvolvimento a considerar na análise dos projetos financiados pela SOFID;
- *"Análise Ex-ante dos Impactes Económicos, Sociais e Ambientais e de Governança no Financiamento de Projetos de Investimento"*.

A ferramenta **GESCOP – Gestão de Contactos, Operações e Projetos**, anteriormente concebida e implementada internamente por colaboradores da SOFID, foi objeto de aperfeiçoamentos em 2012 que permitiram o alargamento do âmbito da informação, introdução de novos conteúdos e a disponibilização de novos instrumentos de análise e controle das operações.

No âmbito do modelo de análise quantitativa utilizado pela SOFID, foi realizada uma **auditoria ao modelo económico-financeiro de análise previsional**, tendo em vista a identificação de rubricas/mapas pouco claros e que possam necessitar de eventuais ajustamentos, nomeadamente derivados do novo SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

Foram introduzidas melhorias nos **Relatórios de Acompanhamento**, nomeadamente através de uma apresentação mais estruturada da informação sobre impactes económicos, sociais, ambientais e de governação, bem como da introdução de novos elementos informativos sobre classificação de risco, visitas efetuadas aos promotores e projeto e responsabilidades de crédito.

Foi ainda desenvolvida uma **Ficha de Acompanhamento de Projetos** que permite reunir num só documento informação sobre cada projeto, num dado momento, designadamente no que respeita aos elementos e documentação necessários à contratação, ao desembolso e ao normal desenvolvimento da operação.

Plano de atividades 2013

O Plano Anual de Atividades 2013 aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de novembro de 2012, prossegue as grandes prioridades, linhas de orientação e metas a atingir de acordo com o estabelecido pelo Plano Estratégico 2013-2015 e contempla os seguintes conjuntos de objetivos e ações:

Área Comercial e Acompanhamento de Projetos

- Elaborar Relatórios de Acompanhamento de todos os projetos contratados.
- Realizar um mínimo de 300 reuniões com empresas, aprofundando nas mesmas a dimensão do aconselhamento financeiro e do conhecimento dos mercados de intervenção.
- Implementar um plano de visitas que resulte de uma programação pré-estabelecida, contemplando um mínimo de 20 empresas com potencial para virem a ser financiadas pela SOFID.
- Alimentar de forma regular o *pipeline* de modo a que integre sempre um mínimo de 20 projetos, aplicando critérios rigorosos de seleção à entrada.
- Organizar *workshop*s "Promovendo Oportunidades de Financiamento ao Investimento", em Moçambique e Angola.
- Realizar missões comerciais e de acompanhamento a Moçambique e Angola.
- Participar em, pelo menos, 35 seminários e conferências temáticas promovidas por entidades parceiras e das quais resultem apresentações da SOFID.

Em 2013 a SOFID dará continuidade à aposta numa carteira de crédito diversificada, segura e valorizável

Área de Gestão de Risco

- Continuar a reforçar o desempenho da área, através da reorganização e da afinação de procedimentos.
- Aprofundar a dimensão da análise ESG (Environment, Social, Governance) no âmbito das Propostas de Crédito e dos Relatórios de Acompanhamento.
- Proceder à revisão e aprofundamento da atual Matriz de Risco de Projetos, tendo em vista uma maior sistematização e alargamento dos itens considerados.
- Proceder à reavaliação do atual modelo económico-financeiro de análise previsional, tendo em conta eventuais ajustamentos decorrentes do SNC e introdução de novas valências em matéria de análise de sensibilidade.
- Área Internacional

InvestimoZ:

- Elaborar um Plano de Atividades 2013 para o InvestimoZ, a partir do momento em que seja deliberada a flexibilização do

fundo.

- Realizar uma missão a Moçambique, para divulgação do InvestimoZ e levantamento de condições necessárias à eventual abertura de uma representação conjunta do InvestimoZ e da SOFID em Maputo, que possibilite aumentar a notoriedade e a utilização do Fundo.

ITF e NIF:

- Trabalhar ativamente com diferentes *stakeholders* para promover os fundos europeus como fontes adicionais de financiamento de infraestruturas em África.
- Preparar plano de promoção e divulgação do ITF e do NIF, nomeadamente junto de associações de construção civil e obras públicas e de energia
- Continuar a participar nas reuniões da rede EDFI, assim como nas reuniões dos comités de *financier*s do ITF e da NIF.

Outras atividades:

- Continuar diligências no sentido de concretizar operações conjuntas com bancos de desenvolvimento congéneres da SOFID.
- Continuar a divulgar a LAIF junto de potenciais interessados em investir na América Latina.

As relações privilegiadas que a SOFID mantém com Instituições Financeiras Internacionais têm o potencial de alavancar fundos em benefício de empresas portuguesas e dos países-alvo dos seus investimentos.

Área Institucional

- Realizar reuniões com entidades protocoladas, visando efetuar balanços da atividade realizada e programar ações conjuntas futuras.
- Aprofundar a operacionalização do protocolo com a AICEP através da participação em iniciativas onde seja relevante a presença da SOFID (ABC Mercados, conferências sobre países-chave, de missões empresariais, etc.).
- Celebrar novos protocolos com outras instituições financeiras, associações empresariais e Câmaras de Comércio.
- Participar nos Encontros Anuais de Embaixadores.
- Participar na Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras.
- Promover visitas de acionistas e *stakeholders* à SOFID.
- Organizar o 1º evento de alto nível sobre o setor privado e o desenvolvimento.
- Aprofundar a cooperação com o Camões ICL e com o GPEARI do MFAP, visando contribuir para a formulação de uma estratégia nacional face aos instrumentos europeus de apoio ao setor privado.

A SOFID desempenha um papel central no reforço de parcerias institucionais no âmbito da rede de internacionalização e da cooperação portuguesas.

Área Financeira

- Continuar a sensibilizar os colaboradores e dirigentes da SOFID sobre a racionalização de recursos e a eficiência energética.
- Apresentar proposta de aumento de capital em Assembleia Geral, em virtude das necessidades de liquidez e de aumentar a capacidade operacional da SOFID.
- Continuar a considerar soluções alternativas de *funding*.

Com o incremento da atividade registado em 2012, o aumento de capital torna-se vital para que a SOFID continue a crescer e a ter liquidez para cumprir o seu mandato.

Área de Comunicação

- Implementar uma Estratégia de Comunicação ajustada, em virtude das conclusões da primeira avaliação.
- Publicar, com tratamento gráfico, o Relatório & Contas 2012 da SOFID.
- Manter atualizações sistemáticas de informação de interesse no portal da SOFID.
- Divulgação de relatórios e de informação selecionada junto de *stakeholders*.
- Organizar tertúlias do "Clube de Sábios", contribuindo para o aproveitamento do conhecimento de individualidades com experiência relevante, em benefício dos colaboradores da SOFID e da sociedade civil que participe nestes eventos.
- Através de uma comunicação eficaz, a SOFID pretende continuar a dar-se a conhecer ao maior número de empresas interessadas em investir em países com elevado potencial de crescimento.

Área de Recursos Humanos

- Manter o Programa de Estágios Profissionais cofinanciado pelo IEFP, de modo a reforçar as áreas comercial e de secretariado e comunicação.
- Manter o compromisso na formação profissional dos quadros da SOFID.
- Continuar a promover, no âmbito da colaboração da Caixa Capital, de formação na Análise de Projetos de Capital de Risco.
- Concluir o plano de contingência, de modo a que haja um sistema de continuidade da atividade, em caso de catástrofe.

Em 2013, a SOFID continuará a apostar fortemente no desenvolvimento dos seus recursos humanos, seja através da formação, seja através do seu reforço.

Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Princípios de Bom Governo		Grau de Cumprimento	Fundamentação
I. Missão, Objetivos e Princípios gerais de Atuação	Cumprir, respeitar e divulgar a missão e os objetivos e políticas económicas, financeiras, social e ambiental.	Cumprido	A SOFID divulga através do seu portal informação sobre a sua missão e objetivos, incluindo nos seus relatórios anuais a avaliação do seu cumprimento. A referida informação é ainda disponibilizada no portal do SEE (DGTF).
	Elaborar Planos de Atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.	Cumprido	Durante 2012 esteve vigente o Plano Estratégico 2010-2012. Em 2012 foi aprovado um novo Plano Estratégico para o triénio 2013-2015. Todos os anos é aprovado um Plano de Atividades para o ano seguinte e um Orçamento Plurianual para os três anos seguintes.
	Adotar Planos de Igualdade.	Cumprido	A SOFID adota as melhores práticas ao nível da promoção da igualdade do género, nomeadamente nos processos de contratação.
	Reportar, anualmente, de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos traçados, da forma de como a política de responsabilidade social foi cumprida, do desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público e da forma da salvaguarda da sua competitividade.	Cumprido	A SOFID reporta anualmente, através do seu Relatório e Contas, a forma como foi prosseguida a sua missão e o grau de cumprimento dos objetivos traçados. Igualmente divulga a sua atividade ao nível de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de serviço público.
	Cumprir a legislação e a regulamentação através de um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.	Cumprido	A SOFID cumpre integralmente a legislação e a regulamentação aplicada ao Setor Empresarial do Estado e às Instituições Financeiras reguladas pelo Banco de Portugal.
	Tratar com respeito e integridade todos os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal.	Cumprido	A SOFID promove um ambiente de trabalho são, motivador e com oportunidades de valorização do seu capital humano, nomeadamente através de ações de formação.
	Ter a obrigação de tratar com equidade todos os fornecedores, clientes e restantes titulares de direitos legítimos, divulgar os procedimentos adotados em matéria de aquisição e adotar critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia e que garantam a igualdade de oportunidades.	Cumprido	Apesar de não estar sujeita às regras da Contratação Pública nem ao Código dos Contratos Públicos, a SOFID segue as melhores práticas de aquisição de bens e serviços, promovendo um processo concorrencial baseado em princípios de economia, eficácia e igualdade de oportunidades, e optando sempre no melhor interesse da Sociedade. O total de aquisições é inferior a €1 milhão.
	Possuir ou aderir a um Código de Ética.	Cumprido	A SOFID aprovou e disponibiliza publicamente o seu Código de Ética no seu portal de Internet e no sítio do SEE (DGTF).
	Adotar Políticas de investigação, desenvolvimento e integração de novas tecnologias.	Cumprido	A SOFID adotou soluções tecnológicas no decorrer de 2012, tendo desenvolvido a sua ferramenta de gestão de clientes, contactos e projetos.
II. Estruturas de Administração e Fiscalização	Garantir que o nº de membros não excede o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo setor.	Cumprido	A dimensão dos órgãos sociais da SOFID adequam-se à estrutura da Sociedade.
	Assegurar que o modelo de governo assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização	Cumprido	O modelo de governação da SOFID assegura a segregação de funções entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Adicionalmente, e no decorrer de obrigações do Banco de Portugal, a SOFID tem um Auditor Interno.
	Elaborar e emitir um relatório de avaliação de desempenho anual individual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização.	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, a avaliação de desempenho dos membros executivos, dos demais membros do Conselho de Administração, assim como das estruturas de governo.
	Assegurar que as contas são auditadas por entidades independentes.	Cumprido	A SOFID tem um ROC que é membro do Conselho Fiscal da Sociedade e que, mediante acesso a toda a estrutura e informação internas, certifica anualmente as contas da SOFID. Esta situação afigura-se adequada à dimensão da Sociedade.
	Implementar um sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Cumprido	A SOFID tem um Sistema de Controlo Interno que abarca todos os riscos relevantes para a sua atividade, bem como a identificação de controlos-chave para os mitigar.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido	O Conselho de Administração da SOFID eleito em maio de 2010, manteve apenas dois dos nove elementos do mandato anterior. Ainda não foi necessário rodar o ROC e os membros do Conselho Fiscal. No entanto, por imposição legal, o número de renovações consecutivas não poderá exceder o limite de três.

Princípios de Bom Governo		Grau de Cumprimento	Fundamentação
III. Remuneração e Outros Direitos	Divulgar, anualmente, as remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de Administração.	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, do seu sítio de Internet e do portal do SEE (DGTF) a remuneração total de cada membro executivo do Conselho de Administração, uma vez que os demais membros e Órgãos, à exceção do ROC, não auferem qualquer remuneração.
	Divulgar, anualmente, as remunerações auferidas por cada um dos Órgãos de fiscalização.	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, do seu portal e do sítio do SEE (DGTF), a remuneração do ROC, sendo que os restantes membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração.
	Divulgar, anualmente, os restantes benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, do seu portal e do portal do SEE (DGTF), os benefícios, regalias e compensações do Conselho de Administração, sendo que os restantes Órgãos Sociais não beneficiam de quaisquer benefícios adicionais.
IV. Prevenção de conflitos de interesses	Garantir a abstenção, por parte dos membros dos Órgãos Sociais, em decisões que envolvam o seu próprio interesse.	Cumprido	A SOFID tem processos e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse, nomeadamente através da abstenção por parte de membros dos Órgãos Sociais em decisões em que possam ser parte interessada.
	Garantir a declaração, por parte dos membros dos Órgãos Sociais, de quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa.	Cumprido	A SOFID e os membros dos seus órgãos sociais cumprem todas as disposições legais de transparência, incluindo a comunicação: à Inspeção-geral de Finanças, da declaração de interesses patrimoniais; ao Tribunal Constitucional, da declaração de interesses; ao Banco de Portugal, da declaração de inexistência de créditos na Sociedade; e à Procuradoria Geral da República, da declaração de inexistência de incompatibilidades.
	Garantir a declaração, por parte dos membros dos Órgãos Sociais, de relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	A SOFID tem processos e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse, nomeadamente através da declaração por parte de membros dos Órgãos Sociais de quaisquer relações que possam manter com fornecedores, clientes, IC ou outros suscetíveis de gerar conflito de interesse.

Código de Conduta

A SOFID tem desde abril de 2009 um Código de Conduta e que pode ser consultado em **www.sofid.pt**. A Sociedade tem igualmente presente e respeita todos os princípios de ética e conduta aplicáveis às instituições financeiras, ao SEE – Sector Empresarial do Estado e às EDFI.

Sistema de Controlo Interno

Na SOFID encontra-se implementado um conjunto de normas e procedimentos internos, em conformidade com os princípios e regras emanadas do Banco de Portugal. O Relatório Anual de Controlo Interno, cuja elaboração evidenciou a estrutura organizativa adotada pela Sociedade, assim como os métodos e procedimentos internos utilizados visando o controlo de riscos da sua atividade e o cumprimento das normas prudenciais em vigor, foi oportunamente remetido ao Banco de Portugal.

Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesse

A SOFID tem implementado, desde o início da sua atividade, um conjunto de normas e procedimentos a fim de evitar conflitos de interesses entre áreas orgânicas e com os seus parceiros estratégicos, entre as quais as instituições financeiras acionistas.

Divulgação de Informação Relevante

Informação a Constar no Sítio do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	n.a.	
Estatutos Atualizados (PDF)	S			Os estatutos permanecem os mesmos.
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			Incluído no documento "Plano Estratégico 2013-2015"
Ficha Síntese da Empresa	S			Incluído no documento "Ficha Síntese"
Identificação da Empresa				
Missão	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Objetivos	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Políticas	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Obrigações de Serviço Público	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Modelo de Financiamento	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Modelo de Governo e Órgãos Sociais				
Modelo de Governo	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Identificação dos Órgãos Sociais	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Estatuto Remuneratório Fixado	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Remunerações Auferidas e Demais Regalias	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Regulamentos e Transações				
Regulamentos Internos e Externos	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Outras transações	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Avaliação do Cumprimento dos PBG	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Código de Conduta	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Informação Financeira				
Histórica	S			Incluído no documento "Informação Financeira Histórica e Atual"
Atual	S			Incluído no documento "Informação Financeira Histórica e Atual"
Esforço Financeiro do Estado	S			Incluído no documento "Esforço Financeiro Público"
Informação a Constar no Sítio da SOFID				
Existência de Sítio	S			www.sofid.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			O sítio da SOFID, além de incluir secções específicas, também disponibiliza todos os Relatórios e Contas onde consta esta informação.
Organograma	S			Disponível em secção própria.
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação dos Órgãos Sociais	S			Disponível em secção própria.
Identificação das Áreas de Responsabilidade do CA	S			Disponível em secção própria.
Identificação das Comissões Existentes			n.a.	A SOFID não tem comissões especializadas.
Identificação de Sistemas de Controlo de Riscos	S			Disponível em secção própria.
Remuneração dos Órgãos Sociais	S			O sítio da SOFID, além de incluir secções específicas, também disponibiliza todos os Relatórios e Contas onde consta esta informação.
Regulamentos Internos e Externos	S			Disponível em secção própria.
Transações Fora das Condições de Mercado				O sítio da SOFID, além de incluir secções específicas, também disponibiliza todos os Relatórios e Contas, onde consta esta informação.
Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	S			Idem
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S			Disponível em secção própria.
Código de Conduta	S			Disponível em secção própria.
Relatório e Contas	S			Disponível em secção própria.
Provedor do Cliente			n.a.	Apesar da dimensão e a atividade da SOFID não justificar um provedor, qualquer cliente insatisfeito pode contactar o Presidente do Conselho de Administração.

Cumprimento de Orientações Legais

Enquanto empresa integrante do Setor Empresarial do Estado, a SOFID cumpriu todas as orientações legais a que está sujeita.

Cumprimento de Objetivos de Gestão

A informação sobre o cumprimento de objetivos de gestão é apresentada de forma detalhada no subcapítulo "Missão, Objetivos e Políticas", no âmbito do capítulo "Governo da Sociedade".

Cumprimento dos Deveres Especiais de Informação

A SOFID cumpriu os seus deveres especiais de informação através do SIRIEF – Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira do Sector Empresarial do Estado.

Reporte à Direção-Geral do Tesouro e das Finanças e à Inspeção Geral das Finanças	Divulgação		
	S	N	n.a.
Plano de atividade anual	S		
Plano Estratégico (plurianual)	S		
Orçamento Plurianual, incluindo plano de investimentos, fontes de financiamento e estimativa de operações financeiras com o Estado	S		
Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, acompanhados de relatórios do órgão de fiscalização			n.a.
Cópias das atas das Assembleias Gerais	S		

Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

A 31 de dezembro de 2012 a SOFID não tinha qualquer pagamento em atraso.
Mapa da Posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
-	0	0	0	0	0

Resultados Obtidos no Cumprimento das Recomendações da Assembleia Geral de 30 de março de 2012

Conforme recomendação da Assembleia Geral de 30 de março de 2012, foi dado cumprimento ao estipulado no Estatuto do Gestor Público em matéria de remunerações e adotada uma política de contenção acrescida de custos, designadamente não tendo ocorrido a atribuição de prémios de gestão. Como resultados destas medidas houve uma redução de 9% na remuneração dos administradores executivos e de 4% nos custos operacionais da SOFID em relação a 2011.

Cumprimento das Remunerações dos Órgãos Sociais, ROC e Pessoal

Durante o ano de 2012 não houve qualquer aumento salarial na SOFID. A informação constante no subcapítulo "Remunerações e outras regalias dos Membros dos Órgãos Sociais", dentro do capítulo "Governo da Sociedade", atesta o cumprimento integral desta disposição aos membros dos órgãos sociais e ROC, nomeadamente quanto à não atribuição de prémios de gestão nos termos do art.º 29 da Lei 64-B/2011; à aplicação das reduções remuneratórias nos termos do art.º 20 da Lei 64-B/2011; à aplicação da redução de 5% nos termos do art.º 12 da Lei 12-A/2010 e a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal nos termos do art.º 21 da Lei 64-B/2011. Relativamente aos restantes colaboradores, aplicou-se a redução remuneratória em conformidade com o art.º 20 da Lei 64-B/2011, e a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, nos termos do art.º 21 da Lei 64-B/2011.

Aplicação do Estatuto do Gestor Públicos

A SOFID cumpriu integralmente o art.º 32 do DL 8/2012 de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ao reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal, nos termos das deliberações da Comissão de Fixação de Remunerações e da Assembleia Geral de acionistas de 25 de maio de 2012.

Cumprimento da Orientação Relativa às Normas de Contratação Pública

A Informação constante nos subcapítulos "Informação sobre outras transações" e "Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo", dentro do capítulo "Governo da Sociedade", atesta o cumprimento integral desta disposição.

Implementação de Medidas de Racionalização de Aprovisionamento de Bens e Serviços

A SOFID não faz parte do Sistema Nacional de Compras Públicas e os veículos utilizados ao serviço da Sociedade são em regime

de *renting*. Além da informação constante nos subcapítulos "Informação sobre outras transações" e "Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo", dentro do capítulo "Governo da Sociedade", o Plano Estratégico 2010-2012 indica como um dos três pilares da intervenção da SOFID a "Eficiência", e refere que "**Aspetos como o controlo de custos e a gestão racional serão determinantes para o sucesso da SOFID.**" No Plano de Atividades 2010 foi prevista e implementada a ação *"Melhorar o controlo de custos fixos, através de medidas de racionalização de recursos humanos e da estrutura de custos (renegociação de contratos, melhorar eficiência energética, otimização de compras)."* É por isso que, desde o dia da sua eleição em maio de 2010, o Conselho de Administração tem levado a cabo uma cuidadosa análise dos custos da Sociedade, tendo identificado possibilidades de melhorar a eficiência financeira da empresa através de medidas em quatro áreas:

- **Reestruturação dos Recursos Humanos**: mediante a identificação das necessidades da Sociedade, proceder a reajustes necessários para uma maior orientação para as áreas operacionais e produtivas, em detrimento das de apoio e de retaguarda.
- **Renegociação de Contratos**: convite a todos os fornecedores para renegociarem os contratos de prestação de serviço.
- **Substituição de Consultoria por Serviços Internos**: recorrer essencialmente à capacidade interna da SOFID para a elaboração de documentos técnicos, passando a contratação de serviços externos a ser encarada como uma medida de último recurso.
- **Racionalização e Eficiência na Utilização de Consumíveis**: encontrar soluções para controlar o custo de consumíveis, aproveitando para sensibilizar os colaboradores para a eficiência energética e a reutilização.

Cumprimento de Medidas no Âmbito do Princípio da Igualdade do Género

Tendo por base as RCM 49/2007, 70/2008 e 19/2012, a SOFID tem implementado um plano com algumas medidas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos seus colaboradores.

O pelouro dos Recursos Humanos da SOFID é da responsabilidade direta do Presidente da Comissão Executiva, potenciando a valorização e o acompanhamento do capital humano da Sociedade. A política de recursos humanos visa enquadrar adequadamente a contratação de novos colaboradores no âmbito das melhores práticas internacionais, nomeadamente a igualdade de oportunidades e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Apesar de, nos processos de recrutamento, os aspetos determinantes serem a qualidade do candidato e a adequação das suas competências às funções a desempenhar, é introduzido um fator de ponderação a favor do candidato com o género menos representado, para ser utilizado caso seja necessário decidir entre dois ou mais candidatos com avaliações similares.

Tratando-se a SOFID de uma Sociedade Anónima, a indicação dos elementos para os seus órgãos sociais é uma competência exclusiva da sua Assembleia Geral, cabendo aos acionistas eleger os elementos que melhor possam conduzir a Sociedade a cumprir o mandato que lhe foi atribuído. Uma vez eleito, cabe ao Conselho de Administração implementar a política de RH de acordo com a legislação e as melhores práticas. A 31 de dezembro de 2012 **a distribuição de colaboradores do género feminino na SOFID era a seguinte**:

- **Quadros Superiores: 44%**
- **Total dos RH: 44%**
- **Órgãos de Administração e Fiscalização: 25%**

Cumprimento do Plano de Redução de Custos

Em 2012 a SOFID continuou empenhada nos esforços de redução de custos iniciados em 2010, quando se passou a planear com maior rigor e a direcionar o enfoque para a atividade produtiva. Recorde-se que, em 2010, a SOFID estava no seu terceiro ano de atividade e apesar de já ter uma estrutura de custos um pouco mais definida, ainda assim continuava a ser uma estrutura incipiente, contando apenas com 5 colaboradores, metade do que tinha em 2012. Ainda assim, registaram-se reduções reais de 24% nos custos com pessoal e de 2% em gastos gerais administrativos, resultando numa **diminuição de custos totais em relação a 2010 de 16%**.

Custos Totais (Base Real)

Unid: €

Rubricas	2009	2010	2011	2012	Poupança Absoluta 2010/2012	Poupança Relativa 2010/2012
Custos com pessoal	**537.791**	**701.463**	**532.212**	**534.212**	**-166.539**	**-23,7%**
Órgãos Sociais	366.217	393.601	306.419	306.419	-128.496	-32,6%
Gestão de Risco e Gestão Financeira	49.856	193.093	107.382	90.734	-27.847	-23,5%
Técnico Informático	13.097	0	0	0	-74.512	100,0%
Auditor e Financeiro	98.198	68.936	40.038	36.261	-32.675	-47,4%
Secretariado	10.423	40.073	26.031	11.426	-28.647	-71,5%
Comunicação, Analistas, Estagiários e Jurista	0	5.759	52.342	131.398	125.639	2181,5%
Gastos gerais administrativos	**412.237**	**373.133**	**406.007**	**367.151**	**-5.982**	**-1,6%**
Renda	87.974	87.656	79.642	72.029	-15.627	-17,8%
Contabilidade e proc. Salários	68.250	64.332	68.185	66.137	1.805	2,8%
Serviços informáticos – base	40.554	38.663	37.129	37.146	-1.517	-3,9%
Serviços informáticos – adicionais	0	0	38.274	18.863	18.863	-
Auditoria	17.050	14.792	13.438	13.303	-1.489	-10,1%
Consultoria	44.929	2.142	20.790	11.813	9.671	451,5%
Outros	153.480	165.548	148.549	147.861	-17.687	-10,7%
Custos Totais	**950.028**	**1.074.596**	**938.219**	**902.075**	**-172.521**	**-16,1%**

Após concordância do SEE, foi deliberado que a SOFID deveria implementar um Plano de Redução de Custos de Base Comparável, onde fossem indicadas medidas de redução de custos e o impacte que essas medidas tiveram na estrutura de custos original da SOFID em 2009, deixando de fora gastos com o crescimento da atividade da SOFID, no âmbito do Plano Estratégico 2010-2012.

Plano de Redução de Custos de Base Comparável

Unid: €

Rubricas	2009	2010	2011	2012	Poupança Absoluta 2010/2012	Poupança Relativa 2010/2012
Custos com pessoal	**537.791**	**701.462**	**532.212**	**534.924**	**-166.539**	**-23,7%**
Custos com pessoal - Extra-PRC	**29.947**	**124.340**	**124.340**	**222.132**	**97.792**	**78,6%**
Diretor de Risco	29.947	118.581	107.222	90.734	-27.847	-23,5%
Comunicação, Analistas, Estagiários e Jurista	0	5.759	52.502	131.398	125.639	2181,5%
Custos com pessoal – Âmbito PRC	**507.844**	**577.122**	**372.488**	**312.791**	**-264.331**	**-45,8%**
Redução de remunerações do CA	366.217	393.601	306.419	265.105	-128.496	-32,6%
Dir. Financeira (redução 20% chefias)	19.909	74.512	0	0	-74.512	-100,0%
Informático	13.097	0	0	0	0	-
GAR+ACF (substituição técnicos séniores)	98.198	68.936	40.038	36.261	-32.675	-47,4%
Secretariado (Substit. por polivalente)	10.423	40.073	26.031	11.426	-28.647	-71,5%
Gastos Gerais Administrativos	**412.237**	**373.133**	**406.007**	**367.151**	**-5.982**	**-1,6%**
Gastos Gerais Administrativos – Extra PRC	**153.480**	**165.548**	**186.823**	**166.724**	**1.176**	**0,7%**
Serviços informáticos adicionais	0	0	38.274	18.863	18.863	-
Outros gastos decorrentes da normal atividade SOFID	153.480	165.548	148.549	147.861	-17.687	-10,7%
Gastos Gerais Administrativos – Âmbito PRC	**258.757**	**207.585**	**219.184**	**200.428**	**-7.158**	**-3,4%**
Renegociação da renda da Sede	87.974	87.656	79.642	72.029	-15.627	-17,8%
Renegociação serviços Deloitte (contabilidade e proc. salários)	68.250	64.332	68.185	66.137	1.804	2,8%
Renegociação Echiron (Serviços gerais informática)	40.554	38.663	37.129	37.146	-1.517	-3,9%
Renegociação Serviços Auditoria	17.050	14.792	13.438	13.438	-1.489	-10,1%
Substituição de serviços de consultoria por serviços internos	44.929	2.142	20.790	110.813	9.671	451,5%
Total	**950.028**	**1.074.596**	**938.219**	**902.075**	**-172.521**	**-16%**
Total Extra-PRC	**183.427**	**289.888**	**346.547**	**388.856**	**98.968**	**34%**
Total PRC	**766.601**	**784.707**	**591.672**	**513.219**	**-271.489**	**-34,6%**

1) Medida decorrente da legislação em vigor (Lei 12-A/2010 e Lei 55-A/2010). O Conselho de Administração teve apenas dois vogais em funções durante 4 meses em 2009, ao que corresponde um custo anualizado de EUR 410.346,89.
2) Diretora Financeira foi remunerada por 3 meses em 2009, ao que corresponde um custo anualizado de EUR 72.475,47.
3) Técnico esteve ao serviço durante 6 meses em 2009, ao que corresponde um custo anualizado de EUR 26.387,31.
4) Secretária foi remunerada por 3 meses em 2009, ao que corresponde um custo anualizado de EUR 38.617,19.
5) Com base nos valores pagos às entidades prestadoras de serviços, expurgados de qualquer custo extraordinário ou extracontratual incorrido junto daqueles.
6) O contrato com a BDO foi renegociado em 2010, vigorando a partir de junho, em antecipação da Lei 55-A/2010.

Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal	**701.443**	**532.212**	**534.924**
Gastos com Órgãos Sociais	393.601	306.419	265.105
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	16.065	30.525	39.245
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas	-	-	-
Gastos com Dirigentes sem O.S.	**118.581**	**107.222**	**90.734**
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	-	14.000	25.882
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas	-	-	-
Gastos com Dirigentes sem O.S. e sem Dirigentes	**189.261**	**118.571**	**179.085**
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	-	-	14.655
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas	-	-	-
Rescisões / Indemnizações	-	-	-
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	**7**	**11**	**12**
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	**3**	**3**	**3**
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	2	1	1
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	2	7	8

Nota: Apesar do número de membros do Conselho de Administração ser cinco, dois deles não recebem qualquer remuneração da SOFID, razão pela qual não fazem parte dos seus Recursos Humanos.

Resumo do Cumprimento das Obrigações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	n.a.		
Objetivos de Gestão			n.a	Não aplicável	Não foram fixados objetivos de gestão entre o Estado e a SOFID.
Deveres Especiais de Informação			n.a	Não aplicável	
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	S			Não aplicável	Não há quaisquer atrasos
Recomendações dos Acionistas na aprovação das contas					
Dar cumprimento ao estipulado no EGP em matéria de remunerações	S			Não aplicável	
Adotar políticas de contenção acrescida de custos	S			Não aplicável	
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão nos termos do art.º 29 da Lei 64-B/2011	S			Não aplicável	
Órgãos Sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 20 da Lei 64-B/2011	S			€ 30.524	
Órgãos Sociais – redução remuneratória de 5% por aplicação do art.º 12º da Lei 12-A/2010	S			€ 16.065	
Órgãos Sociais – suspensão sub. férias e Natal, nos termos do art.º 21 da Lei 64-B/2011	S			€ 39.245	
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos da Lei 55-A/2010	S			€ 3.612	
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 20 da Lei 64-B/2011			n.a.	Não aplicável	Não há trabalhadores nesta situação.
Restantes trabalhadores – suspensão sub. férias e Natal, nos termos do art.º 21 da Lei 64-B/2011	S			€ 40.537	Aguarda-se resposta da DGTF relativamente ao pagamento de subsídio de férias e de Natal a colaborador cedido pelo Banco BPI, com o qual a SOFID tem um contrato de cedência ocasional.
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			n.a.	Não aplicável	Os membros do Conselho de Administração da SOFID eleitos a 12 de maio de 2010 nunca tiveram quaisquer cartões de crédito da empresa.
Reembolso de despesas de representação pessoal			n.a.	Não aplicável	Não há despesas de representação
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			n.a.	Não aplicável	De acordo com o memorando legal, a SOFID não se encontra sujeita às regras da Contratação Pública.
Normas de contratação pública pelas participadas			n.a.	Não aplicável	
Contratos Submetidos a visto prévio do TC			n.a.	Não aplicável	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			n.a.	Não aplicável	
Parque Automóvel			n.a.	Não aplicável	Os veículos utilizados ao serviço da Sociedade são em regime de *Renting*.
Princípio de Igualdade do Género					
Equilíbrio de géneros				Não aplicável	
Equilíbrio familiar				Não aplicável	
Plano de Redução de Custos *					
Gastos com Pessoal	S			-45,8%	
Fornecimento e Serviços Externos	S			-3,4%	
Redução Número de Efetivos e Cargos Dirigentes					
Número de Efetivos			n.a	Não aplicável	Sendo 2 o número de colaboradores em 2010, atualmente são 8, em virtude do crescimento natural e expectável da SOFID.
Número de Cargos Dirigentes	S			50%	Com a dispensa de uma diretora em 2010, passou apenas a haver um diretor na SOFID

(*) Plano de Redução de Custos de Base Comparável, como explicado na secção Cumprimento do Plano de Redução de Custos.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que, relativamente ao exercício de 2012, o Resultado Líquido Negativo de EUR 241.998 seja transferido para Resultados Transitados.

Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece aos acionistas o apoio e confiança depositados, à Comissão Executiva a excelente colaboração na defesa dos interesses da SOFID, aos membros dos restantes órgãos sociais o envolvimento desinteressado nos assuntos da Sociedade, a todos os nossos parceiros que contribuíram para que 2012 fosse o melhor ano de sempre na curta história desta instituição. O Conselho de Administração agradece igualmente a todos os colaboradores o profissionalismo e dedicação demonstrados, reiterando o seu especial apreço àqueles que terminaram a sua colaboração com a SOFID no decorrer de 2012.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2013

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

João Henrique Real Pereira

Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo

Pedro Roberto Meneres Cudell

José Fernando Augusto Moreno

Demonstração de Resultados para o ano findo em 31 de dezembro de 2012

Demonstração de Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012e 2011			
	Notas	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Juros e Proveitos similares	3	463.778	532.933
Juros e custos similares	3	-	-
Margem financeira		463.778	532.933
Resultados de serviços e comissões	4	284.634	232.747
Outros resultados de exploração	5	(26.229)	(33.191)
Proveitos operacionais		722.183	732.489
Custos com pessoal	6	534.924	532.212
Gastos gerais administrativos	7	367.152	406.006
Amortizações e depreciações	8	63.274	65.820
Custos operacionais		965.350	1.004.038
Imparidade do crédito	9	-	-
Imparidade de outros ativos		-	-
Provisões	10	56.660	22.412
Imparidades e provisões		56.660	22.412
Resultado antes de impostos		(299.827)	(293.961)
Impostos correntes	11	25.142	16.976
Impostos diferidos	11	(82.971)	(63.628)
Impostos		(57.829)	(46.652)
Resultado líquido do período		(241.998)	(247.309)
Resultado por ação básicos	**12**	**(0.02)**	**(0.02)**
Resultado por ação diluídos	**12**	**(0.02)**	**(0.02)**

Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
	Notas	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Ativo			
Caixa e disponibilidade em bancos centrais		-	-
Disponibilidade em instituições de crédito	13	28.049	16.776
Aplicações em instituições de crédito	14	7.768.153	9.426.145
Crédito a clientes	15	2.379.683	860.264
Ativos tangíveis	16	32.149	43.976
Ativos intangíveis	17	192.927	244.374
Ativos por impostos correntes	18	5.214	2.880
Ativos por impostos diferidos	19	562.389	479.418
Outros ativos	20	115.447	100.927
		11.084.011	11.174.760
Passivo			
Recursos de instituições de crédito		-	-
Outros empréstimos		-	-
Responsabilidades representadas por títulos		-	-
Provisões	21	83.072	26.412
Passivos por impostos correntes	18	18.994	8.398
Passivos subordinados		-	-
Outros passivos	22	205.503	121.510
Total do passivo		307.569	156.320
Capital próprio			
Capital	23	10.000.000	10.000.000
Prémios de emissão	23	2.500.000	2.500.000
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados transitados	24 e 25	(1.481.560)	(1.234.251)
Resultado líquido do exercício		(241.998)	(247.309)
Total do capital próprio		10.776.442	11.018.440
		11.084.011	**11.174.760**

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
	Notas	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		927.211	564.009
Juros, comissões e outros custos pagos		(17.767)	(4.434)
Pagamentos a fornecedores e colaboradores		(949.355)	(1.171.404)
Recuperação de crédito e juros		-	-
Outros pagamentos e recebimentos		(176)	(144)
		(40.087)	(611.974)
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Crédito a clientes		(1.600.000)	(500.000)
Recursos de intituições de crédito		-	-
Débitos para com clientes		100.000	50.000
Outros ativos e passivos operacionais		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais. antes de impostos sobre os lucros		**(1.540.087)**	**(1.061.974)**
Impostos sobre os lucros pagos		(19.540)	(15.526)
		(1.559.627)	(1.077.500)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Depósitos no Banco de Portugal		-	-
Aplicações em instituições de crédito		1.570.900	1.013.000
Venda de ativos tangíveis		-	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		-	(2.085)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**1.570.900**	**1.010.915**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		11.273	(66.584)
Caixa e seus equivalentes no início do período		16.776	83.361
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28.049	16.776
Caixa e seus equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidade em outras instituições de crédito	13	28.049	16.776
Recursos de instituições de crédito		-	-
Total		**28.049**	**16.776**

Demonstração de Rendimento Integral

Demonstrações do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011		
	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Resultado líquido do exercício	(241.998)	(247.309)
Outro rendimento integral do exercício	-	-
Total do rendimento integral do exercício	**(241.998)**	**(247.309)**

Mapa de Alterações no Capital Próprio

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores Expressos em Euros)

	Total do capital próprio	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período
Saldos em 31 de dezembro de 2010	11.265.749	10.000.000	2.500.000	4.492	40.431	(572.321)	(706.853)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(706.853)	706.853
Resultado líquido do exercício	(247.309)	-	-	-	-	-	(247.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.018.440	10.000.000	2.500.000	4.492	40.431	(1.279.174)	(247.309)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(274.309)	247.309
Resultado líquido do exercício	(241.998)	-	-	-	-	-	(241.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	10.776.442	10.000.000	2.500.000	4.492	40.431	(1.526.483)	(241.998)

Notas às Demonstrações Financeiras

SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2012 e 2011

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("Sociedade") foi constituída por escritura pública no decurso do mês de outubro de 2007. A Sociedade tem por objeto a prática das operações permitidas aos bancos, excetuando a receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis.

O objeto da Sociedade é prosseguido de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, em articulação com os objetivos e a estratégica do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento e, sem prejuízo das demais operações permitidas pela lei aplicável, através, designadamente de:

- concessão de empréstimos;
- concessão de garantias;
- participação de carácter temporário no capital social de empresas;
- prestação de serviços de consultadoria em matéria de investimentos e formas de financiamento;
- desenvolvimento de quaisquer outras ações que se revelem úteis para o sucesso das iniciativas de investimento em países em desenvolvimento.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de al-

gumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013.

1.2 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Sociedade, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado ao cliente, pelo seu valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando: (i) os direitos contratuais da Sociedade relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a Sociedade ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de ativos financeiros.

Imparidade

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39, um crédito concedido a clientes que seja individualmente avaliado quanto a imparidade tendo-se concluído que está com imparidade não deve ser incluído numa carteira de crédito concedido que seja coletivamente avaliada quanto a imparidade.

Um crédito concedido a clientes que tenha sido individualmente avaliado quanto a imparidade tendo-se concluído que não está com imparidade individualmente deve ser incluído numa avaliação coletiva da imparidade.

Ao efetuar uma avaliação coletiva da imparidade, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pela Sociedade. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela Sociedade de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

A carteira de crédito está sujeita à constituição de provisões de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, nomeadamente para:

- Riscos específicos de crédito (vencido e cobrança duvidosa);
- Riscos gerais de crédito; e
- Risco país.

As provisões para crédito e juros vencidos, destinam-se a fazer face ao risco de incobrabilidade de créditos com prestação de capital ou juros vencidos e não regularizados, dependendo de eventuais garantias existentes sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.
As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos.
As provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada, a 0,5% do crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.
Quando a Sociedade considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

1.3 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

1.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações referentes aos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis:	
Obras em imóveis arrendados	5
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	3

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.6 Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua imple-

mentação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa nos 6 anos.
Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.7 Locações
A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais
Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

1.8 Impostos sobre lucros
Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de balanço e que se espera vir a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.
A quantia escriturada de um ativo por impostos diferidos é revista à data de cada balanço. A entidade reduz a quantia escriturada de um ativo por impostos diferidos até ao ponto em que deixe de ser provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que o benefício de parte ou todo desse ativo por impostos diferidos seja utilizado ou quando as perdas fiscais não usadas ou que créditos fiscais não usados expirem.

1.9 Provisões
São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.10 Reconhecimento de juros
Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

1.11 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões
Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando

o ato significativo tiver sido concluído;

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

1.12 Reporte por segmentos

A Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados num mercado público, pelo que optou por não apresentar informação relativa aos segmentos de negócio e geográfico, conforme permitido pela IFRS 8.

1.13 Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias detidas pela Sociedade.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

1.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/ contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em instituições de crédito e recursos de instituições de crédito.

1.15 Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio na data da transação ou, sempre que apropriado, é usada a taxa de fecho do período anterior. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para possibilitar um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A Sociedade efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3. Margem financeira

Esta rubrica é composta por:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Juros e proveitos similares:		
Disponibilidades em instituições de crédito	-	25
Aplicações em instituições de crédito	370.650	495.639
Crédito a clientes	93.128	37.269
	463.778	**532.933**
Juros e custos similares:		
Recursos de instituições de crédito	-	-
Outros empréstimos	-	-
Margem financeira	**463.778**	**532.933**

A rubrica de juros e proveitos similares é originada, na sua totalidade, por ativos registados ao custo amortizado.

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões que são registados em resultados na rubrica Juros e proveitos similares, podem ser analisados como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Custos resultantes de comissões pagas	-	-
Proveitos resultantes de comissões cobradas	4.344	1.888
	4.344	**1.888**

A rubrica Juros e proveitos similares de aplicações em instituições de crédito no montante de Euros 370.650 (2011: Euros 495.639) refere-se a juros de aplicações de curto prazo celebradas com o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Espírito Santo, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., conforme mencionado na nota 14.

4. Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica é composta por:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões relativas a garantias concedidas	104.539	47.083
Comissões relativas a ativos sob gestão e custódia	189.421	188.901
Outros rendimentos com serviços e comissões	8.441	1.197
	302.401	**237.181**
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(17.767)	(985)
Outros encargos com serviços e comissões	-	(3.449)
	(17.767)	(4.434)
Resultados líquidos de serviços e comissões	**284.634**	**232.747**

A rubrica Comissões relativas a garantias concedidas no montante de Euros 104.539 (2011: Euros 47.083) refere-se a garantias com a natureza de substitutos de crédito.

A rubrica Comissões relativas a ativos sob gestão e custódia no montante de Euros 189.421 (2011: Euros 188.901) refere-se à comissão cobrada pela gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimentos em Moçambique, conforme mencionado na nota 27.

5. Outros resultados de exploração

Esta rubrica é composta por:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Outros proveitos de exploração:		
Reembolso de despesas	14.573	2.135
Outros proveitos de exploração	8.815	12.040
	23.388	**14.175**
Outros custos de exploração:		
Impostos indiretos	(176)	(145)
Rendas de locação operacional	(34.540)	(32.081)
Quotizações	(14.895)	(15.090)
Outros custos de exploração	(6)	(50)
	(49.617)	(47.366)
	(26.229)	**(33.191)**

A rubrica Reembolso de despesas inclui o montante de Euros 11.000 (2011: Euros 0) referente a despesas de serviços de assessoria jurídica.

A rubrica Outros proveitos de exploração no montante de Euros 8.815 (2011: Euros 12.040) refere-se a subsídios recebidos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no âmbito da criação de estágios e formação profissional para jovens.

A rubrica Impostos indirectos inclui o montante de Euros 169 (2011: Euros 125) referente à nova contribuição sobre o sector bancário estabelecida pelo artigo 141.º da Lei n.º55-A/2010, de 31 de dezembro.

6. Custos com pessoal

Esta rubrica é composta por:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Remunerações	448.912	452.967
Encargos sociais obrigatórios	81.372	74.746
Outros encargos	4.640	4.499
	534.924	**532.212**

O valor total de remunerações fixas atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2012, registado na rubrica Remunerações, ascendeu ao montante de Euros 235.466 (2011: Euros 258.279). O valor acima referido pode ser analisado como se segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo	87.210	92.863
José Fernando Augusto Moreno	74.128	78.933
João Henrique Real Pereira	74.128	86.483
	235.466	**258.279**

As remunerações, referentes a 2012, podem ser explicadas da seguinte forma:

	Presidente **Diogo Araújo** (Euros)	Vogal **José Moreno** (Euros)	Vogal **joão Pereira** (Euros)
Remuneração base (ver Nota 1)	119.000	101.150	101.150
Redução de 5% nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho	(5.950)	(5.058)	(5.058)
Redução de 10% nos termos do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro	(11.305)	(9.609)	(9.609)
Remuneração a auferir (ver Nota 2)	101.745	86.483	86.483
Corte nos subsídios de férias e de Natal (Lei OE 2012)	(14.535)	(12.355)	(12.355)
	87.210	**74.128**	**74.128**

Nota 1: Remunerações fixadas na Ata número dois da Comissão de Fixação de Remunerações, datada de 14/05/2008
Nota 2: Remuneração fixa determinada após as reduções de 5% e 10%

Relativamente aos exercícios de 2012 e 2011, não foram atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Nos exercícios de 2012 e 2011, não existiram remunerações diferidas não pagas nem remunerações diferidas, pagas ou objeto de reduções resultantes de ajustamentos introduzidos em função do desempenho individual dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Durante o exercício de 2012, relativamente aos Órgãos de Administração e Fiscalização, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 29.638 (2011: Euros 33.033).

Não foram efetuadas, no exercício de 2012, novas contratações de colaboradores que se enquadrem num dos critérios previstos no n.º2 do artigo 1.º do Aviso nº10/2011 do Banco de Portugal.
O valor total de outras regalias e compensações atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2012, ascendeu ao montante de Euros 40.280 (2011: Euros 33.538). O valor referido pode ser analisado como se segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Gastos com comunicações:		
Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo	724	1.396
José Fernando Augusto Moreno	518	617
João Henrique Real Pereira	1.216	655
	2.458	**2.668**
Gastos com viaturas ligeiras de passageiros:		
Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo	12.809	10.351
José Fernando Augusto Moreno	11.752	9.987
João Henrique Real Pereira	13.262	10.532
	37.823	30.870
	40.281	**33.538**

A rubrica Outros encargos inclui o montante de Euros 4.191 (2011: Euros 3.947) referente a custos com o serviço de assistência médico-social (SAMS) de colaboradores destacados do Banco BPI, S.A., a desempenharem funções na Sociedade, conforme mencionado na nota 22.

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2012	2011
Administração	5	5
Diretores	1	1
Quadros técnicos	8	6
Secretariado	1	1
	15	**13**

7. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica é composta por:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Água, energia e combustíveis	10.709	10.258
Impressos e material de consumo corrente	9.305	10.321
Material de higiene e limpeza	-	84
Outros fornecimentos de terceiros	4.108	3.533
Rendas e alugueres	81.791	79.642
Comunicação e despesas de expedição	8.281	8.138
Deslocações, estadas e representação	27.236	39.376
Publicidade e edição de publicações	24.142	18.198
Conservação e reparação	4.443	112
Transportes	26	90
Formação de pessoal	3.748	1.694
Seguros	3.067	2.745
Avenças e honorários	18.171	34.440
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	2.130	190
Informática	56.009	75.404
Limpeza	5.805	6.310
Banco de dados	2.065	2.199
Outros serviços especializados	101.724	100.323
Outros serviços de terceiros	4.392	12.949
	367.152	**406.006**

A rubrica Outros fornecimentos de terceiros inclui o montante de Euros 1.591 (2011: Euros 2.004) referente a custos com alimentação.

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 72.029 (2011: Euros 70.510) referente a rendas pagas pelo arrendamento das instalações.

A rubrica Deslocações, estadas e representação no montante de Euros 27.236 (2011: Euros 39.376) refere-se a viagens de promoção da Sociedade.

A rubrica Avenças e honorários no montante de Euros 18.171 (2011: Euros 34.440) inclui os honorários do secretário da Sociedade e de advogados.

A rubrica Informática inclui o montante de Euros 55.137 (2011: Euros 74.402) referente a custos com serviços técnicos informáticos ao ambiente aplicacional.

A rubrica Outros serviços especializados inclui o montante de Euros 66.137 (2011: Euros 68.185) referente a custos com serviços prestados à Sociedade em regime de *outsourcing*, nomeadamente serviços de contabilidade.

A mesma rubrica inclui também o montante de Euros 11.813 (2011: Euros 13.348) referente a encargos com serviços de suporte aplicacional.

A mesma rubrica inclui ainda o montante de Euros 723 (2011: Euros 1.447) referente a custos com recrutamento de pessoal.

A rubrica Outros serviços de terceiros inclui o montante de Euros 3.887 (2011: Euros 11.894) referente a participação em ações e eventos.

A SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. celebrou contratos de locação operacional, cujas rendas vincendas ascendem em 31 de dezembro de 2012 a Euros 138 (2011: Euros 27.427). Estes contratos são considerados locações operacionais por não obedecerem aos critérios da Norma Internacional de Contabilidade 17 – Locações, para serem considerados locações financeiras. O valor acima referido é liquidável nos seguintes prazos:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Até 1 ano	138	27.139
De 1 a 5 anos	-	288
	138	**27.427**

Os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são os seguintes:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Serviços de Auditoria e Revisão legal das contas	13.530	13.438

8. Amortizações e depreciações

Esta rubrica é composta por:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Ativos tangíveis:		
Imóveis:		
Obras em imóveis arrendados	2.704	2.705
Equipamento:		
Mobiliário e material	7.107	7.986
Máquinas e ferramentas	1.862	2.011
Equipamento informático	154	1.671
	11.827	**14.373**
Ativos intangíveis:		
Software	51.447	51.447
	63.274	**65.820**

9. Imparidade do crédito

A Imparidade do crédito do exercício, líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Imparidade do crédito:		
Dotações	81	-
Reversões	(81)	-
	-	**-**

10. Provisões

As Provisões do exercício, líquidas de reversões, são analisadas como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Provisão para riscos gerais de crédito:		
Dotações	73.733	23.517
Reversões	(17.073)	(1.105)
	56.660	**22.412**

11. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Impostos correntes:		
Do exercício	18.994	11.059
Correções relativas a exercícios anteriores	6.148	5.917
	25.142	16.976
Impostos diferidos:		
Diferenças temporárias	(15.015)	(5.939)
Prejuízos fiscais reportáveis	(67.956)	(57.689)
	(82.971)	(63.628)
	57	**(46.652)**

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2012		2011	
	%	Euros	%	Euros
Resultado antes de impostos		(299.826)		(293.961)
Imposto apurado com base na taxa de imposto	25,00%	74.957	0,53%	1.562
Derrama	0,28%	850	23,94%	70.365
Custos não dedutíveis	(0,36%)	(1.086)	0,11%	336
Correções relativas a exercícios anteriores	(0,43%)	(1.293)	(1,88%)	(5.532)
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	1,13%	3.395	(3,07%)	(9.021)
Tributação autónoma	(6,34%)	(18.994)	(3,76%)	(11.058)
	19,29%	**57.829**	**15,87%**	**46.652**

O montante de impostos diferidos reconhecidos em resultados é atribuível às rubricas seguintes:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Provisões para crédito	(15.015)	(5.939)
Prejuízos fiscais	(67.956)	(57.689)
	(82.971)	**(63.628)**

12. Resultados por ação

O resultado por ação é calculado da seguinte forma:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Resultado líquido	(241.998)	(247.309)
Número médio de ações	10.000.000	10.000.000
Resultado por ação básico	(0,02)	(0,02)
Resultado por ação diluído	(0,02)	(0,02)

O resultado por ação básico é calculado efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.
O resultado por ação diluído é calculado ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade não detinha potenciais ações ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

13. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Depósitos à ordem no país	28.049	16.776
	28.049	**16.776**

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Até 3 meses	**28.049**	**16.776**

14. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Comercial Português, S.A.	3.687.500	4.151.000
Banco BPI, S.A.	-	4.086.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3.528.600	1.000.000
Banco Espírito Santo, S.A.	450.000	-
Periodificações		
Banco Comercial Português, S.A.	45.102	95.135
Banco BPI, S.A.	-	86.260
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	56.470	7.750
Banco Espírito Santo, S.A.	481	-
	7.768.153	**9.426.145**

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Até 3 meses	2.105.985	8.418.395
De 3 meses a 1 ano	5.662.168	1.007.750
	7.768.153	**9.426.145**

Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de remuneração média destas aplicações em 2012 ascende a 4,43% (2011: 5,10%).

15. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Crédito vincendo:		
Empresas		
Operações de crédito	2.379.683	860.264
Contas correntes	-	-
Crédito sindicado	-	-
	2.379.683	860.264
Particulares		
Operações de crédito	-	-
Contas correntes	-	-
Crédito sindicado	-	-
	-	-
	2.379.683	860.264
Crédito vencido:		
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
	-	-
	2.379.683	860.264
Imparidade do crédito	-	-
	2.379.683	**860.264**

A rubrica Operações de crédito respeita a contratos de crédito de médio e longo prazo.

A rubrica Contas correntes é constituída por contratos de crédito na forma de *"revolving"*.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos em contencioso.

O escalonamento da rubrica Crédito a clientes por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Até 3 meses	88.779	61.267
De 3 meses a 1 ano	180.301	53.172
De 1 a 5 anos	2.110.603	677.017
Mais de 5 anos	-	68.808
	2.379.683	**860.264**

A rubrica Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é apresentada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Crédito vincendo:		
Créditos com garantias reais	-	-
Créditos sem garantias	-	-
Créditos com outras garantias	2.379.683	860.264
	2.379.683	**860.264**
Crédito vencido:		
Créditos com garantias reais	-	-
Créditos sem garantias	-	-
Créditos com outras garantias	-	-
	2.379.683	**860.264**

A exposição do crédito vincendo por montante emprestado é apresentada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Capital vincendo:		
Inferior a 250.000	-	-
Superior a 250.000	2.350.000	850.000
	2.350.000	**850.000**
Juros a receber	**42.831**	**16.756**
Comissões ao custo amortizado:		
Proveito	(13.148)	(6.492)
Custo	-	-
	(13.148)	(6.492)
	2.379.683	**860.264**

A rubrica Crédito a clientes, de acordo com o tipo de taxa, é apresentado como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Crédito vincendo:		
Taxa fixa	-	-
Taxa variável	2.379.683	860.264
	2.379.683	**860.264**

As taxas de juro médias por tipo de produto podem ser analisadas como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Operações de crédito	5,15%	7,40%
Contas correntes	-	-
Crédito sindicado	-	-

Os movimentos da Imparidade do crédito são analisados como segue:

	2012 (Euros)	2011(Euros)
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Dotações	81	-
Reversões	(81)	-
Utilizações	-	-
Saldo em 31 de dezembro	-	-

A Sociedade tem em 31 de dezembro de 2012 Euros 83.072 (2011: Euros 26.412) de provisões para riscos gerais de crédito as quais de acordo com as NCA, são apresentadas no passivo, conforme mencionado na nota 21.

16. Ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Imóveis:		
Obras em imóveis arrendados	13.522	13.522
Equipamento:		
Mobiliário e material	57.900	57.900
Máquinas e ferramentas	9.664	9.664
Equipamento informático	2.962	2.962
	84.048	84.048
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(11.827)	(14.373)
Relativas a exercícios anteriores	(40.072)	(25.699)
	(51.899)	(40.072)
	32.149	**43.976**

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro (Euros)	Aquisições/ Dotações (Euros)	Transfer. (Euros)	Abates (Euros)	Saldo em 31 dezembro (Euros)
Custo de aquisição:					
Imóveis:					
Obras em imóveis arrendados	13.522	-	-	-	13.522
Equipamento:					
Mobiliário e material	57.021	879	-	-	57.900
Máquinas e ferramentas	9.515	149	-	-	9.664
Equipamento informático	1.905	1.057	-	-	2.962
	81.963	2.085	-	-	84.048
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
Obras em imóveis arrendados	8.130	2.704	-	-	10.834
Equipamento:					
Mobiliário e material	23.166	7.107	-	-	30.273
Máquinas e ferramentas	5.968	1.862	-	-	7.830
Equipamento informático	2.808	154			2.962
	40.072	11.827	-	-	51.899
	43.976	**(11.827)**	**-**	**-**	**32.149**

17. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Ativos intangíveis:		
Software	308.683	308.683
Em curso	-	-
	308.683	308.683
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao período corrente	(51.447)	(51.447)
Relativas a exercícios anteriores	(64.309)	(12.862)
	(115.756)	(64.309)
	192.927	**244.374**

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro (Euros)	Aquisições / Dotações (Euros)	Transfer. (Euros)	Abates (Euros)	Saldo em 31 dezembro (Euros)
Custo de aquisição:					
Software					
Gerados internamente	308.683	-	-	-	308.683
	308.683	-	-	-	308.683
Amortizações acumuladas:					
Software	64.309	51.447	-	-	115.756
	244.374	**(51.447)**	**-**	**-**	**192.927**

18. Ativos e passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Carga fiscal imputada (dotações)	(25.142)	(16.976)
Carga fiscal paga	19.540	15.526
Diferença:		
A receber	5.214	2.880
A pagar	(18.994)	(11.058)

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A provisão para impostos sobre lucros foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

A diferença a receber no montante de Euros 5.214 (2011: Euros 2.880) refere-se a pagamentos especiais por conta. Estes pagamentos serão deduzidos à colecta dos quatro exercícios seguintes. A parte que não puder ser deduzida por insuficiência de colecta só será reembolsável a pedido da empresa, desde que cumpridos os requisitos do n.º3 do Artigo 93.º do CIRC.

19. Ativos e passivos por impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2012		2011	
	Ativos (Euros)	Passivos (Euros)	Ativos (Euros)	Passivos (Euros)
Provisões não aceites	22.014	-	6.999	-
Prejuízos fiscais	540.375	-	472.419	-
	562.389	-	479.418	-
Impostos diferidos líquidos	562.389		479.418	

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O cálculo do imposto diferido sobre prejuízos fiscais reportáveis foi apurado pela Sociedade com base na taxa nominal de IRC de 25%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais) conforme mencionado na nota 11.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Saldo em 1 de janeiro	479.418	415.790
Reconhecido em resultados	82.971	63.628
Saldo em 31 de dezembro	**562.389**	**479.418**

O imposto diferido ativo relativo a prejuízos fiscais reportáveis, por data de caducidade, é analisado como segue:

Ano de caducidade	2012 (Euros)	2011 (Euros)
2014	270.396	267.272
2015	207.462	205.147
2017	62.517	-
	540.375	**472.419**

20. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Sector público administrativo	1.014	-
Outros devedores	11.411	-
Despesas com encargo diferido	7.791	5.696
Outros proveitos a receber	95.231	95.231
	115.447	100.927
Imparidade de outros ativos	-	-
	115.447	**100.927**

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 5.836 (2011: Euros 0) referente ao redébito de despesas a clientes.

A rubrica Outros proveitos a receber no montante de Euros 95.231 (2011: Euros 95.231) refere-se à comissão devida pela gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimentos em Moçambique.

21. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Provisão para riscos gerais de crédito	83.072	26.412
Provisão para outros riscos e encargos	-	-
	83.072	**26.412**

Os movimentos da rubrica Provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2011 (Euros)	2010 (Euros)
Saldo em 1 de janeiro	26.412	4.000
Dotações	73.733	23.517
Reversões	(17.073)	(1.105)
Saldo em 31 de dezembro	**83.072**	**26.412**

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída no âmbito do Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 2/99 de 15 de janeiro, n.º 8/03 de 8 de fevereiro e Instrução n.º 27/2000 de 15 de dezembro do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

22. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Setor público administrativo	10.448	11.141
IVA a pagar	-	1.150
Outros credores	-	14.905
Encargos a pagar com férias e subsídios de férias	23.938	22.131
Encargos sociais obrigatórios	3.941	3.511
Remunerações a pagar	1.556	-
Outros encargos a pagar	66.802	57.393
Receitas com rendimento diferido	59.500	6.279
Outras operações a regularizar	39.318	5.000
	205.503	**121.510**

A rubrica Sector público administrativo inclui o montante de Euros 5.126 (2011: Euros 5.246) referente a retenção de imposto na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente.

A mesma rubrica inclui também o montante de Euros 4.538 (2011: Euros 5.068) referente a contribuições obrigatórias para a segurança social.

A rubrica Outros encargos a pagar inclui o montante de Euros 7.199 (2011: Euros 8.398) referente a custos de colaboradores destacados pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., a desempenharem funções na Sociedade.

A rubrica Outros encargos a pagar inclui também o montante de Euros 15.153 (2011: Euros 15.388) referente a custos de colaboradores destacados pelo Banco BPI, S.A., referente a vencimentos conforme mencionado na nota 6.

A mesma rubrica inclui ainda o montante de Euros 9.982 (2011: Euros 14.705) referente encargos com serviços de contabilidade. A rubrica Outras operações a regularizar inclui o montante de Euros 17.500 (2011: Euros 5.000) referente a comissões de estudo de dossiê cobradas relativas a processos em fase de análise.

23. Capital e prémios de emissão

Capital

O capital social no montante de Euros 10.000.000 (2011: Euros 10.000.000), representado por 10.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro, encontra-se integralmente subscrito e realizado. À data de 31 de dezembro de 2012, o capital social da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. é detido a 59,99% pelo Estado Português, 10,00% pelo Banco BPI, S.A., 10,00% pelo Banco Espírito Santo, S.A., 10,00% pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., 10,00% pelo Banco Comercial Português, S.A. e 0,01% pela ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação.

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2012, os prémios de emissão no montante de Euros 2.500.000 (2011: Euros 2.500.000) referem-se aos prémios pagos pelos acionistas, no valor de Euros 0,25 cada ação, realizado integralmente em dinheiro e subscrito proporcionalmente ao capital social.
Nos termos da Portaria n.º 408/99 de 4 de junho, publicado no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

24. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector financeiro exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

25. Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Reserva legal	4.492	4.492
Outras reservas e resultados transitados	(1.486.052)	(1.238.743)
	(1.481.560)	**(1.234.251)**

26. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Garantias e avales prestados	5.957.246	1.791.240
Garantias e avales recebidos	31.489.759	2.691.240

As garantias e avales prestados estão relacionados com operações de crédito, em que a Sociedade presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa. As garantias e avales recebidos estão relacionados com contragarantias que a Sociedade obtém na sequência da concessão de créditos e na prestação de garantias acima mencionadas.

27. Ativos sob gestão e custódia

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, que regula os organismos de investimento coletivo, as Sociedades Gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados.

O valor total dos fundos geridos pela Sociedade é analisado como se segue:

	2012 (Euros)	2011 (Euros)
Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique	9.367.000	9.367.000

Compete à Sociedade praticar todos os atos e operações necessários ou convenientes à boa administração do Fundo, de acordo com critérios de elevada diligência e competência profissional.

28. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2012 e eventos subsequentes

Não existem factos relevantes ocorridos durante o ano de 2012 ou eventos subsequentes que devam ser reportados.

29. Justo valor

A 31 de dezembro de 2012, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	2012	
	Valor contabilístico (Euros)	Justo valor (Euros)
Ativos financeiros:		
Disponibilidades em instituições de crédito	28.049	28.049
Aplicações em instituições de crédito	7.768.153	7.768.153
Crédito a clientes	2.379.683	2.379.683
Passivos financeiros:		
Outros empréstimos	-	-

A 31 de dezembro de 2011, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	2011	
	Valor contabilístico (Euros)	Justo valor (Euros)
Ativos financeiros:		
Disponibilidades em instituições de crédito	16.776	16.776
Aplicações em instituições de crédito	9.426.145	9.426.145
Crédito a clientes	860.264	860.264
Passivos financeiros:		
Outros empréstimos	-	-

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

30. Transações com partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2012, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não detêm qualquer posição acionista ou obrigacionista na Sociedade.

Todos os negócios e operações realizados pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de grupo são cumulativamente celebrados em condições normais de mercado para operações similares e fazem parte da atividade corrente da Sociedade.
À data de 31 de dezembro de 2012, o valor das transações da Sociedade com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, são analisados como segue:

	2012			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Ativos (Euros)	Passivos (Euros)	Custos (Euros)	Proveitos (Euros)
Banco Comercial Português, S.A.	3.732.803	-	213	163.181
Banco Espírito Santo, S.A.	451.002	-	313	42.189
Banco BPI, S.A.	26.973	16.409	142.823	18.160
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3.585.425	7.199	153.419	147.120
	7.796.203	**23.608**	**296.768**	**370.650**

À data de 31 de dezembro de 2011, o valor das transações da Sociedade com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, são analisados como segue:

	2011			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Ativos (Euros)	Passivos (Euros)	Custos (Euros)	Proveitos (Euros)
Banco Comercial Português, S.A.	4.246.724	-	282	397.411
Banco Espírito Santo, S.A.	159	-	152	-
Banco BPI, S.A.	4.187.736	15.388	106.545	86.286
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.008.302	8.398	150.292	11.967
	9.442.921	**23.786**	**257.271**	**495.664**

O Técnico Oficial de Contas

Rui Pedro Estima da Costa Gonçalves Padrão

O Conselho de Administração

Presidente

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

Vogais

Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo

José Fernando Augusto Moreno

João Henrique Real Pereira

Pedro Roberto Meneres Cudel

BDO

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (adiante também designada por SOFID ou Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 11 084 011 euros e um total de Capital próprio de 10 776 442 euros, incluindo um Resultado líquido negativo de 241 998 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.

A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

BDO

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, SA, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, refere-se que, conforme divulgado no relatório de gestão, a Sociedade, constituída em 11 de outubro de 2007, contratou até ao final de 2012, nove operações ativas, cinco das quais no decurso de 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de março de 2013

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

2

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório e Contas de 2012 do Conselho de Administração da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A., datado de 27 de fevereiro de 2013.

Este Conselho Fiscal foi eleito, inicialmente em Assembleia Geral Universal de accionistas aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e sete e reconduzido na Assembleia Geral de 12 de maio de 2010, tendo acompanhado periodicamente a actividade da Sociedade com base nos elementos fornecidos pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva, bem como pelos esclarecimentos solicitados a estes órgãos e à Sociedade em geral.

Na realização do seu trabalho, o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação e colaboração necessária por parte da Sociedade, bem como dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em termos globais, o Relatório e Contas de 2012 responde às exigências legais aplicáveis, relevando a situação da Sociedade, bem como as de divulgação previstas no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados pela BDO (Sociedade de Revisores membro deste Conselho), a qual emitiu o respectivo Relatório Anual de Fiscalização, bem como a Certificação Legal das Contas, com cujo teor este Órgão expressa a sua concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

É de salientar que desde a sua constituição formal no último trimestre de 2007 e no âmbito e objeto para o qual a SOFID foi criada, não obstante a intensa atividade comercial verificada no ano de 2012, foram concretizadas nove operações ativas, cinco das quais em 2012.

O Conselho Fiscal salienta ainda os seguintes aspetos:

- Da revisão efetuada por este Conselho, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte de Sociedade, dos deveres especiais de informação nos termos do Decreto-Lei nº558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação e da demais legislação aplicável.

- O plano de redução de custos, de base comparável, para o triénio 2010 / 2012, evidencia uma redução de 34,6%. Contudo, caso seja considerada a totalidade dos custos, o decréscimo para o mesmo período foi de 16%. Refere-se a propósito que os custos de base comparável não refletem gastos com o crescimento da atividade da SOFID, nomeadamente com a remuneração do Diretor de Risco (ao abrigo de um contrato de cedência com o BPI) e com o desenvolvimento do sistema de informação.

- No que concerne às reduções remuneratórias verifica-se que ao nível da Comissão Executiva e dos restantes trabalhadores aplicáveis, a SOFID procedeu às reduções com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho e do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, bem como a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal, nos termos do artigo 21.º da Lei 64-B/2001, de 30 de dezembro. Em 2012, e relativamente ao ano anterior, as reduções observadas ao nível da remuneração ilíquida dos órgãos de administração foram de 13,5%.

- Relativamente ao colaborador com um contrato de cedência com o BPI procederam à eliminação da componente variável, uma vez que de acordo com a informação prestada pela Sociedade esta é a única componente sobre a qual pode ser exercida qualquer intervenção no âmbito do referido contrato, traduzindo-se numa redução de 15,4% relativamente a 2011.

- Embora não sejam aplicáveis as regras de contratação pública, a SOFID tem seguido as regras de bom governo societário, nomeadamente no que respeita às boas práticas nos processos de aquisição de bens e serviços. Salienta-se que, no decurso de 2012, não se registaram aquisições significativas, não tendo a Sociedade aderido ainda ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

Face ao exposto, somos do parecer que sejam aprovados:

a) O Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2012;

b) A proposta de aplicação dos resultados negativos de 241 998 euros, para Resultados transitados, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 18 de março de 2013

O Conselho Fiscal,

Teresa Isabel Carvalho Costa *(Presidente)*

Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais *(Vogal)*

Pedro Manuel Aleixo Dias (*Vogal - ROC em representação da BDO & Associados-SROC*)

SOFID

Sociedade para o Financiamento
do Desenvolvimento
Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Parecer do Conselho Estratégico

No desempenho das funções que lhe estão atribuídas estatutariamente, e depois de solicitado pelo Conselho de Administração, o Conselho Estratégico apreciou o Relatório e Contas da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, IFC, S.A. ("SOFID") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base no conhecimento que obteve relativamente ao negócio, situação financeira e riscos inerentes às atividades prosseguidas.

Com base na análise feita, na informação disponibilizada pelos responsáveis da empresa, e não tendo conhecimento de outros factos que comprometam a veracidade daquela informação, o Conselho Estratégico notou com apreço a contínua evolução da atividade da SOFID em termos de aprovação e contratação de novas operações, em linha com a evolução das suas congéneres nos primeiros anos de atividade, bem como ao nível de um adequado controlo de custos e de uma maior notoriedade no mercado, emitindo parecer favorável sobre o Relatório e Contas com referência a 31 de dezembro de 2012.

Lisboa, 20 de março de 2013

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa, Presidente

José Fernando Augusto Moreno

Ana Paula Laborinho, Vice-Presidente

João Henrique Real Pereira

Pedro Trigo de Morais de Albuquerque Reis

Pedro Roberto Menéres Cudell

Luís Filipe dos Santos Costa

Francisco Luís Murteira Nabo

Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo

Antero Baldaia

Av. Casal Ribeiro, 14 - 4º 1000-092 LISBOA
Telefone: 21 313 77 60 • Fax: 21 313 77 79
www.sofid.pt • Email: sofid@sofid.pt

Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. – Capital Social Integralmente Realizado 10.000.000,00 Euros – NUMPC - n.º 508 325 803 – Cons. Reg. Com. Lisboa

SOFID

Declaração sobre a Avaliação de Desempenho
da Comissão Executiva e do Conselho de Administração em 2012

Tal como em 2011, a metodologia a que se recorreu para a avaliação do desempenho do Conselho de Administração foi semelhante – como habitualmente – à utilizada pelas empresas que apresentam os mais elevados graus de rigor e exigência, em termos do que se convencionou designar de "*good governance*", procurando-se utilizar critérios que assegurem objetividade e independência analíticas e entrando-se em linha de conta com as restrições múltiplas ao exercício da atividade desenvolvida.

Procedeu-se à distribuição de um questionário a todos os membros do Conselho de Administração, os quais preencheram os mesmos de forma individual, anónima e confidencial, remetendo-o, posteriormente, ao Presidente do Conselho de Administração, tendo este último elaborado a presente Declaração para publicação no Relatório e Contas de 2012, respeitando o artigo 13º-A do Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro. A pontuação considera uma escala de cinco níveis, a qual vai de "Mau" a "Excelente", permitindo-se, ainda, a opção "Não Sabe".

Relatório de Avaliação dos Administradores Não-executivos sobre o Desempenho dos Administradores Executivos

Respeitando desde já o disposto na alínea m) do artigo 13º-A do Dec-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, e nos termos do ponto 17 da RCM n.º49/2007 de 28 de Março, declara-se que os membros não-executivos do Conselho de Administração atribuíram uma classificação de Excelente ao trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva.

Deste modo, tendo por base a metodologia adotada, apresenta-se possível chegar às seguintes conclusões fundamentais, no que se refere à avaliação da atividade e do desempenho do Conselho de Administração da SOFID em 2012:

1. A **Atividade Global** do Conselho de Administração mereceu a classificação de Excelente, designadamente no atinente à **Composição, Organização e Funcionamento** do dito Conselho.
2. No que respeita a alguns aspetos de natureza geral como a **Antecedência das Convocatórias das Reuniões**, a contribuição para o **Plano de Atividades de 2013** e para o **Orçamento Plurianual de 2013-2015**, bem como a contribuição para a **Área Internacional**, o Conselho de Administração obteve a classificação de Bom.
3. Numa perspetiva mais particularizante, o **Número de Membros**, a **Adequação da Composição do CA** às suas competências, a atividade de **Aconselhamento à Comissão Executiva**, a contribuição para o **Plano Estratégico de 2013-2015**, bem como para o "**Bom Governo**", por parte de mencionado Conselho mereceram a classificação de Excelente.
4. Mais especificamente, a atividade desenvolvida pela Comissão Executiva nas áreas da **Promoção da Atividade da SOFID**, do **Acompanhamento de Projetos**, de **Controlo de Custos**, de **Gestão de Recursos Humanos** (de acordo com uma perspetiva globalizante), da **Comunicação com os Colaboradores** e de **Gestão de Risco** foi, também, considerada Excelente.

SOFID

5. No que se relaciona com a atividade desenvolvida pela Comissão Executiva nas áreas de **Angariação de Negócio**, de **Contratação**, de **Contabilidade e Finanças**, de **Comunicação e Imagem** (nomeadamente, a comunicação com outras instituições financeiras e entidades institucionais) a classificação obtida foi de Bom.
6. Já no que se refere ao **Grau de Antecedência na Distribuição de Documentação** destinada a reuniões do CA e à **Comunicação com os Acionistas**, apesar de a classificação se apresentar positiva, convirá realçar que se situa a um nível inferior ao da generalidade das demais classificações.
7. Ainda a propósito da Comissão Executiva, a **Adequação de Quadros** e a **Qualidade da Informação** prestada mereceram a classificação de Bom.
8. Quanto aos restantes órgãos sociais e ao Conselho Estratégico, a avaliação da atividade desenvolvida e o desempenho dos mesmos permitem concluir que:[1]
   a) A atuação da **Mesa da Assembleia Geral** se tem apresentado muito positiva;
   b) O **Conselho Estratégico e o Conselho Fiscal** mereceram a classificação de Excelente.
9. Quanto à verificação da **Independência do ROC** a classificação atribuída foi de Excelente.

Finalmente importará salientar que, à semelhança do constatado no ano transato, se apresenta possível afirmar que, de um modo geral, os membros do CA obtiveram uma classificação de excelência no que concerne à **Disponibilidade para o Desempenho de Funções** e quanto à **Vocação de Serviço Público**.

Em síntese, são estes os aspetos mais relevantes a realçar no que se relaciona com a autoavaliação de desempenho do CA, bem como à avaliação dos restantes Corpos Sociais e do Conselho Estratégico por parte do Conselho de Administração.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2012

António Rebelo de Sousa

Presidente do Conselho de Administração

[1] Apesar de alguns membros do CA terem avaliado a **Comissão de Fixação de Remunerações**, esta não teve qualquer atividade em 2012, encontrando-se os seus membros por nomear desde a Assembleia Geral de 12 de maio de 2010.

Definições e Abreviaturas

Sigla	Significado	Sigla	Significado
AECOPS	Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas	GESCOP	Gestão de Clientes, Operações e Projetos
AESE	Associação de Estudos Superiores de Empresa	GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estudos, Avaliação e Relações Internacionais
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	HARII	Sociedade de Desenvolvimento de Timor Lorosae
AIESEC	Associação Internacional de Estudantes em Ciências Económicas e Empresariais	IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
AMP	Advanced Management Program	IAS	International Accounting Standards
APSS	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	IASB	International Accounting Standards Board
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	IC	Instituições de Crédito
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento	ICEP	Instituto de Comércio Externo de Portugal
BCA	Banco Comercial do Atlântico	IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
BCE	Banco Central Europeu	IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
BCI	Banco Comercial e de Investimento	IFC	International Finance Corporation
BCP	Banco Comercial Português	IFI	Instituições Financeiras Internacionais
BDO	Binder Dijker Otte	IFRIC	International Financial Reporting Interpretation Committee
BEI	Banco Europeu de Investimento	IFRS	Normas Internacionais de Relato Financeiro
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento	INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
BES	Banco Espírito Santo	INOFOR	Instituto Para Inovação Na Formação
BFA	Banco de Fomento de Angola	INSEAD	International Graduate Business School and Research Institution
BIC	Banco Internacional de Crédito	InvestimoZ	Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	IP	Internet Protocol
BIM	Banco Internacional de Moçambique	IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	IPOR	Instituto Português do Oriente
BNI	Banco Nacional de Investimento	IRC	Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas
BNU	Banco Nacional Ultramarino	ISA	Instituto Superior de Agronomia
BPI	Banco Português de Investimento	ISCAL	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
CA	Conselho de Administração	ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
CE	Comissão Europeia	ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa	ISESE	Instituto Superior Económico e Social de Évora
CEO	Chief Executive Officer	ITF	Fundo União Europeia-África para as Infraestruturas
CGD	Caixa Geral de Depósitos	ITQB	Instituto de Tecnologia Química e Biológica
CGIAR	Consultative Group for International Agricultural Research	IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
CIDAC	Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral	LAIF	Latin America Investment Facility
CNC	Comissão de Normalização Contabilística	Ltd	Limited
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento	LIDE	Lideranças Empresariais
COTEC	Associação Empresarial para a Inovação	Lusa	Agência de Notícias de Portugal
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	MBA	Master in Business Administration
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique	MEDA	Parceria Euro-mediterrânica
CTAg	Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation	MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
CV	Cabo Verde	MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
CV&A	Cunha Vaz & Associados	NCA	Normas de Contabilidade Ajustadas
DEG	Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft	NIF	Facilidade de Investimento para a Vizinhança
DGT	Direcção Geral do Tesouro	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
DGTF	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	OeEB	Oesterreichische Entwicklungsbank AG
EBCAM	European Business Council for Africa and the Mediterranean	ONG	Organização Não Governamental
EBITDA	Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization	OSCOT	Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas
EDFI	European Development Finance Institutions	PA12	Plano de Atividades 2012
EDP	Energias de Portugal	PA13	Plano de Atividades 2013
EFARD	European Forum for Agricultural Research Development	PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
EFTA	European Free Trade Association	PE10-12	Plano Estratégico 2010-2012
ELO	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação	PME	Pequenas e Médias Empresas
ESG	Environment, Social and Governance	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América	PROPARCO	Promotion et Participation pour la Coopération Economique
EUR	Euro	PVCi	Portuguese Venture Capital Initiative
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento	RCM	Resolução de Conselho de Ministros

Sigla	Significado	Sigla	Significado
ROC	Revisor Oficial de Conta	SNC	Sistema de Normalização Contabilística
RTP	Rádio e Televisão de Portugal	SOFID	Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
SA	Sociedade Anónima	SONAREP	Sociedade de Refinação de Petróleos
SAD	Sociedade Anónima Desportiva	SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SAER	Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco	TAP	Transportes Aéreos Portugueses
SAMS	Serviço de Assistência Médico-Social	TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
SAS	Sociedade Agrícola Santomense	TRADINGPOR	Empresa de Comércio Externo de Portugal
SEE	Sector Empresarial do Estado	UNL	Universidade Nova de Lisboa
SENEC	Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	USD	United States Dollar
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais	USDA	United States Department of Agriculture
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira	UTL	Universidade Técnica de Lisboa

SOFID

Financiamos a Internacionalização

Av. Casal Ribeiro, 14 – 4º, 1000-092 Lisboa, Portugal
Tel. +351 21 313 77 60 Fax. +351 21 313 77 79
Sítio: www.sofid.pt Email: sofid@sofid.PT